

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

**O CRACK QUE O BRASIL CONHECE: DO DISCURSO JORNALÍSTICO À
DISPUTA POLÍTICA**

Juiz de Fora

2020

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

**O CRACK QUE O BRASIL CONHECE: DO DISCURSO JORNALÍSTICO À
DISPUTA POLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Cultura, Democracia e Instituições

Orientador: Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes

Juiz de Fora

2020

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rodrigues, Igor de Souza.

O crack que o Brasil conhece : do discurso jornalístico à disputa política / Igor de Souza Rodrigues. -- 2020.
114 f.

Orientador: Dmitri Cerboncini Fernandes

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2020.

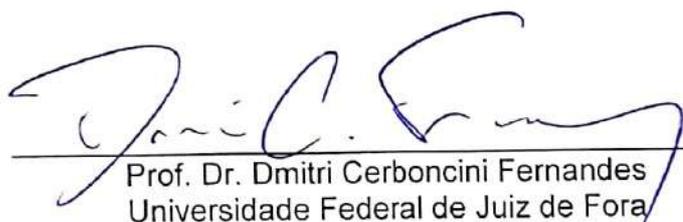
1. Crack. 2. Cracolândia. 3. Imprensa. 4. De Braços Abertos. 5. Recomeço. I. Fernandes, Dmitri Cerboncini, orient. II. Título.

IGOR DE SOUZA RODRIGUES

**O CRACK QUE O BRASIL CONHECE: DO DISCURSO JORNALÍSTICO
À DISPUTA POLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

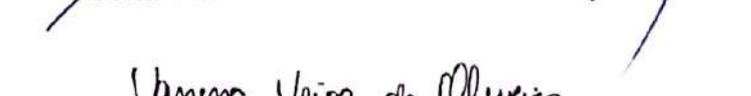
Tese defendida e aprovada em 11 de novembro de 2019.


Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof. Dr. Maurício Fiore
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento


Profª. Drª. Vanessa Veiga de Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

AGRADECIMENTOS

O tempo é princípio da vida. Do fim, do começo e de tudo que cabe nesse entremeio, a história. O tempo é mente, consciente e inconsciente e, portanto, existência, tal qual no pensamento do filósofo René Descartes. A história só é dotada de sentido para os finitos homens. Não são horas, dia ou noite, estações, o tempo é o limite dos homens, o limite da vida, transformação; todavia ele não existe no plano do universo, de propriedades cíclicas e indestrutíveis. A humanidade, finitude no infinito, é porção a ser ultrapassada, assim como este estudo. As lições de Weber já me alertavam para a constante superação a que o cientista se submete. Qual sentido, então, merece tudo isso? Este pequeno afago, os agradecimentos, que a academia tradicionalmente instituiu, é o último momento para encerrar um ciclo, de combinações de histórias e trajetórias singulares: a superação deste trabalho não eliminará a contribuição que os indivíduos envolvidos neste pedaço da história tiveram. Enquanto for lido, discutido, afirmado ou contestado, fez sentido para aqueles a que a história tem sentido. A minha história e grande parte de seus frutos agradeço a Universidade Federal de Juiz de Fora, afinal, foram quase 12 anos de casa, e ao meu Orientador Dmitri Fernandes – não porque seja praxe fazer essa menção, quero diferenciá-la. Mais do que questões teóricas, metodológicas, tenho orgulho e apreço por sua visão de mundo, sua seriedade intelectual, seu sacerdócio à ciência; esta é a verdadeira noção de orientação, a relação de Sócrates e Platão, de mestre e discípulo, de professor e aluno. Ao longo de alguns anos convivi de perto com Dmitri, pude incorporar a grandiosidade do pensamento que lhe é peculiar. Quero deixar registrado também minha eterna gratidão aos meus grandes amores, meu pai Sebastião e minha mãe Mariana. São os cientistas da minha vida, que Deus, a genética, a probabilidade, a coincidência, ou qualquer fator fez reunir. Obrigado pela formação, ensinamentos, todo amor e carinho. Se o tempo é transformação, com esses mestres ele passou.

RESUMO

O objeto da presente tese é a apropriação política do crack, enquanto um problema social, efetuada pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. Analiso como o campo político, inclusive as disputas partidárias mais proeminentes de São Paulo (entre PT e PSDB), serve-se, através dos programas “De Braços Abertos” e “Recomeço”, de uma mesma narrativa estruturada no campo jornalístico. Para demonstrar essa influência investiguei a partir do *software* Iramuteq e a construção de classes discursivas o problema crack e o “usuário de crack” do ano de 1990 (primeira abordagem jornalística) até 2016 (o desaparecimento do elemento de tensão com o fim da gestão Fernando Haddad – PT). A hipótese é de que os predicados jornalísticos atribuídos ao crack indicam questões mais profundas do que a própria substância química e o seu uso. Concluo que as políticas públicas para lidar com o crack nasceram, foram conformadas e, por fim, alteradas a partir da relação com as abordagens e os discursos presentes na narrativa jornalística.

Palavras-chave: Crack. Cracolândia. Imprensa. De Braços Abertos. Recomeço.

ABSTRACT

The object of this thesis is the political appropriation of crack, as a social problem, carried out by the newspapers Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo. I analyze how the political field, including the most prominent party disputes in São Paulo (between PT and PSDB), uses, through the programs “De Braços Abertos” and “Recomeço”, the same structured narrative in the journalistic field. To demonstrate this influence, I investigated, using the Iramuteq software and the construction of discursive classes, the crack problem and the “crack user” from the year 1990 (first journalistic approach) until 2016 (the disappearance of the element of tension with the end of management Fernando Haddad - PT). The hypothesis is that the journalistic predicates attributed to crack indicate deeper issues than the chemical substance itself and its use. I conclude that public policies for dealing with crack were born, were shaped and, finally, changed based on the relationship with the approaches and discourses present in the journalistic narrative.

Keywords: Crack. Crackland. Press. De Braços Abertos. Recomeço.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 COMO O CRACK ENTRou NA PAUTA POLÍTICA	22
3 A QUESTÃO DO DISCURSO	31
4 O DISCURSO POLICIALESCO	43
5 POR DETRÁS DA ANIMALIDADE, O DISCURSO DE CLASSE	52
6 O DISCURSO MÉDICO SOBRE O CRACK NOS ANOS 90	57
7 FORMAÇÃO DOS GRUPOS E COLETIVOS: A “CRACOLÂNDIA”	64
7.1 A VIGILÂNCIA	73
7.2 O REDUCIONISMO	75
7.3 A NOÇÃO DE “SUBMUNDO”	76
7.4 A ÊNFASE DAS CONVENIÊNCIAS.....	78
8 DO SUCESSO AO COLETIVO “CRAQUEIRO” - DECADÊNCIA	80
9 NEXOS DA DIFERENÇA: A INCLINAÇÃO DOS JORNAIS	88
10 CONCLUSÃO	96
REFERÊNCIAS	99

1 INTRODUÇÃO

O crack é uma droga recente: seu surgimento se deu entre a década de 1970 e 80 nos Estados Unidos (REINARMAN; LEVINE, 1997). No Brasil, a droga ficou conhecida na década seguinte, especialmente através dos jornais do estado de São Paulo (UCHOA, 1996)¹. Em termos químicos, a droga é um subproduto da cocaína, o amudamento de sua matriz, a pasta base (*free-base*) empobrecida que, transpassada de mão em mão, vai se misturando a outros elementos, como bicarbonato de sódio, ácidos, até desembocar no heterogêneo crack. Cria-se, então, cristais (popularmente conhecidas como “pedras”), que aquecidos e inalados via fumo causam reações ao organismo como euforia, agitação, insônia, entre outros efeitos (CARLLINI; *et. al*, 2001). O crack é, então, uma versão mais pobre e usada de modo diverso da cocaína, incluindo a via de incorporação: “trata-se da mesma substância consumida de outra maneira” (FIORE, 2013, p. 103).

Todavia, a despeito das características químicas, orgânicas ou meio de uso, dada substância não é moralizada de um ou outro modo apenas por sua composição farmacológica, toxicidade, mas também pela representação que adquire no campo simbólico e nas estruturas de pensamento (IRWIN, 1995; VELHO, 1998; ALBUQUERQUE, 2010). O uso de uma substância química e suas consequências são amplamente correlacionados ao fator social, como Hobsbawm demonstrou em relação à embriaguez/alcoolismo, desmoralização, e a industrialização (HOBSBAWM, 1977, p. 224). Encontra-se em Bucher (1988) a tese de que não existe droga em si: dois aspectos são apontados pelo autor como problemas de representação da relação entre droga e substância: não há um sentido ou significado inerente à própria substância que a qualifique como boa, má ou congêneres; o outro aspecto se refere à condição histórica dessa relação, isto é, a noção de droga não se conforta em uma determinação irreduzível e, portanto, inflexível ao tempo, sendo constantemente alterada no decorrer da história.

Tomando, então, a droga como representação, encaminho o pressuposto geral deste trabalho: o crack conforme conhecemos não deixa de ser uma narrativa e, assim, um verdadeiro objeto de disputa. Ao longo dos anos, por exemplo, nota-se que

¹ Macos Uchoa, na obra "Crack: o caminho das pedras" (UCHOA, 1996), diz que o primeiro registro de apreensão da droga pelo Departamento de Investigação sobre Narcóticos (DENARC) acontece em junho de 1990.

o crack se tornou um dos principais imbróglios da política de São Paulo: nas eleições municipais de 2016, o jornal Folha de S. Paulo questionou a todos os candidatos sobre a droga, entre eles Marta Suplicy, Celso Russomano, João Dória, Fernando Haddad, o que não aconteceu, todavia, em relação à cocaína e outras drogas.

Esse conflito, contudo, não marcou apenas as eleições municipais de 2016: o crack já aparecia como objeto de disputa política no jornal Folha de S. Paulo na edição de 16 de janeiro de 2012, quando a gestão do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, “selou um acordo” com o governo do Estado, cujo governador era Geraldo Alckmin, para combater, reprimir o crack e, assim, afastar o antagonista histórico do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT). Com isto, quero dizer que a forma de apropriação política do crack passou a refletir até mesmo alianças, aproximações, distâncias ideológicas ou interesses partidários²:

Reunião de Alckmin e Kassab selou uso ostensivo da PM na cracolândia: encontro ocorrido em 1º de dezembro pôs fim à hesitação entre priorizar intervenção policial ou políticas sociais. começo da operação também foi motivado pelo temor de que a gestão Dilma e o PT se apropriassem do tema (REUNIÃO, 2012, p. 1)

Nos anos 2000, intensificam-se as políticas públicas destinadas ao crack, especialmente em decorrência da concepção “epidêmica” da droga: o projeto “Nova Luz”, “Crack é possível vencer” e muitas operações (ALVES, 2015, p. 212). A primeira vez que a droga apareceu em uma ação pública como um objeto autônomo, articulado e sistêmico foi na “megaoperação” envolvendo uma blitz com mais de 500 policiais na região da Luz, em 1998. No ano seguinte, vários projetos urbanísticos foram pautas das discussões dos jornais (BLANCO, 1999, p. 2). Contudo, foi a “Operação Limpa”, integrada ao projeto “Nova Luz”, que marcou o *boom* no âmbito político. Tratou-se de uma ofensiva realizada na administração do então prefeito José Serra (PSDB) em março de 2005, que juntamente com o governo do estado, mobilizou cerca de 220 policiais militares para “varrer” o tráfico e o consumo da região da “cracolândia”. A

² A disputa entre os dois campos políticos levará a inauguração prematura do Complexo Prates, um importante equipamento público dedicado à população de rua. Sua inauguração foi adiantada em dois meses, de março para janeiro, de modo a impossibilitar alguma possível vantagem petista no campo da atenção aos usuários de crack. Porém, a própria ação dos aliados Alckmin e Kassab na Cracolândia foi adiantada para impedir algum tipo de dianteira do partido rival (ALVES, 2015, p. 47).

concepção da operação tratava o “usuário de crack” como uma sujeira para a cidade, elemento poluente, escárnio a ser limpo, ou melhor, eliminado (MAGALHÃES, 2015).

À “revitalização” urbana da “cracolândia” que o projeto “Nova Luz” propunha era costurada a expulsão dos indivíduos da região. De acordo com a polícia, nos últimos quatro dias da operação, 2.340 pessoas foram abordadas, 18 pessoas foram presas (12 por tráfico de drogas, 3 por estelionato, 1 por roubo e 1 por porte ilegal de armas), 426 papélotes de crack e cocaína foram apreendidos e 6 hotéis foram lacrados³. Embora chamado “Nova Luz”, incluía ruas e avenidas dos bairros Santa Ifigênia, República, Campos Elíseos, tal como a Duque de Caxias, Ipiranga, Rio Branco, Cásper Líbero e a Rua Mauá. Contudo, um ano após o começo do programa, José Serra foi candidato ao governo do Estado de São Paulo e renunciou ao cargo de prefeito, assumindo então, o vice-prefeito, Gilberto Kassab, do Democratas (DEM).

José Serra era considerado o “padrinho” político de Gilberto Kassab, dadas as estreitas relações entre ambos; isso não impediu, contudo, que o sucessor fizesse diversas críticas às suas operações na “cracolândia”, ou que o imprensa estampasse a seguinte manchete: “Gestão kassab diz que polícia de Serra faz pirotecnia no centro: em ação policial na cracolândia” (SPINELLI; PAGNAN, 2010, p. 1). Não porque Gilberto Kassab fosse um ator essencialmente comprometido com uma ideologia ou proposta distinta da de José Serra; na verdade, a crítica acontecia e deve ser entendida a partir do momento em que surgia uma disputa política e partidária entre tais atores⁴. Tanto é que, no ano de 2011, Gilberto Kassab rompeu com o Democratas, fundando uma nova sigla: o Partido Social Democrático (PSD). Naquele momento, Kassab adotou um discurso “independente”, e em 2013 apoiou a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, oposição ao PSDB nas eleições nacionais. José Serra, por outro lado, recusou-se a defender o legado de Kassab nas eleições municipais de 2012, quando concorreu ao cargo de prefeito.

A polarizada disputa entre o PT e PSDB, sobretudo marcada no plano nacional através das eleições de primeiro e segundo turno para presidente pós

³ SÃO PAULO (Estado). Segurança: Polícia de São Paulo na ‘Operação Limpa’. São Paulo: Portal do Governo, 14 de mar de 2005. Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/seguranca-policia-de-sao-paulo-na-operacao-limpa/>. Acesso em: 18 maio 2019.

⁴ Sob a gestão de Gilberto Kassab, aconteceram novas tentativas de “acabar” com a “cracolândia”, mas o mecanismo de eliminação era o ataque à questão material, ao produto físico. A operação “Centro Legal”, realizada em 2009, arquitetada em controle e repressão, não se distanciava na prática da operação “Limpa”. Em 23 de julho de 2009, a capa do jornal O Estado de S. Paulo era “Cracolândia: operação frustrada” (ZANCHETTA, 2009, p. 1).

redemocratização⁵, também se refletia nos discursos sobre o crack nas eleições municipais de São Paulo em 2012 como forma de angariar votos e apoio político (GARLAND, 2008; DORNELLES, 2003). Isso acontece, por exemplo, na edição de 17 de janeiro de 2012, quando na mesma página da seção poder da Folha de S. Paulo trazia as seguintes abordagens “Governo usa agenda para promover Haddad” (SEABRA; NERY, FOREQUE, 2012, p. 8); e logo abaixo “O crack foi consolidado no governo do PT e foi crescendo”, afirmação do secretário estadual de Cultura, Andrea Matarazzo, uns dos pré-candidatos à prefeitura pelo PSDB, junto com José Serra, Ricardo Tripoli e José Aníbal: “Secretário de Alckmin afirma que PT ‘consolidou’ crack em SP: pré-candidatos tucanos poupam prefeito Kassab em debate” (FRANCO, 2012, p. 8).

A eleição do prefeito Fernando Haddad no ano de 2012, que derrotou José Serra, aguçou ainda mais o cenário político em São Paulo e, por conseguinte, as tensões e conflitos em torno do crack e da “cracolândia”, especialmente em decorrência do antagonismo local da esquerda (MARQUES, 2005), da relação e da politização da droga, como uma espécie de *double-bind* (BATESON, *et. al.*, 1956; ELIAS, 1997)⁶. Segundo Rocha e Silva (2015, p. 253) tal mudança esteve associada ao campo político em nível federal porque o tema virou uma espécie de divisor de águas ideológico entre o PT e o PSDB em São Paulo⁷. A prefeitura passou a ser comandada pelo Partido dos Trabalhadores, enquanto o estado era governado por Geraldo Alckmin, do PSDB. Logo no primeiro mês, Fernando Haddad extinguiu o projeto “Nova Luz”, criado na administração José Serra, alegando em nota que a proposta, como foi originalmente concebida, na forma de concessão urbanística, mostrou-se tecnicamente inviável e deveria ser alinhada ao programa urbanístico Minha Casa Minha Vida, do

⁵ Em 1994 (Fernando Henrique Cardoso x Luís Inácio Lula da Silva); 1998 (Fernando Henrique Cardoso x Luís Inácio Lula da Silva); 2002 (Luís Inácio Lula da Silva x José Serra); 2006 (Luís Inácio Lula da Silva x Geraldo Alckmin); 2010 (Dilma Rousseff x José Serra); 2014 (Dilma Rousseff x Aécio Neves).

⁶ Esse fenômeno acontece quando um conflito é gerado a partir da antítese entre as alternativas colocadas na relação social. De acordo com Bateson e outros (1956), são ordens conflitantes de mensagens apresentadas em um mesmo tempo. Para Elias (1997) o processo do *double-bind* aparece ligado diretamente à prática que tensiona o outro a produzir respostas, tão emotivas e distorcidas quanto os próprios eventos motivadores, gerando ciclos e relações de conflituosas e violentas, como analisa no “dualismo” *insider-outsider*.

⁷ Por isso, na Folha de S. Paulo o crack aparece demandando alguma intervenção enérgica do poder público, ao mesmo tempo em que sua persistência é tratada como sintoma de inoperância e incompetência desse poder, o que termina alcançando todas as três principais forças partidárias em disputa em São Paulo, nas figuras de Kassab, Alckmin e Haddad, embora de maneiras diferentes (ROCHA; SILVA, 2015, p. 251).

Governo Federal (ALVES, 2015, p. 213)⁸:

Durante a gestão Fernando Haddad, direta e indiretamente, fez-se oposição à alternativa estadual de internações em comunidades terapêuticas e ao Centro de referência no Tratamento de Dependência Química (CRATOD)⁹. Fernando Haddad criou através do Decreto n. 55.067/14 o programa “De Braços Abertos”¹⁰, alinhado à política nacional “Crack: é possível vencer”, lançado em 2011 no governo da presidente Dilma Rousseff. O “De Braços Abertos” propunha a redução de danos, isto é, política de baixa exigência ao destinatário que busca melhorar as condições de vida do usuário de crack (alimentação, moradia, saúde, segurança), sem que o ingresso no programa dependesse da condicionante abstinência ou alguma exigência (NIEL; XAVIER, 2008, p. 55; IHRA, 2010)¹¹. Basicamente, a experiência política de redução de danos tem como pressuposto a noção de que o problema em si não são as drogas (inclusive, existem drogas de efeitos benéficos), mas as condições de vida (causas) e o dano causado aos usuários (efeitos), sobretudo pelo uso abusivo das drogas (O’CONNOR; SAUNDERS, 1992):

Surge então a redução de danos como estratégia inteligente e eficiente para minimizar as conseqüências adversas do uso indevido de drogas. Parte-se de uma realidade que se impõe (dependentes são dependentes), sem tentar negá-la ou modificá-la por discursos impositivos, morais ou éticos. Ao tratar o dependente como um igual, abre-se uma porta e os profissionais de saúde logo descobrem que, através do vínculo, é possível despertar no outro o desejo de se cuidar. Trata-se de uma atitude que respeita o indivíduo e oferece meios acessíveis de melhorar sua qualidade de vida, principalmente no que se refere à saúde. (NIEL; XAVIER, 2008, p. 9)

⁸ Cf. <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/comunicacao>. Acesso em: 15 fev. 2019.

⁹ O Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), é uma unidade criada pelo Decreto nº 46.860, de 25 de junho de 2002, com a finalidade principal de constituir-se em referência para a definição de políticas públicas para promoção de saúde, prevenção e tratamento dos transtornos decorrentes do uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas (CRATOD, 2015).

¹⁰ O Programa “De Braços Abertos” é uma política pública de São Paulo que tem por objetivo promover a reabilitação psicossocial de usuários de drogas em situação de vulnerabilidade social por meio da oferta de um pacote de direitos e de ações assistenciais (TEIXEIRA; LACERDA; RIBEIRO, 2018, p. 1). Segundo o art. 1 do Decreto 55.067/14, (...) o objetivo de promover a reabilitação psicossocial de pessoas em situação de vulnerabilidade social e uso abusivo de substâncias psicoativas, por meio da promoção de direitos e de ações assistenciais, de saúde e de prevenção ao uso abusivo de drogas (SÃO PAULO, 2014).

¹¹ SÃO PAULO (município). O programa De Braços Abertos. São Paulo: Secretaria de Saúde do município de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Segundo Myres Cavalcanti, coordenadora do programa “Crack é Possível Vencer” no município de São Paulo, uma das implementadoras pelo “De Braços Abertos”¹²:

Braços Abertos é um ponto de inflexão entre várias tentativas simplistas e higienistas que tentavam com medidas simplificadas resolver problemas de alta complexidade. É importante lembrar que essas pessoas já fizeram fracassar os protocolos clínicos e pedagógicos tradicionais. A baixa exigência é combinada com uma grande disposição de parte dos trabalhadores para sustentar vínculos continuados e relações de construção de contratualidade. No interstício da práxis vai sendo construído o sujeito-cidadão. Daí a importância do lema: nunca desistir (ABRAMD, 2015, p. 4)

Cabe destacar que é justamente no período de tensão e oposição de Fernando Haddad que alternativas como a “internação compulsória”, a e as comunidades terapêuticas ganham força nos jornais, na pauta pública, sob o aval de cientistas com grande relevância e espaço de opinião, como Ronaldo Laranjeira e Drauzio Varela¹³, além de apresentarem seu maior pico no número de abordagens. “A tensão dessas abordagens pode ser representada por dois grandes paradigmas: o proibicionismo e guerra às drogas *versus* antiproibicionismo e redução de danos” (TEIXEIRA; LACERDA; RIBEIRO, 2018, p. 5). O paradigma proibicionista formatou o entendimento contemporâneo e limites arbitrários para usos de drogas legais, vistas como positivas, e as ilegais, vistas como negativas, em uma associação entre lei e valor (FIORE, 2012, p. 1). Wurdig e Motta (2014) e Guareschi, Lara e Ecker (2016) também observaram um grande contingente de abordagens e ações públicas sobre a internação compulsória no ano de 2013, coincidente com a posse de Fernando Haddad:

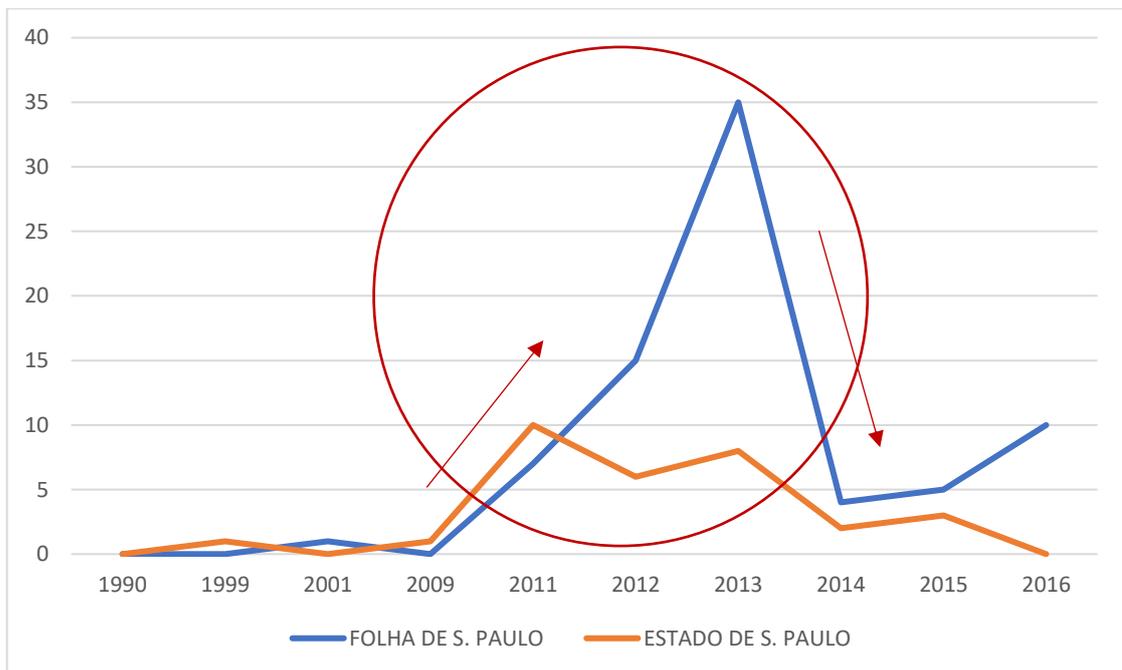
Entendida como um recurso que deveria ser a última estratégia de cuidado, a internação compulsória foi, principalmente no ano de 2013, alvo de discussões e de disputa de interesses. A questão emerge

¹² ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIDISCIPLINAR DE ESTUDOS SOBRE DROGAS (ABRAMD). Programa De Braços Abertos do município de São Paulo entrevista com Myres Maria Cavalcanti. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2015/03/SP-DeBra%C3%A7osAbertos.pdf>. Acesso: em 15 fev. 2019.

¹³ COLLUCCI, C. Internação compulsória é caminho a ser percorrido: entrevista Dráuzio Varella. Folha de S. Paulo, São Paulo, caderno A, seção Entrevista da 2^a, p. 10, 28 jan. 2013.

tendo em vista as consequências da possível aprovação do Projeto de Lei nº 7663/2010 do Deputado Federal Osmar Terra que, além de outras providências, altera as disposições referentes à internação compulsória, priorizando a institucionalização psiquiátrica em detrimento a outros tipos de intervenções (Câmara dos Deputados, 2014). (GUARESCHI; LARA; ECKER, 2016, p. 26)

Gráfico 1 - Abordagens “internação compulsória” por período – Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo 1990 a 2016



Fonte: elaborado pelo autor.

Diante das antíteses colocadas, o sistema de controle penal, a polícia e o Ministério Público aderiram à alternativa da internação compulsória através da instalação de um sistema próprio, específico e interno ao CRATOD para julgar os casos de internação; afinal, o respectivo programa era compatível com as estruturas e com a legalidade destas instituições, inclusive a proibição do uso, o tratamento através da abstinência. A justificativa para a adesão se deu a partir da concepção médica de transtorno mental e comportamental devido ao uso de substâncias psicoativas, código F10-F19 – CID10 para a Organização Mundial da Saúde (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1997)¹⁴ cumulada a noção de incapacidade

¹⁴ Cf. Busca Cid. Disponível em: <https://www.cid10.com.br/>. Acesso em 15 ago. 2019.

jurídica definida no art. 4º do Código Civil Brasileiro (BRASIL, 2002) e a classificação de substâncias psicoativas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)¹⁵.

Conforme o psiquiatra e coordenador do Programa “Recomeço”, Ronaldo Laranjeira, a dependência química é uma doença crônica e “[...] a internação compulsória é estigmatizada. Tecnicamente, contudo, garante bons resultados e é uma das maneiras mais efetivas de lidar com a dependência”¹⁶. Segundo ele¹⁷:

A idéia é iniciar um modelo social de recuperação. As comunidades terapêuticas são unidades mais abertas que os hospitais, nas quais o dependente vai reconstruir a vida dentro de uma estrutura social nova. É como se fosse uma família substituta”. Tendo em vista essa perspectiva médica específica no trato da questão que foram instalados os equipamentos do Programa Estadual na Cracolândia, a saber um hospital ainda inacabado e uma Tenda da equipe dos Conselheiros de Rua, responsáveis pela abordagem e pela criação de vínculos com o público alvo, ambos localizado na Rua Helvétia (CAMBRICOLLI; TOMAZELA, 2013)

As abordagens jornalísticas sobre o tema da internação compulsória não são genéricas ou sobre qualquer droga. Desde sua intensificação no ano de 2010, conforme demonstra o gráfico 1, apresentam vinculações ao contexto e ao “cabo de guerra” sobre o crack em São Paulo. Referem-se ao programa estadual do CRATOD, em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) o Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Essa aliança influenciou os serviços de saúde mental, reabrindo leitos psiquiátricos na cidade. O governador Geraldo Alckmin, por exemplo, inaugurou, em 5 de dezembro de 2013, em Botucatu, o primeiro hospital público do Estado destinado ao tratamento e reabilitação de dependentes químicos, especialmente de crack. Na sequência das internações, as Comunidades Terapêuticas reivindicaram o posto e o domínio do tratamento da dependência química no programa Recomeço.

Os jornais davam intensidade às abordagens políticas em torno do crack; os

¹⁵ Cf. ANVISA. Classificação e novas substâncias psicoativas (NSP). Brasília, [s.d]. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/controlados/nsp>. Acesso em 15 jun. 2019.

¹⁶ MANSO, B. P. ‘UTI do crack’ aposta em internação à força. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 03 de abr. de 2013. Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uti-do-crack-aposta-em-internacao-a-forcaimp-,1016262>. Acesso em 19 fev. 2019.

¹⁷ CAMBRICOLLI, F.; TOMAZELA, J. M. SP muda tática contra drogas e amplia comunidades terapêuticas. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 05 de dez de 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-muda-taticacontra-drogas-e-amplia-comunidades-terapeuticas-imp-,1104341>. Acesso em: 19 fev. 2019.

políticos, percebendo que essa era uma pauta, alimentavam a demanda, numa relação de interdependência entre público, mídia e política: “SP dá 1º passo para internação forçada de meninos de rua usuários de droga. Procuradoria alega que menores de idade e viciados são legalmente incapazes de escolher o que querem: decisão está nas mãos de Kassab” (GODOY; CARDOSO, 2011). Outro exemplo é reapropriação jornalística da disputa política criada em torno do crack na edição de 15 de janeiro 2014 da Folha de S. Paulo e sua própria disposição antagônica (vermelhos – “Oposição à Alckmin” vs. Amarelos “Aliados de Alckmin”): os jornais serviam escolhas ao campo político e o campo político devolvia assunto aos jornais (FRANCO, 2012a, p. 1):

Imagem 1 - “Operação na cracolândia é desastrosa” – Folha de S. Paulo

Operação na crackolândia é 'desastrada', diz Haddad

Pré-candidatos do PSDB, Covas e Matarazzo saem em defesa de prisões

Atuação da polícia no centro de SP divide os principais concorrentes à prefeitura e esquentou a campanha municipal

EDUARDO FRANCO

A operação da Polícia Militar na crackolândia abriu o primeiro debate público em torno do principal pré-candidato ao 3.º Prefeitura de São Paulo no ano da eleição municipal.

O ministro da Educação, Fernando Haddad (PT), defendeu a ação de "desarticulação" e afirmou, em entrevista à Folha, que a operação não levou a remoção de crack contendo o medicamento germe da Genética (Liliane) (PSDB).

Os pré-candidatos saíram em defesa da atuação da PM, iniciada no dia 3. Ele articulou os pedidos de remoção "de drogas públicas com a finalidade" de crack, mas não seu funcionamento em estado de cultura, André Matarazzo.

O atual governo do Estado debate a remoção de crack da prefeitura na segurança pública e em política para reduzir a região para depois da abertura da cidade.

Após dez dias de silêncio, Haddad afirmou falar sobre o tema somente três dias após o Estado pedindo a remoção na região, mas critica a forma como a ação tem sido executada e disse falar sobre de tratamento ao dependentes.

"A operação foi desarticulada em grande medida desastrada, por não ter a ação pública acima da repressão", afirmou o ministro.

"É uma ação marcada pela repressão, e que contraria o discurso oficial de que o problema seria tratado como questão de saúde pública."

O petista foi criticado em novembro, durante a ação de PM na USP (Universidade de São Paulo), ao declarar que "não se pode tratar a USP como se fosse a crackolândia, mas a crackolândia como se fosse a USP". Ele foi quem foi mais impetuoso ao falar de tratamento de dependentes em centros de saúde.

INFORMAÇÃO

Três dias antes dos candidatos do PSDB realizarem a operação da PM e discorrerem durante toda a tarde do Estado com a gestão do prefeito Gilberto Kassab (PSDB).

"A ação é muito acertada. A população esperava que o Estado tomasse essa iniciativa na crackolândia", afirmou o presidente do Conselho de

PRÉ-CANDIDATOS SE DIVIDEM SOBRE OPERAÇÃO NA CRACKOLÂNDIA



PM joga lixo de pimenta contra usuários de crack na região da crackolândia

Oposição a Alickéin	<p>FERNANDO HADDAD (PT) Nota para a operação: 1/5 Atuação desarticulada e desastrada</p> <p>"A ação foi desarticulada e em grande medida desastrada, por não botar a saúde pública acima da repressão"</p>
	<p>GABRIEL CHALITA (PMDB) Nota para a operação: 1/5 Atuação desarticulada e desastrada</p> <p>"Dispersar as pessoas é absolutamente desnecessário. A ação só vai transferi-las para outros lugares"</p>
	<p>CELSO RUSSOMANNO (PMDB) Nota para a operação: 5/5 Atuação desarticulada e desastrada</p> <p>"A operação está errada. O consumo vai continuar e os usuários vão se espalhar pela cidade"</p>
Aliados de Alickéin	<p>ANDRÉ COVAS (PSDB) Nota para a operação: 9/9 Atuação desarticulada e desastrada</p> <p>"A ação é muito acertada. A população esperava que o Estado tomasse essa iniciativa na crackolândia"</p>
	<p>ANDRÉ MATARAZZO (PSDB) Nota para a operação: 9/9 Atuação desarticulada e desastrada</p> <p>"Quem critica a operação não tem ideia do que o lugar virou. A polícia tem que cumprir o seu papel"</p>

Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 15 jan. 2012 (FRANCO, 2012a, p. 1).

Também pude perceber a disputa física e simbólica do “usuário de crack” quando participei da pesquisa “A gênese social do usuário do crack” da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) entre os anos de 2013 e 2017, além do seu domínio entre agentes do programa “De Braços Abertos” e “Recomeço”. Na etapa etnográfica, diversas situações demonstravam que havia um conflito instaurado que alcançava inclusive o âmbito espacial, com a cooptação de “usuários de crack” na região conhecida como “cracolândia”. As tendas dos programas ficavam uma de frente para a outra, na Rua

Helvécia, em um verdadeiro espaço de confrontação. Era comum, por exemplo, os agentes discutirem ou se criticarem mutuamente.

Passei, a partir disso, a indagar como o crack virou um objeto de disputa política e a influência dos jornais na formação das políticas públicas como fonte de informação e crenças sobre esse assunto. O saber jornalístico e a política são esferas distintas (WEBER, 2006) mas relacionais, que produzem e são produzidas dentro da própria sociedade. A questão que pretendo pesquisar é de que modo a construção jornalística do crack (sujeitos, ações, referências, agrupamentos, consequências) como um problema público foi apropriada pelas disputas no campo político/partidário. No caso de São Paulo, como a representação da droga, o discurso, a construção de uma identidade tracejada ao longo dos anos sob a lógica jornalística dos mais importantes jornais da cidade, a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sai dessa esfera e se transfere para a lógica do campo político, marcada pela disputa entre o PT e o PSDB, especialmente de 2012 a 2016 com a eleição do prefeito Fernando Haddad.

O pressuposto desta questão incide sobre a contribuição dos meios de comunicação, o que podemos chamar de poder, para formar e concentrar a atenção do público em algumas questões, uma influência imensa e bem documentada (LANG; LANG, 1968). A pesquisa foi realizada utilizando o termo de busca "crack" nos acervos digitais dos jornais Folha de S. Paulo (somam 3.189 abordagens) e O Estado de S. Paulo (somam 2.744 abordagens) entre os anos de 1990 (primeira abordagem do crack no Brasil¹⁸) a 2016 (ano em que Fernando Haddad sai da prefeitura, minimizando a tensão governamental na escala local).

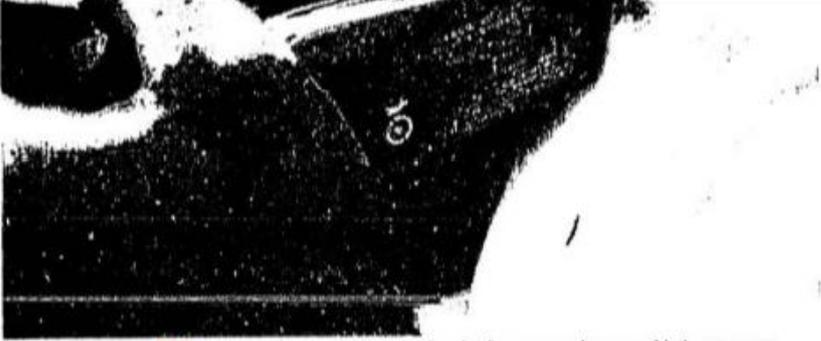
A influência na agenda pública não está restrita aos respectivos jornais. Tal escolha se deu em razão dos seguintes motivos: terem sido os primeiros a noticiar o crack no Brasil; estarem situados e terem domínio jornalístico sobre o âmbito do conflito, a cidade e o estado de São Paulo; a importância qualitativa (a grande circulação) e quantitativa (a importância na imprensa nacional) da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo; a periodicidade diária e a variabilidade temática, incluindo os mais variados aspectos, de modo que são jornais capazes de representar a noção de grande mídia.

¹⁸ A chegada do crack ao Brasil já era relatada no ano de 1990. Uchoa, na obra "Crack: o caminho das pedras" (UCHOA, 1996), publicada no ano de 1996, diz que o primeiro registro de apreensão da droga pelo Departamento de Investigação sobre Narcóticos (DENARC) acontece em junho de 1990.

É preciso pontuar que trato como *abordagens jornalísticas* as matérias, reportagens, notícias, opinião do leitor e notas. Levei em conta abordagens do crack em todos os cadernos e todos os temas dos jornais. As abordagens repetidas foram excluídas, bem como as em que o termo “*crack*” não se relacionava à droga. Porém, não considerei repetição as menções capa/chamada e a abordagem do interior do jornal, haja vista que as abordagens podem ser objetivamente distintas, até mesmo pela redução inerente à chamada, como observei em muitos casos. Não fiz distinção se o crack era uma questão principal ou secundária da abordagem: o motivo dessa escolha se deve ao fato de que também é fundamental investigar as relações que o crack foi costurado, ainda que como objeto secundário da abordagem jornalística

A contagem foi feita com base nas abordagens, não nas edições, páginas dos jornais ou menção ao termo, de modo que uma edição do jornal poderia conter várias abordagens sobre a droga. Por exemplo, na edição de 8 de dezembro de 1996 do jornal Folha de S. Paulo: na primeira abordagem (MENOR, 1996, p. 25) conta-se a história do menor M. S. P., a influência de seu pai no uso de crack e as consequências policiais; já a segunda (IGREJA, 1996, p. 25) trata da intervenção da Igreja Católica no município de Adolfo – SP, tentando coibir o “comportamento estranho” de jovens, especialmente o uso de drogas como o crack. As duas abordagens estão em uma única edição, coligam discursos similares entre faixa etária-crack-criminalidade, porém foram contabilizadas separadamente:

Imagem 2 - Modelo de contagem de abordagens



O menor M.P. fuma **crack** no centro de Campinas, de onde sai a droga que vai para as cidades menores

Igreja dá aula sobre drogas **2**

da Agência Folha, em São José do Rio Preto

No município de Adolfo (50 km a noroeste de São Paulo), com 4.000 habitantes, serão incluídos ensinamentos sobre drogas na catequese da Igreja Católica e nas aulas da única escola estadual da localidade.

A decisão foi tomada depois de uma reunião, realizada há duas semanas, que envolveu o padre, o prefeito, professores, vereadores, o delegado e comerciantes, para discutir o que eles consideram "comportamento estranho" de alguns jovens na cidade.

O delegado Marco Antonio de Oliveira, 31, diz ter mapeado pontos e nomes de consumidores de **crack**.

Há dez dias, a pequena cidade amanheceu com cartazes pregados em postes com as inscrições "seja burro, use drogas".

O alerta, anônimo, é uma das medidas adotadas pela comunidade. Na feira de ciências e cultura realizada pela escola, há uma semana, estudantes apresentaram uma peça que tratava dos temas Aids e drogas.

Menor diz que foi levado ao vício pelo pai **1**

da Agência Folha, em São José do Rio Preto

M.S.P., 14, diz que foi levado involuntariamente a fumar **crack** pelo pai, com quem mora. A mãe morreu há três anos. Ele fumou pela primeira vez no ano passado.

M.S.P. teve o primeiro contato com cigarro comum ao acender o do pai, há dois anos.

"Um dia vi o cachimbão do velho. Eu já tinha ouvido falar de **crack**, mas não sabia que ele tr...

quisito, mas depois bateu."

Quando soube, o pai tentou convencer o filho a não fumar a droga, segundo M.S.P. "Ele ameaçou me bater, mas já era".

Roubando pedras do pai, o garoto passou a fumar na prainha artificial da cidade de Ubarana, de 3.000 habitantes (480 km de SP).

Na prainha, ele se encontra com amigos, também menores, de outras cidades. Todos já experimentaram a droga. Hoje dependente, M.S.P. diz fumar todos os dias.

O delegado de Ubarana, Luciano de Siqueira, 31, afirma que sabe que a prainha é ponto de fumantes de **crack**, mas diz que ainda não conseguiu fazer nenhum flagrante. M.S.P. não estuda. Coursou até a 3ª série do 1º grau. Até duas semanas atrás, ele trabalhava na safra da laranja. Os cerca de R\$ 200 que recebia eram usados para comprar pedras. Desempregado, M.S.P. tem ido a São José do Rio Preto quase todos os dias. É onde pega a droga. Ele diz que o dinheiro da laranja está acabando, mas não quer voltar para a roça.

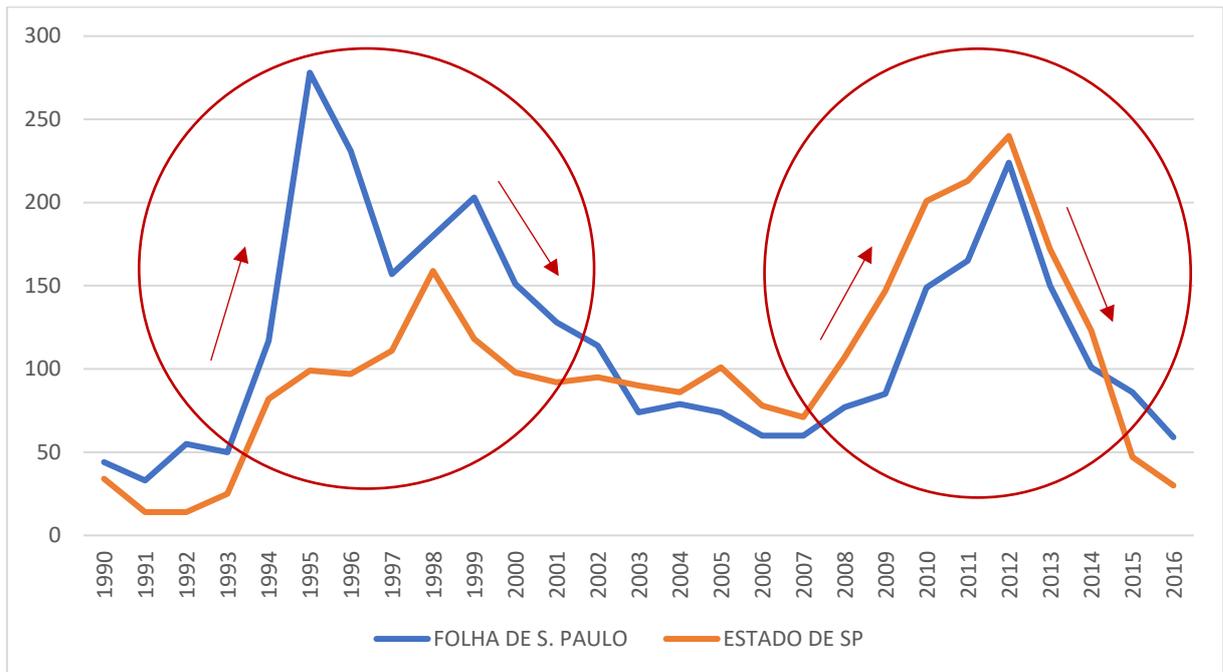
Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 8 dez. 1996.

É importante destacar que na reconstrução do objeto (seja de trajetória de ideias, grupos ou pessoas) o fundamento analítico é o contexto histórico, bem como as relações sociais (ELIAS, 1997). Procurei traçar o aspecto temporal e o esquema de correlações temáticas ao qual o crack foi submetido ao longo de sua história nos jornais, mobilizando diversos postulados da teoria do agendamento, tal como em Hartman e Golub (1999) e sobre a construção do discurso, enquadramentos e dos espaços colaterais em Foucault (2008). Nesse sentido, busquei não massificar o banco de dados, fragmentando-o em períodos de acordo com eventos que os marcam: indicadores, crises ou eventos focalizadores (KINGDON, 2003). Esta solução metodológica evitou um anacronismo da compreensão processual, cujo mote são as etapas que o crack perpassou e não o resultado grosso daquele montante. Na prática, implica dizer que o crack não é redutível a um produto final, mas a diversas etapas, processos, influxos etc. – esta é a ideia de *narrativa*.

Para esse método, as abordagens foram separadas por ano de publicação; em segundo, por tema. A separação por ano possibilitou visualizar os períodos que as abordagens sobre o crack tiveram elevação, picos, quedas e daí investigar as

motivações e as características de cada um deles, inclusive a relação com o campo político:

Gráfico 2 - Comparação do n. de abordagens Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo VS. anos (1990 a 2016):



Fonte: elaborado pelo autor.

A importância deste estudo sobre o crack se justifica na medida em que este é um tema amplamente abordado pela sociedade em geral, sendo inclusive objeto de diversas políticas públicas (HART, 2014). Por se tratar de uma narrativa, o uso do crack é socialmente construído, especialmente através das instâncias de poder como a imprensa. Logo, para saber o que ele significa e como se constituiu, faz-se necessário seu estudo sociológico. Weber afirmava que um dos motivos para se estudar a imprensa são as relações de poder criadas pelo fato específico de que a imprensa torna público determinados temas e questões (WEBER, 2005, p. 15) ao passo que o processo de construção do crack é tratado pelo senso comum como simplesmente subordinado à questão química ou ao campo ideológico da política em sentido estrito (WEBER, 2006). Além disso, pouco se sabe da qualidade das informações simbólicas que lhe concernem, pois uma pequena quantidade de estudos trata da relação crack

e mídia, na base de dados Scielo, por exemplo, são apenas de 5 ocorrências (4,38%) em um universo de 114 abordagens sobre o crack.

Para inquirir como a produção discursiva sobre o crack da imprensa se articula com as estruturas do campo político sistematizei a tese nas seguintes seções:

No Capítulo 1, “Como o crack entrou na pauta política”, documento a influência dos jornais Folha de S. Paulo na pauta pública, o encontro do fluxo de problemas e o fluxo de soluções, culminando no agendamento do crack.

No capítulo 2, “A questão do discurso”, trago a construção da narrativa da droga na imprensa e quais elementos demonstram a incorporação dessas estruturas na disputa entre o PT e o PSDB.

No capítulo 3, “Formação dos grupos e coletivos”, pretendo inquirir o fundamento ideológico do público-alvo e do foco territorial concebidos pelos programas “De Braços Abertos” e “Recomeço”.

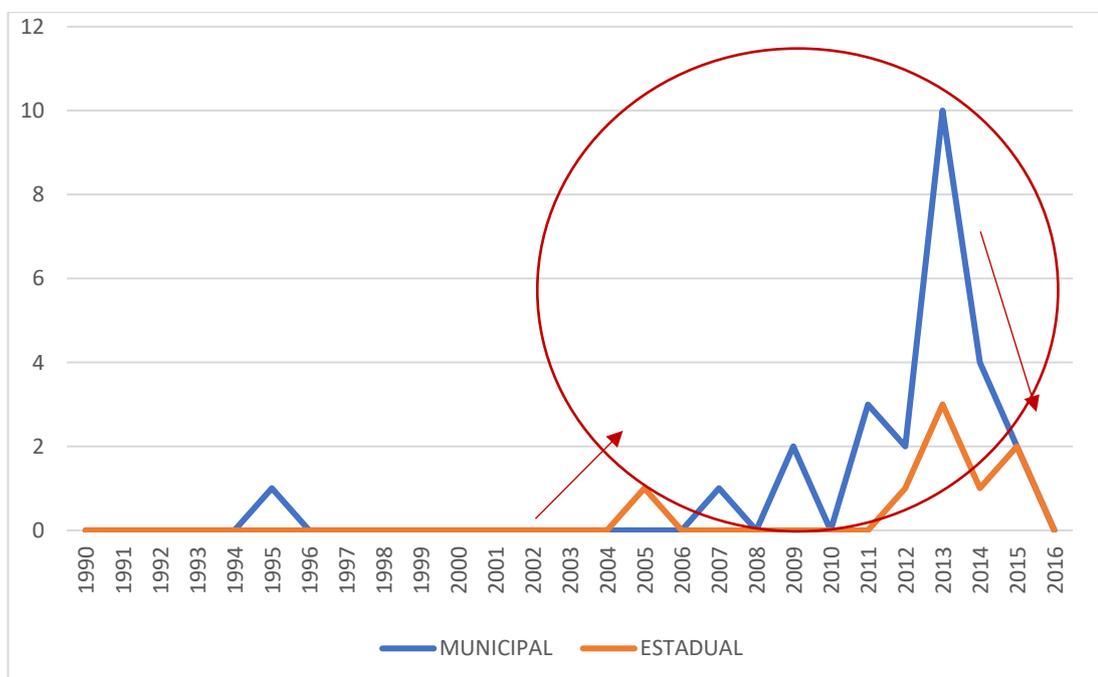
No capítulo 4, “Nexos da diferença e a inclinação dos jornais”, busco demonstrar o processo de retroalimentação jornalística e a influência *a posteriori* nas políticas públicas estudadas, comparado as avaliações do programa “De Braços Abertos” e do “Recomeço” na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo; a intenção é evidenciar como os jornais exerciam também um controle a partir das críticas às políticas públicas sobre o crack.

Por fim, na conclusão aponto que tipo de formatação o crack se tornou desde o ano de 1990 até o ápice de seu agendamento em 2016, bem como as relações de poder entre a imprensa paulista e as políticas públicas, desde seu nascimento, conformação e alteração, cujos rebentos são o crack que o Brasil conhece.

2 COMO O CRACK ENTROU NA PAUTA POLÍTICA

Não se tem referência midiática ou no campo político a respeito do crack durante a década de 1980 em São Paulo, embora constem evidências que ele já tivesse sido apreendido no ano de 1986 (MAGALHÃES, 2015). De uma certa forma, isso quer dizer que a droga não era um problema na agenda política. Percebe-se, entretanto, um aumento abrupto da produção legislativa em torno ou sobre a droga, a chamada “agenda oficial” (KINGDON, 2003) ou “agenda formal” (BAUMGARTNER; JONES, 1991) coincidente aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) assim como as discussões, sobretudo no período de tensionamento político (2012-2016) dos programas “De Braços Abertos” e “Recomeço”. Já na década de 1990, embora o crack fosse um tema da pauta midiática e conhecido na instância legislativa (1995), não estava na agenda política, conforme demonstra o gráfico abaixo¹⁹:

Gráfico 3 - Produção legislativa do município e estado de São Paulo sobre o crack VS. ano (1990-2016)



¹⁹ O gráfico foi construído através de pesquisa da palavra-chave “crack” nos arquivos digitais da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), site <https://www.al.sp.gov.br/alesp/pesquisa-legislacao/> e da Câmara Municipal de São Paulo <http://www.saopaulo.sp.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/leis-e-outras-normas/>.

Fonte: elaborado pelo autor.

A intitulação “agendamento” é uma metáfora que utiliza a ideia de pauta, programa, cuja preocupação central é a relação entre o tempo e o tema percebidos por uma sociedade. (MCCOMBS, 2008, p. 206). A filtragem de uma questão como “problema” e, portanto, destacável das demais, inclusive na esfera política, não é meramente individual ou subjetiva, mas social²⁰. Ou seja, o que a sociedade dá atenção, foco, ou desconsidera são reflexos dos eixos e da maneira sobre o qual ela própria está organizada²¹. Esse processo foi pensado pela chamada “teoria do agendamento” (*Agenda-setting theory*), tal como as proposições de Maxwell McCombs e Donald Shaw (2000), Kingdon (2003) e Cobb, Keith e Mayer (1976). Em si, agenda é a capacidade dos grupos em manter problemas e alternativas políticas dentro ou fora da pauta política e do controle da informação, tanto as escolhas quanto as não-escolhas (EDELMAN, 1964, 1988; BACHRACH; BARATZ, 1962).

Cabe, com base no gráfico 3, afastar um possível equívoco de que o aparecimento do crack na imprensa se deu em razão das abordagens e da produção legislativa, pois foi justamente o contrário. Nos anos 90 praticamente não havia projetos de leis, decretos, portarias etc., sobre o crack nas instâncias estadual e municipal. O primeiro Projeto de Lei municipal surgiu em 1995, quando o crack já estava amplamente difundido na pauta midiática com a “cracolândia” e colocado como a droga mais usada (CRACK, 1996a, p. 3).

O problema agendado na década de 90, entretanto, era outro, o “menor” e sua trupe: pivetes, abandonados e infratores (HARDY; RABELLO, 1992; FRONTANA, 1990; FIORE, 2013), bem como o uso de cola de sapateiro. O jornal O Estado de S. Paulo de 13 de setembro 1988 afirmava que “[...] Os entorpecentes mais usados no Brasil são produtos inalantes – lança perfume, cola de sapateiro, benzina, éter,

²⁰ A hipótese levantada por Walter Lippmann em seu livro *Public Opinion* (LIPPMANN, 1922), investigando a questão da limitação, percepção e comunicação humana. O pressuposto geral é a impossibilidade de que todos percebam e dominem tudo o que acontece na dimensão chamada “realidade”. Selecionar alguns eventos implica não dar atenção, desconhecer ou descartar outros (a imensa maioria). Eventos são onipresentes, ubíquos e infinitos, enquanto a percepção humana é limitada (MCCOMBS; SHAW, 2000).

²¹ Simmel (1997) de certo modo trabalhou fortificando a base psicossocial dessa hipótese ao formular uma teoria em que as respostas psicológicas do indivíduo, suas (*re*)ações, estão fundadas na tensão entre estímulos e adaptação, isto é, na interação. No esquema simmeliiano, a renúncia, indiferença, o aspecto blasé, assim como o tocante, chamativo, são resultados das interações de aspectos externos e internos ao indivíduo.

acetona, esmalte, cheirinho da loló (lança perfume caseiro à base de éter e clorofórmio” (PESQUISA, 1988a, p. 14). Abordagem muito similar em termos de estrutura e abordagem da que constava na Folha de S. Paulo no mesmo dia, quando retratava o uso de drogas na escola: “As mais usadas são os solventes e inalantes, como benzina, éter, gasolina e o cheirinho da loló” (PESQUISA, 1988, p. 7). A cola era tratada como uma espécie de “droga de criança”, droga de jovens (dada a enfática correlação entre os objetos cola e menores). O exemplo pode ser encontrado na reportagem:

Uma menina de sete e um menino de oito andavam com dificuldade ontem à tarde pela rua Condessa de São Joaquim, na Liberdade. Tinham cheirado cola de sapateiro e pareciam desorientados (CHEIRANDO, 1988, p. 1)

No ano de 1979, Rosa Maria Ferreira realizou uma pesquisa sobre as condições dos “meninos da rua” na cidade de São Paulo. Já naquele período, Ferreira narra um processo de estigmatização desses indivíduos, havia um fatalismo e desconfiança em relação ao futuro deles; expectativa do fracasso “[...] uma amarga convicção de que estas coisas estão perdidas para sempre; de que a trajetória e o fim de suas vidas estão predestinados a serem irrevogavelmente violentos” (FERREIRA, 1979, p. 90).

A autora diz também que essa tônica era ditada pelos meios de comunicação “[...] para a população em geral, nela incluída a própria massa de marginalizados, os meios de comunicação passam uma imagem de pânico, perigo e violência estimulando a estigmatização do pobre” (FERREIRA, 1979, p. 18). Segundo ela, a marginalidade adquiriu *status* de problema (portanto, de pauta²²) quando começou a colidir com a ordem instituída (*insider*) a partir da eclosão de situações extremas de violência e criminalidade geradas pelas condições-limite de sobrevivência a que boa parte da população brasileira foi constrangida no período (*outsiders*), ou seja, por um processo de oposição que marca o *double-bind* (ELIAS, 1997).

Violência, criminalidade e os “menores de rua” eram quase uma coisa só, ou melhor, perpassavam caminhos indissociáveis (GUIRADO, 1980, p. 33). O

²² Pauta na visão de Mccombs (2002) é impressão de poder e o prolongamento do objeto no tempo, o percurso sinuoso ou retilíneo pelas edições jornalísticas. É, portanto, do ponto de vista da ação, não necessariamente a sincronia da argumentação ou de suas vinculações, mas o desenrolar próprio do ato de narrar.

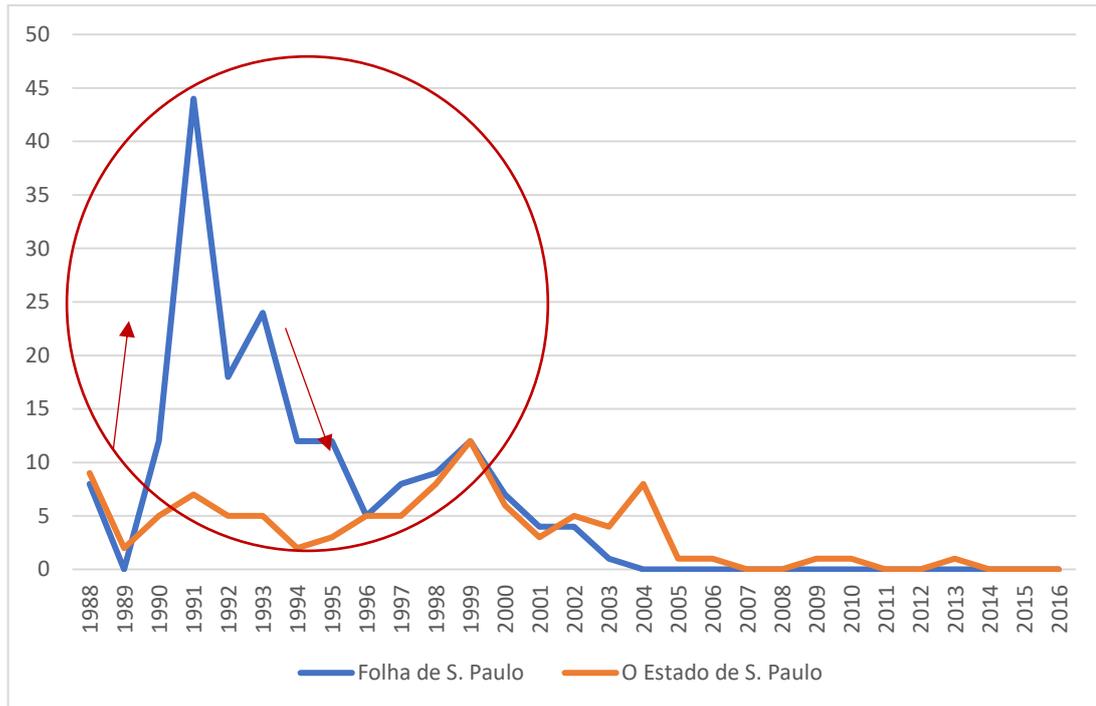
agendamento do tema da cola de sapateiro se deu em meio à Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM/FUNABEM) (VIOLANTE, 1983). Cabe dizer que havia um cabo de guerra sobre o “menor” no começo dos anos 90: Luiza Erundina do PT tinha um discurso voltado para políticas sociais e menos “hospitalocêntrica” (SCHMIDT, 2004, p. 178), enquanto Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury Filho tinham concepções mais policiais (SCHMIDT, 2004, p. 178)²³: prova dessa disputa é que de 1991 a 1993 o tema da cola de sapateiro tem seu ápice de abordagens na Folha de S. Paulo. No ano de 1990, a promulgação da Lei 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, sinalizava o foco neste contexto. O projeto de Lei Municipal n. 699/1991, do vereador Mauro Ailton Puerro, proibindo a utilização de benzeno por estabelecimentos industriais em São Paulo, era a resposta às demandas dos anos anteriores, portanto, em uma etapa bastante avançada do processo de agendamento.

Esses exemplos são recursos históricos capazes de demonstrar quais problemas e qual contexto era narrado anos antes da chegada do crack no Brasil. Em 1991, o crack sequer figurava na lista das piores drogas: "Qual é a pior droga? Tire sua conclusão", provocava o jornal Folha de S. Paulo (ALMUDENA, 1991, p. 1). Quando detalhei a pesquisa sobre a cola de sapateiro, investigando as abordagens de 01 de janeiro de 1988 (incluí o período que antecede a chegada do crack) a 31 de dezembro de 2016 no Jornal Folha de S. Paulo e no O Estado de S. Paulo, para entender a relação entre a respectiva droga e o crack, inclusive a hipótese da sucessão na agenda pública/governamental, observei que há entre a primeira e a segunda droga uma relação inversamente proporcional em quantidade, isto é, enquanto diminuíam as abordagens sobre a cola, aumentavam as do crack²⁴.

Gráfico 4 - Abordagens “cola de sapateiro” VS. ano – Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo

²³ Luiz Antônio Fleury Filho, por exemplo, foi secretário Estadual de Segurança Pública da gestão de Orestes Quércia de 1987 a 1990.

²⁴ Ao todo, 190 referências ao termo “cola de sapateiro” foram encontradas neste período no jornal Folha de S. Paulo; 10 foram descartadas devido ao fato da referência não ter sentido relacionado à droga (Teledramaturgia; indústria; estofamento; venda, artesanato). No jornal O Estado de S. Paulo 194 ocorrências foram encontradas, 95 foram descartadas em decorrência do termo estar vinculado a outra questão diversa da cola de sapateiro enquanto droga ou duplicação da abordagem.



Fonte: elaborado pelo autor.

Aos poucos, contudo, os meninos de rua e a cola de sapateiro deixaram de ser a fonte e o centro da perversidade nas páginas dos jornais, conforme o gráfico 4. A tiragem de 2 de fevereiro de 1992 da Folha de S. Paulo expressa a vinculação diacrônica entre cola e crack sob o arranjo da substituição. Uma das matérias dizia "Crack substitui cola de sapateiro e vicia meninos de rua em São Paulo: deitados em barracos, crianças fumam derivado da cocaína por 3 dias sem comer" (NASCIMENTO, 1992, p. 1)

As agendas políticas refletiram as transformações em causa: em 1998, o governador Mário Covas iniciou o processo de descentralização da Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM/FUNABEM)²⁵ através da desativação do Complexo Imigrantes, findado em 1999. Os outros complexos da FEBEM foram sendo, ano a ano, desativados; sua transformação em Fundação Casa se deu no ano de 2006, através da Lei Estadual 12.469²⁶. Esse processo segue o princípio da *porta giratória* (FOUCAULT, 2011a, p. 39): quando o crack entra em cena, a cola de

²⁵Criada pelo Governo do Estado de São Paulo, a função da FEBEM tinha como função executar as medidas socioeducativas aplicadas aos menores de 18 anos de idade que cometessem atos infracionais.

²⁶Cf. <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-fundacao-historia&d=83>. Acesso em: 10 set. 2018.

sapateiro sequencialmente vai sendo posta de lado e desaparecendo, pois a atenção é um recurso limitado - são transformações na economia do controle (FOUCAULT, 2004a)

Entender a mudança de enfoque da cola de sapateiro para o crack no âmbito político, o agendamento do problema na instância partidária, passa por compreender a mudança de pauta na esfera jornalística. O crack não surgiu naturalmente como um problema midiático ou científico, e tampouco ganhou relevância política ou na produção legislativa (como demonstra o gráfico 2) apenas por ser uma questão quimicamente destacável: estima-se, de acordo com a Anvisa, que uma nova substância psicoativa surja no mercado por semana²⁷. Antes de ser um problema em território nacional, o crack era retratado na seção exterior nos jornais brasileiros na década de 1980, observação que se resume basicamente aos Estados Unidos (tabela 1).

Ao investigar a menção ao termo “crack” na Folha de S. Paulo entre 1º de janeiro de 1988 e 31 de dezembro de 1989, período amostral que antecede a chegada do crack ao Brasil, encontram-se 222 ocorrências. Destas, 25 são menções à droga. Houve 197 descartes²⁸. Já no Jornal O Estado de S. Paulo, no mesmo período, encontram-se 96 ocorrências: destas 80 são descartadas em razão de divergência no objeto:

Tabela 1 - Abordagens do crack período 1988 (1 de jan) a 1989 (31 de dez)

JORNAL	N. OCORRÊNCIAS “CRACK”	N. OCORRÊNCIAS CRACK VINCULADO AOS EUA	%
FOLHA DE S. PAULO	25	23	92
O ESTADO DE S. PAULO	16	15	94

Fonte: elaborado pelo autor.

Quase todas as abordagens sobre o crack no período se destinam aos Estados Unidos. Destaco que as duas outras referências do jornal Folha de S. Paulo ao crack também eram externas ao Brasil: uma destinada à Espanha e a outra à Inglaterra. As vinculações temáticas e os objetos que ladeiam as notícias (as referências espaciais

²⁷ ANVISA. Classificação e novas substâncias psicoativas (NSP). Brasília, [s.d]. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/controlados/nsp>. Acesso em 15 jun. 2019.

²⁸ Referentes ao termo crack enquanto abrupta queda econômica, episódio histórico da queda da bolsa de Nova York, crack significado de quebra, crack sobrenome, nome de peça de teatro, radical de outras palavras etc.

a “Tenderloin”, ao “Bronx Novaiorquino”, ao “Brayn Park”; a inserção do conceito de “gangs” e a tônica policial, por exemplo) evidenciam o alinhamento das categorias dos jornais com os Estados Unidos, país paradigma e referência nas páginas jornalísticas sobre o “exterior”. Naquele período, os Estados Unidos se empenhavam em alternativas proibicionistas, numa compreensão de guerra às drogas, coibindo as ilícitas-más.

Assim, quando o crack chega ao Brasil nos anos 90, já tinha ampla difusão no meio social pela conceituação norte-americana (ROMANINI; ROSSO, 2012)²⁹. A atenção dos Estados Unidos à droga influenciou os jornais brasileiros sobre o que pensar. Essa incorporação, em um primeiro momento, aponta certo distanciamento, “o problema deles”, o que se refletia além na distinta localização entre o objeto e o produto da abordagem, nos pressupostos colonialistas. Por outro lado, refletia o fato de que os problemas norte-americanos como o crack, frutos de um desenvolvimento econômico pulsante, desenfreado e ao mesmo tempo colérico, na visão pré-moderna, são um prelúdio dos nossos problemas futuros, isto é, que seriam tardiamente alcançados pelo Brasil (SOUZA, 2010, WACQUANT, 2001, p. 3).

Hartman e Gollub (1999) investigaram a forma como os jornais retrataram a noção “epidêmica do crack” nos Estados Unidos em parte justificada pelas suas audiências. Assim, a atenção ao crack foi impulsionada pela busca do jornalismo por um mercado mais interessado por notícias policiais e um inimigo comum, o que contaminou a agenda pública (HARTMAN; GOLLUB, 1999). O crack foi impulsionado pela indústria jornalística, pelo jornalismo de mercado. A metodologia proposta pelos autores foi a observação da relação entre a pauta jornalística e a agenda política. Eles demonstraram que o sensacionalismo sobre a droga tinha fundamento nas reportagens publicadas nos jornais New York Times, Time e Newsweek entre os anos de 1985 a 1995, o que contribuiu para desviar o foco das autoridades dos problemas sociais estruturais (HARTMAN; GOLLUB, 1999).

O trabalho de Jaqueline Souza (2012) deu enfoque ao agendamento e ao enquadramento do crack. Ela investigou as abordagens do tema crack em 80 jornais nacionais (dentre os quais estão a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo) entre

²⁹ Romanini e Rosso (2012, p. 84) chegam a dizer que a história do crack no Brasil seguiu uma trajetória semelhante à dos Estados Unidos, porém com um atraso de aproximadamente 10 anos.

01 de janeiro e 31 de dezembro do ano de 2010. A contribuição mais singular de Souza se deve ao seu próprio recorte, o ano de publicação do Decreto nº 7.179 que, durante o governo Luís Inácio Lula da Silva, instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas (BRASIL, 2010). As conclusões de seu trabalho demonstram que tipo de reação a mídia impressa teve sobre uma mudança significativa no tratamento do crack: Souza constatou, por exemplo, que no mês de lançamento do primeiro plano de enfrentamento do crack, em maio, as abordagens jornalísticas tiveram um grande aumento, numa clara relação entre pauta e políticas públicas (SOUZA, 2012, p. 42).

Após o crack ter recebido o status de problema e entrar na agenda governamental, ele se desprende da imprensa e se torna uma questão pública. A reflexão mais profunda de Kingdon (2003) se refere ao fato de que as políticas e as agendas públicas acabam sendo “escolhas pré-escolhidas”, ditadas pelas instâncias de agendamento, portanto não são um campo de livre postulação ideológica ou cuja atuação se destinem a resolver os problemas mais graves de uma nação.

Compreender a eminente atenção ao crack dos governos do PSDB e do PT em São Paulo, o “boom dos serviços” destinados à droga nos anos 2000 e seguintes (FROMM, 2016), o valor por detrás do aspecto quantitativo (MCCOMBS; SHAW, 2000; KINGDON, 2003; COBB; KEITH; MAYER, 1976), passa pelo fato de que existe uma relação de retroalimentação entre as pessoas, inclusive políticos, cientistas e pesquisadores e as instâncias de agendamento³⁰.

Não estou propondo que os políticos vão às bancas ou abram algum site, compreem e leiam jornais, absorvendo tudo que lhes é dito, como se o jornal fosse uma espécie de controlador de mentes ou conspirasse racionalmente para arquitetar toda dominação social, como propôs a teoria da agulha hipodérmica (LASSWELL, 1949). Não é esse tipo de dominação que os jornais exercem sobre o social ou o que busco explorar. A perpetuação do jornalismo é opaca e não requer uma lembrança direta, consciente ou racional. Pelo contrário, esse efeito sustenta-se especificamente da

³⁰ Já na década de 90, encontram-se diversos estudos sobre o crack. Na UNIFESP, a primeira abordagem também se dá no ano de 1996, o trabalho “‘Baquêros’ e ‘Craquêros’: um estudo etnográfico sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo” (NAPPO, 1996) e “Comorbidade e transtornos da personalidade na farmacodependência de cocaína” (RAZ-ZOUK, 1996). A base de dados da Scielo marca o ano de 1997 com a publicação de “Aumento da procura de tratamento por usuários de crack em dois ambulatórios na cidade de São Paulo, nos anos de 1990 a 1993” (FERRI; LARANJEIRA; DA SILVEIRA; J. DUNN; FORMIGONI, 1997).

reiteração, reprodução, uma “teoria de todos os dias”, cuja repetição é o elemento mais evidente de eficácia.

O resultado é que as prioridades dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, como instâncias primárias na construção da realidade, sob forte influência norte-americana, alimentaram e foram alimentadas pelo público num cenário proibicionista (MCCOMBS, 2002). As chamadas etapas pré-decisórias, (a) o estabelecimento de um problema, e (b) a criação de alternativas, tangenciam o resultado da agenda nacional, na decisão e em sua implementação. Com isso, quero dizer que o crack foi colocado em pauta por um conjunto de atores e instituições, incluindo a imprensa e replicado como objeto, indiferente à inclinação ou concepção, como *questão problema* no campo político, partilhada tanto pelo PSDB quanto pelo PT.

3 A QUESTÃO DO DISCURSO

O crack, porém, não é somente um objeto no foco dos jornais e das políticas públicas, tem todos os aspectos de um *discurso*, pois está inclinado a determinados tipos de saberes, enunciados, regularidades, formas de dispersão e a determinada forma de verdade que se verte em poder (FOUCAULT, 2008, p. 43). Após revisão, em 1994, a terceira edição do Novo Dicionário Aurélio incluiu o verbete crack “droga derivada da cocaína”³¹. Essa referência também aparece em larga escala nos jornais. Contudo, a denotação “crack” não é capaz de expressar os atributos e os significados da referida droga: o crack é submetido e coligado ao sistema simbólico da marginalidade social e não ao usuário de cocaína, que, muitas vezes, sequer aparece como “usuário de drogas” (IRWIN, 1995; FIORE, 2013).

Gilberto Velho (1998) demonstrou como o agrupamento e a hierarquia em torno das drogas estão ligados à sociabilidade e à representação dos seus usuários, não simplesmente à questão química ou tóxica. Mais do que isso, Velho concluiu que o uso de drogas não é necessariamente um pilar da vida marginal ou classificação moral. Na verdade, é no âmbito social que as drogas são classificadas. Neste sentido, um drogado não é “aquele que consome e necessita de alguma droga ou substância química”, mas um tipo de (des)qualificação social.

A literatura aponta que a mídia não só tratou do crack, mas criou um discurso de “demonização” dos sujeitos, do usuário da droga, indivíduos “possuídos”, “inimigos” (ANTUNES, 2011; SENA, 2012; FIORE, 2013), o que ultrapassa a questão química e faz diferenciar o crack de outras drogas. Segundo a Fiocruz (2017), 3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas. A substância ilícita mais consumida no Brasil é a maconha: 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já a usaram ao menos uma vez na vida. Em segundo lugar, fica a cocaína em pó: 3,1% já consumiram a substância. Nos 30 dias anteriores à pesquisa, 0,3% dos entrevistados afirmaram ter feito uso da droga. Aproximadamente 1,4 milhão de pessoas entre 12 e 65 anos relataram ter feito uso de crack e similares alguma vez na vida. O número de pessoas que já experimentou crack na vida equivale ao número de pessoas que experimentou Ecstasy/MDMA (FIOCRUZ, 2017, p. 111). Outro dado relevante é em relação ao consumo mensal, nos

³¹ FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

últimos 12 meses e nos últimos 30 dias, o consumo de cocaína se apresenta três vezes maior que o de crack. Em relação às drogas lícitas, estimou-se que o uso de álcool corresponda a 30,1%, o que representa aproximadamente 46 milhões de habitantes. Enquanto cerca de 26,4 milhões de brasileiros de 12 a 65 anos tenham consumido algum produto de tabaco nos 12 meses anteriores à pesquisa (FIOCRUZ, 2017). Essa proporção, contudo, não se repete nos jornais ou na percepção da sociedade de um modo em geral, que dá muito mais destaque às substâncias ilícitas e ao crack.

Um dos primeiros estudos a tratar da relação entre a mídia e o crack foi realizado por Reinerman e Levine (1997). Os autores descrevem o processo social de demonização da droga, indicando que a primeira referência histórica ao termo “crack” se deu em um artigo publicado em 1984 no jornal Los Angeles Times. Além de ser um tema em voga, a expressão “crack” trazia à tona um significado muito ruim para os norte-americanos, pois remetia à arquitetura dos sentimentos e das memórias da quebra da bolsa de Nova York, no ano de 1929. Dois anos depois, a TV norte-americana, representada pela CBS, veiculou um documentário chamado “*48 Hours on Crack Street*” (REINARMAN; LEVINE, 1997, p. 48), trazendo a discussão da droga para o âmbito simbólico da “catástrofe”, “destruição” e “terror”.

Também no intuito de explicar a forma como a mídia impressa se relaciona o tema do crack no Brasil, Chagas e Seeger (2013) abordaram a campanha promovida pelo jornal Diário de Santa Maria do Grupo RBS, “Crack Nem Pensar”, lançada em 28 de maio de 2009. Segundo eles observaram, há um entrelaçamento entre o campo político, jurídico, médico psiquiátrico e as campanhas antidrogas, recurso midiático dos mais utilizados na atualidade, com o intuito de reduzir a demanda e o consumo de drogas na sociedade. O fato é que as próprias campanhas se ancoraram em discursos de demonização: em 1997, a atriz Cláudia Ohana interpretou o “crack” em comercial de TV com duração de 51 segundos para a campanha “Drogas. nem morto”. Nele, a atriz falava em tom e roupa de sedução; depois ficava transtornada, transformava-se em um monstro e alterava a voz para o grave; assim que destruía sua vítima, voltava ao estado de normalidade³²:

Muito prazer meu nome é crack, levo apenas 15 segundos para chegar ao seu cérebro, 15 minutos depois você está me querendo de novo

³² MEU NOME é crack (51s), 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oKso5tOy6tY&feature=youtu.be>. Acesso em: 10 abr. 2019.

para acabar com a depressão profunda. Eu sou bem popular, muito popular: boia fria, moleque de rua, até quem não tem onde cair morto sempre arruma uma graninha para poder me consumir. Eu sou feliz, eu sou tão feliz, você vai me fumar dia e noite, nós só vamos nos separar quando eu provocar em você infelicidades irreversíveis, muito prazer meu nome é crack (MEU NOME, 1997)

Logo, as pretensões de “guerra às drogas” foram veiculadas e transmitidas, em anúncios, cartazes, editoriais etc. alcançando, de um modo ou de outro, várias instituições sociais e reforçando ainda mais o processo de difusão proibicionista. No limite, a discussão de Chagas e Seeger é o poder implícito nas abordagens jornalísticas, através dos fenômenos de difusão, reprodução, inscrição, rotulação (2013).

O estudo de Cunda e Silva (2014) abarcou uma concepção de poder que retira a influência da imprensa do campo da especulação, atribuindo-a aos elementos simbólicos de dominação. Os autores notaram que havia uma espécie de narrativa caricata e sensacionalista do “usuário do crack”, reportando-se sempre ao aspecto policial, o que implicava em conformação e intensificação do controle sobre este agrupamento:

As primeiras notícias vieram dos meios de comunicação sensacionalistas, em programas que retratavam a bandidagem sendo abordada pela polícia ou as famílias que acorrentavam e algemavam seus filhos para evitar que saíssem de casa. A grande mídia restringiu o tema, num primeiro momento, às páginas policiais. (...) As manchetes desse período são fortes, marcando o usuário de crack como transgressor definitivo, tomado impiedosamente como por uma peste viral. Em um programa popular de rádio, o apresentador, a certa altura, pergunta: "o que fazer? Tem que mandar matar", expressando uma opinião presente em muitos discursos. Em vez de matar, o que seria inviável, apesar de dizível, a grande imprensa formulou ações em defesa da vida. (CUNDA; SILVA, 2014, p. 248)

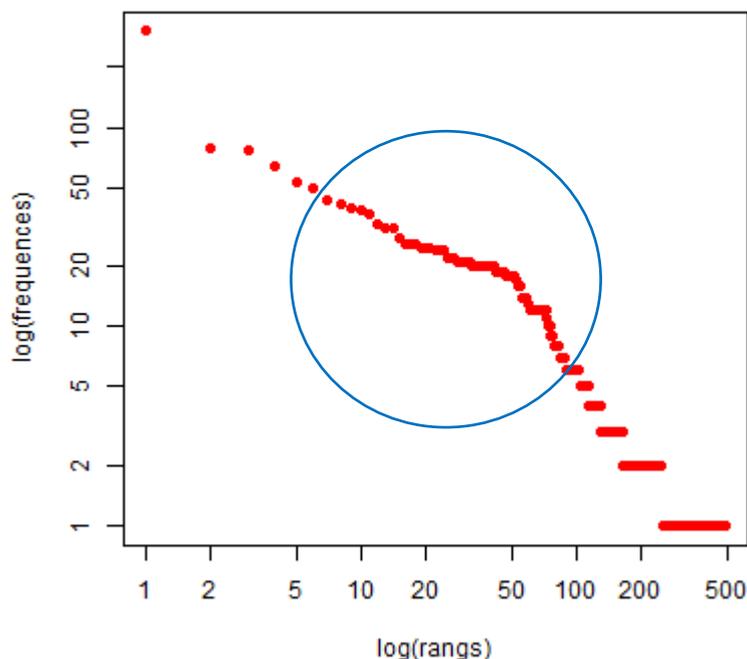
Portanto, a influência dos jornais nas ações públicas, como Reinerman e Levine (1997) Sena (2012), Chagas e Seeger (2013), Cunda e Silva (2014), chamaram atenção, não se limita à etapa inicial de concentrar a atenção em um determinado objeto (sobre qual objeto pensar). A imprensa também contribuiu com a questão subsequente, o processo de comunicação e construção das referências e estruturas simbólicas (o que pensar sobre dado objeto).

A segunda questão que pretendo tratar no estudo da apropriação política da narrativa jornalística do crack em São Paulo é a ordem discursiva que o constitui.

Discordo dos pressupostos adotados por Fromm (2016) de que as medidas adotadas na gestão de Geraldo Alckmin (CRATOD, programa “Recomeço”) e as de Fernando Haddad (programa “De Braços Abertos”) propõem devires ancorados em distintos paradigmas técnico-morais. Quero, pelo contrário, demonstrar como, mesmo sob divergências ideológicas, tais programas apresentavam pressupostos comuns estruturados na a narrativa midiática, como a noção de sujeito, de lugar, de tempo, isto é, conversam sob uma mesma linguagem ou canal de comunicação.

Analisei a partir do *software* Iramuteq 0.7 Alpha 2 a cartilha dos programas “De Braços Abertos” e “Recomeço” – destaco que fiz uma separação entre as duas cartilhas, não fazendo a junção de seu conteúdo para traçar os aspectos comuns. Através da ferramenta *estatísticas textuais*, constatei que existem várias expressões (*rangs*) repetidas em ambos os documentos (*frequences*) – inscritas no círculo azul. Isso demonstra como as cartilhas tem uma organização comum dos enunciados. Poucas expressões são repetidas uma enormidade de vezes em cada cartilha. Em geral, são relativas às nomenclaturas e especificidades de cada programa. Muitas expressões são repetidas poucas vezes (o que o *software* chama de *Hapax*):

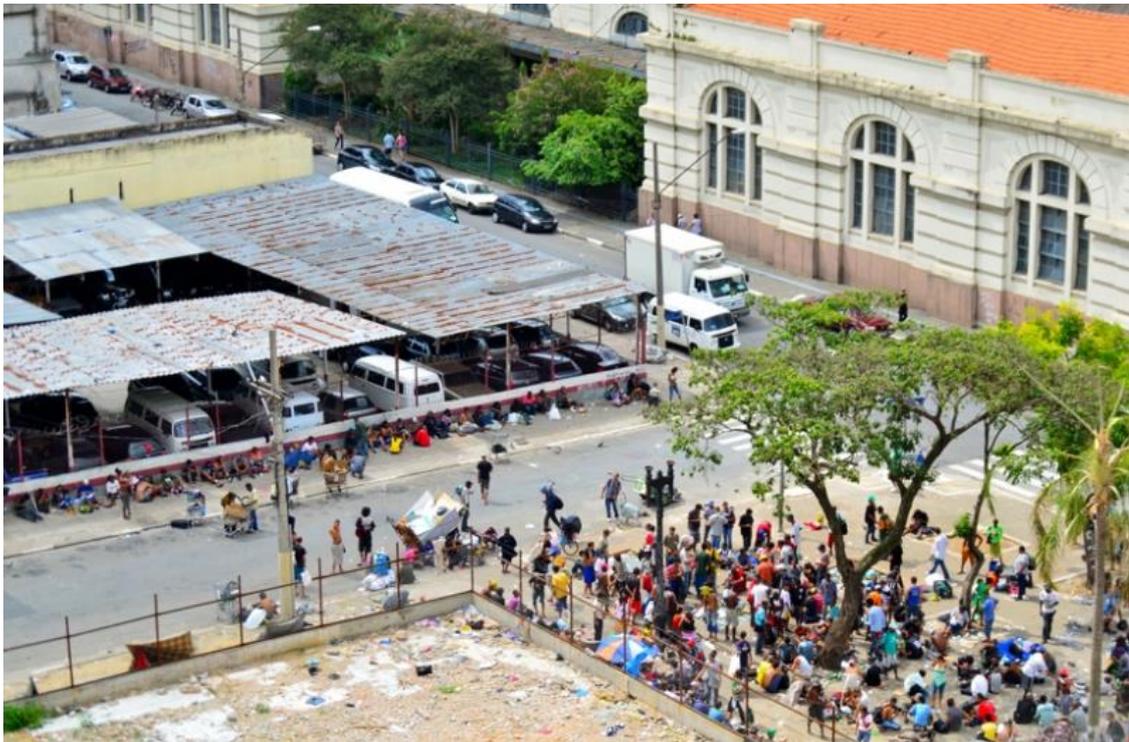
Gráfico 5 - Estatísticas textuais “De Braços Abertos” e “Recomeço”



Fonte: elaborado pelo autor.

Os programas são, como mencionei, diferentes, mas ambos dão enfoque ao crack e não a qualquer outra droga. O crack é, entre as formas comuns, a droga mais mencionada (6 vezes “De Braços Abertos”/14 vezes “Recomeço”). Ambas as cartilhas trazem as expressões “usuário” (12 vezes “De Braços Abertos”/9 vezes “Recomeço”), e representações bastante similares para a expressão “usuário de drogas” ou “dependentes”, craqueiros sujos aos montes, na rua:

Imagem 3 - Foto utilizada na cartilha do programa “Recomeço”



Fonte: cartilha “Recomeço” (SÃO PAULO, 2013, p. 5).

Imagem 4 - Foto utilizada na cartilha do “De Braços Abertos”



Fonte: cartilha “De Braços Abertos” (SÃO PAULO, 2015, p. 10).

Também constatei que as cartilhas apresentam uma classe inteira de expressões relacionadas à territorialização do consumo de drogas (representado pelo crack) em um local específico: além das fotos com a Estação Júlio Prestes ao fundo, falam de Luz, Rua Helvétia, “Cracolândia”. Ou, mais do que isso, tratam essas regiões como “reduto de usuários e traficantes e têm como objetivo a implementação do Espaço Helvétia” (“De Braços Abertos”), “redução das taxas de crime no território” (“De Braços Abertos”), “Ocupação do território na região da Luz” (“De Braços Abertos”), Projeto Helvétia (“Recomeço”), “região da Cracolândia” (“Recomeço”). A questão médica também fica evidente nos dois programas, com grande espaço, composta pelas seguintes expressões e frequências:

Tabela 2 - Frequência de termos relacionados à saúde cartilha do programa “De Braços Abertos” e “Recomeço”:

Expressão	“De Braços Abertos”	“Recomeço”
Saúde	11	5
Atenção ³³	4	2

³³ Todas as referências à expressão “atenção” estavam relacionadas ao discurso médico.

Desintoxicação	0	8
Enfermaria	0	5
Internação	0	25
Tratamento	0	7
Hospital	0	11
Atendimento	3	17
Terapêutico	0	19

Fonte: elaborado pelo autor.

Ambas tratam do tema saúde, embora uma seja voltada à redução de danos (“minimizar”, “reduzir”, “amenizar”) (MARLLATT, 1999) e a concepção mais ampla de saúde e a outra de abstinência e um viés mais institucional (“hospital”, “enfermaria”, “internação”, “terapêutico”). Na cartilha do “De Braços Aberto”, fala-se em epidemia do crack, conjuntura também alegada pelo coordenador do programa “Recomeço”, Ronaldo Laranjeira³⁴. Também observei que ambas as cartilhas dão ênfase ao trabalho, “emprego” (“De Braços Abertos”), promover “capacitação profissional” e “contratação de serviço” (“Recomeço”), sugerindo que o “usuário de droga” é um indivíduo desprovido desse capital. Portanto, acabam reproduzindo a lógica de que tratar usuários de drogas é tratar de miseráveis e de exclusão.

As noções de “usuário” adotadas tanto na gestão do PSDB quanto na do PT se apropriam de conceitos formados num discurso que vai muito além da condição de usuário de dado composto químico, pois o consumo isolado de drogas não implica de modo automático nos pressupostos emergidos nesses recortes/categorizações (VELHO, 1998). É preciso questionar, então, de onde surgem tais noções. Na prática, a categoria “discurso” ajuda a pensar e privilegia as relações e transformações históricas que envolveram o crack: como o conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, especialmente na relação das estruturas objetivas, a política e os meios de comunicação? O conceito fornece, então, uma definição para a noção de significado dominante, de poder e linha ideológica, para examinar empiricamente o papel dos jornais na construção do sentido do crack³⁵. Segundo Foucault, o discurso reduz as

³⁴ LARANJEIRA, Ronaldo. Recomeço: direito a uma nova vida. São Paulo: jornal Folha de S. Paulo, caderno A, seção opinião, p. 3, 20 maio 2013.

³⁵ O discurso engloba a noção de enquadramento. Embora ambas as categorias chamem

asperidades materiais e as incoerências, fazendo prevalecer o sentido dominante:

Supõe que em toda sociedade, a produção no discurso é ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1996, p. 9)

Por este motivo, para me referir ao discurso sobre o crack, lanço mão de muitas aspas, especialmente nos termos “crack”, “cracolândia”, “usuário de crack”, “craqueiro” etc. A intenção é marcar uma diferenciação essencial ao trabalho: não estar tratando do crack ou do usuário de crack em sentido objetivo, mas da construção social, da representação que estes símbolos adquiriram politicamente a partir dos discursos jornalísticos. Resgato aqui a discussão sobre *enquadramento*. O sentido de *enquadramento* ou *framing* foi esboçada por Gregory Bateson, em a “*Theory of play and fantasy*” (2006). A partir de uma visita ao zoológico, Bateson observou dois macacos brincando; embora a cena contivesse elementos de luta, como puxões, esquivas, não era um combate, mas uma brincadeira, compreensão que só seria possível do ponto de vista da comunicação, se os participantes fossem capazes de trocar sinais que levaria a mensagem “isto é jogo” (BATESON, 2006, p. 68).

Esta noção nasce dentro da análise da comunicação e da psicologia cognitiva (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981). Na visão de Bateson, todo *enquadre* é metacomunicativo e toda metacomunicação define um *enquadre*. Isso significa que o enquadramento permite indicar o tipo e a natureza da interação entre os interlocutores em determinada situação (MENDONÇA; SIMÕES, 2012). Ao mesmo tempo, toda mensagem que faça referência à natureza da relação entre os sujeitos permite compreender a situação ali delineada, assim como as regras implícitas ou aspas que orientam as ações destes mesmos sujeitos.

Posteriormente, o conceito de enquadramento foi desenvolvido por Erving Goffman (2011). Na obra “*Frame Analysis: An Essay on the Organization of Experience*”, traça como princípios de organização que governam os eventos sociais ou experiências, que acabam *moldando* a compreensão de “mundo” ou “realidade social”.

atenção para a formulação de um problema sociopsicológico e tratem de princípios de organização do mundo social (REESE, 2001) ou “padrões de cognição” (GITLIN, 2003), o estudo do enquadramento é mais direcionado à análise da situação, do caso específico para explicar a pergunta “o que está acontecendo aqui?” (BATESON, 2006, p. 68; GOFFMAN, 2011), enquanto do discurso é mais amplo, estrutural.

Mas afinal, o que Goffman chamada de princípios de organização? Tais análises privilegiavam o processo subjetivo através do qual a dinâmica dos atos sociais, da interação social se configuram. Nessa concepção, há o pressuposto de que a “realidade” seria articulada entorno de determinadas esquemas de pensamento oriundos da interação, isto é, o mundo não existiria *a priori*, o enquadramento é a atividade construtiva sob o qual a realidade simbolicamente se estrutura (REESE, 2001, p. 11). A própria metáfora de Goffman da armação, a moldura, o quadro, representa a estrutura, o cerco do conteúdo, que, por sua vez, vincula a questão da realidade social construída.

Além disso, tem que se levar em conta a interferência do que Foucault chamou de “enunciações”, nas quais a rotinização das representações jornalísticas sobre o crack associadas ao poder dá alicerces ao discurso e estrutura o saber. Enunciados são nexos e sistemas de referência dos signos nas instâncias de pensamento, aquilo que em dado formato tem uma autonomia significante, mas não constitui *per se* um discurso. É uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo qual regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2012a, p. 105). Os enunciados não são em si mesmos uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de possíveis unidades e que faz com que apareçam com conteúdos concretos, no tempo e no espaço. (FOUCAULT, 2012a, p. 105). “Meninos de rua”, “delegacia de polícia”, “cracolândia”, “HIV” são exemplos de enunciados, pois traduzem um significado e recorrências para uma mesma escala. Algumas expressões como “marginal” não têm por si só uma função enunciativa, pois precisam dos chamados “*espaços colaterais*” (FOUCAULT, 2008, p.110), espaços povoados de outros referenciais, relação com algum campo do saber para que o significado seja formatado: marginal pode se referir à posição espacial ou a exclusão na estrutura de classe.

Neste capítulo aponto, então, o esquema geral de correlação das heranças, predicados morais e distinções simbólicas sob o qual o crack foi construído pela imprensa a partir do começo da década de 90. Analisei o viés discursivo do crack no jornal Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo entre os anos de 1990 a 2016. Na Folha de S. Paulo constam 3.189 abordagens; e no O Estado de S. Paulo são 2.744. Uma mesma abordagem poderia ter mais de um viés; isso foi definido conforme a própria narrativa: por exemplo, uma matéria que trouxesse a ideia “meninos de rua

roubam para usar crack”, “menores abandonados praticam crimes por vício”, embora pareça uma abordagem de estrito sentido policial, outras questões estão no pano fundo, como a noção moral de inconseqüência do “usuário de crack”, a classe social, faixa etária e a questão urbanística, todas expressas em “meninos de rua” e “menores abandonados” (FERREIRA, 1979).

Como instrumento metodológico para separação dos enquadres, dos espaços colaterais e das propriedades constituintes do discurso sobre o crack, aplicou-se uma ferramenta capaz de verificar a frequência/ocorrências das palavras ou dos enunciados. Para, finalmente, serem divididos por contexto e agrupados a uma unidade maior, chamada classe. O mecanismo de separação ocorre através da frequência de palavras comuns e, ao mesmo tempo, particulares para construir uma dada estrutura discursiva e de representações. A classe não é em si o discurso, pois lhe falta sistematicidade; são os seus indícios, elementos conectados por algum nexos, uma vez que a regularidade de enunciados demonstra a existência de uma estrutura mais ampla – foi o primeiro passo para constatar os agrupamentos discursivos e as categorias produzidas dentro da lógica dos jornais.

Algumas expressões foram isoladas (tratadas como suplementares) devido ao fato de se enquadrarem em mais de uma classe, dependendo dos espaços colaterais para composição da função enunciativa e o, conseqüente, agrupamento, por exemplo, “crack”, “vida” e “usuário” que podem ser enquadrados em um ou vários aspectos ao mesmo tempo. Foram eliminadas as classes de palavras como artigo definido, artigo indefinido, conjunções, pronomes indefinido, pronome possessivo, pronome relativo, preposições, números, conectores. De acordo com a repetição das estruturas textuais das notícias, o *software* diagnosticou as seguintes classes:

Classe 1. Marcada por uma estrutura de expressões, enunciados, espaços colaterais, que vinculam o crack a um problema que necessita de resolução, medidas e ações (“conjunto”, “decreto”, “enfrentamento”, “resolução”, “programa”, “sociedade”, “regulamentar”);

Classe 2. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, que vinculam o uso de crack à marginalidade social, pobreza e ao aumento da violência (“emprego”, “exclusão”, “pobre”, “destrói”, “risco”, “família”);

Classe 3. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, que vinculam o uso de crack à variável etária (“menores”, “cheiram”, “adolescentes”, “cola”, “jovens”, “uso”, “largam”, “crianças”);

Classe 4. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, que vinculam o crack ao confronto polícia vs. traficante (“polícia”, “apreensão”, “tráfico”, “venda”, “preso”, “Denarc”, “quantidade”);

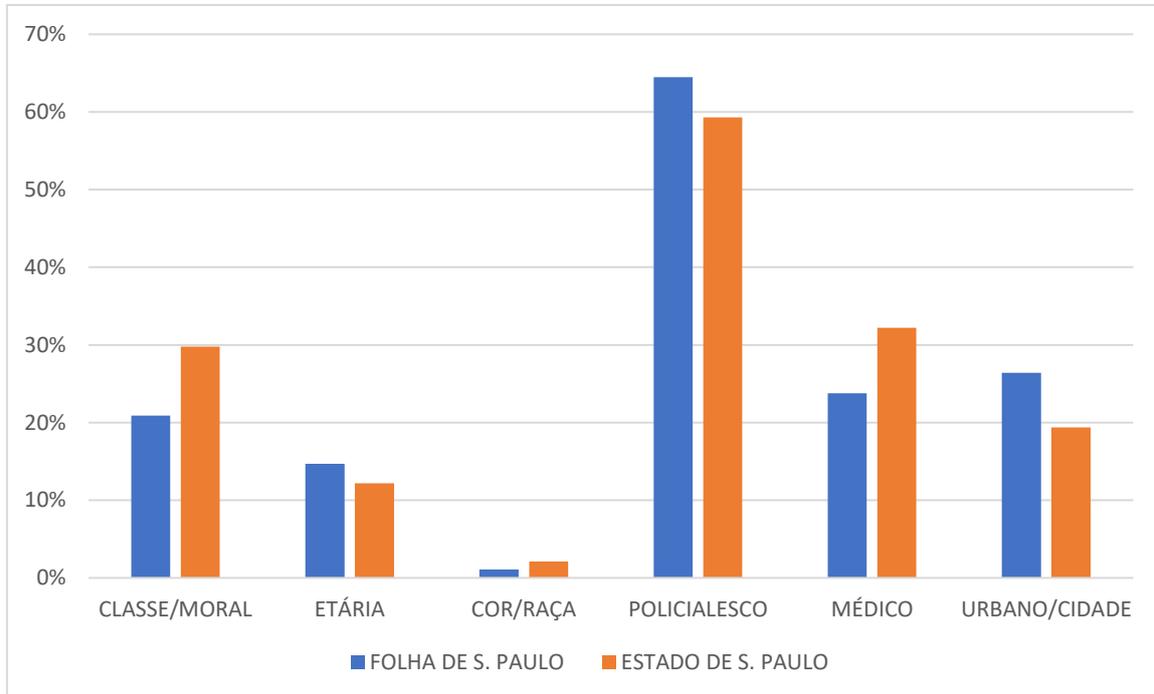
Classe 5. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, que vinculam o crack às narrativas de aumento da criminalidade, o crack (“aumento”, “cresce”, “crime”, “vício”, “medida”);

Classe 6. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, vinculados ao crack a partir do problema e ações médicas (“saúde”, “população”, “rede”, “político”, “ação”, “epidemia”, “tratamento”, “programa”);

Classe 7. Marcada por uma estrutura de expressões enunciados, espaços colaterais, vinculados ao crack a partir das questões espaciais, territoriais (“cidade”, “cracolândia”, “rua”, “centro”, “local”).

As classes encontradas nos jornais em muito se assemelham aos discursos presentes nas cartilhas dos programas, especialmente quando rearranjadas em unidades mais amplas. Nesse sentido, as classes 4 e 5 foram unidas em torno do discurso policiaisco, que inclui tanto a questão do combate ao tráfico quanto o aumento da criminalidade. A classe 1 é geral, a qual derivam todos os outros discursos, portanto, não foi considerada em termos de especificidades. A classe 2 foi considerada a partir do discurso sobre classe social, inclusive a respeito da violência, questão que pretendo explorar mais adiante. A classe 3 foi considerada como estrutura elementar do discurso sobre a questão etária. A classe 6 dá subsídios ao discurso médico e a classe 7 ao discurso sobre o urbano. Inserir também uma divisão não marcada no *software* devido à pequena frequência e comunicabilidade das expressões para pensar a vinculação do crack ao tema racial:

Gráfico 6 - Discurso do crack pelo jornal Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo de 1990 (1 jan) a 2016 (31 dez)



Fonte: elaborado pelo autor.

Observa-se similaridade nas formas e proporções de tratamento do crack entre os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O discurso policialesco aparece e prevalece em ambos, seguido pelo discurso médico. Diversos autores chamam atenção para a dualidade dessas duas formas na abordagem jornalística do crack (OBERLING; PINTO, 2015; ROMAMINI; ROSO, 2012), que também organizam os programas analisados. A questão urbana aparece em terceiro na Folha de S. Paulo e a de classe/moral no Estado de S. Paulo. As políticas públicas estão amarradas às respostas produzidas pelos jornais: as pré-escolhas, tanto temáticas quanto discursivas, num fenômeno que Kingdon (2003) chamou de “acoplamento” (*coupling*), cujo efeito é a chamada “janela de oportunidades”: uma espécie de pré-condição de ascensão, isto é, a convergência temporal que possibilita o surgimento de discursos específicos, posições, defesas e mudanças políticas.

4 O DISCURSO POLICIALESCO

Tanto na cartilha do programa “De Braços Abertos” quanto na do “Recomeço” tinha-se como objetivo o controle territorial e o combate ao tráfico de crack. No primeiro caso, previa-se especificamente a redução nas taxas de crimes violentos no território da “cracolândia” e a compreensão do crack como uma questão de segurança³⁶. No caso do “Recomeço”, preconizam-se ações preventivas do uso indevido de substâncias psicoativas, o enfrentamento ao tráfico de drogas, o controle e a requalificação de territórios específicos³⁷. Ou seja, nestes dois programas o discurso é colocado em termos policiais. Várias outras ações políticas também têm o viés policial, como a “Operação Limpa”, a “Operação Sufoco”, a “Operação Integrada Centro Legal”.

O crack *aparece*³⁸ nos jornais, logo, no Brasil, em meio a cenas de consumo e ocorrências de apreensão na cidade de São Paulo³⁹, sendo colateralizado a elementos da narrativa policial em 65% (Folha de S. Paulo) e 59% (O Estado de S. Paulo), conforme demonstra o gráfico 6. Por detrás dessa frequência e preponderância, contudo, existem relações hegemônicas globais. O crack já era apreciado sob o viés de guerra por estes jornais antes mesmo de chegar ao país, tanto que, em 1988, é o delegado de polícia Naief Saad Neto a figura entrevistada para falar sobre a hipótese do crack chegar ao Brasil: "Temos de preparar a contraofensiva agora que estamos informados sobre o que vem por aí."⁴⁰, referindo-se ao crack nos Estados Unidos.

³⁶ SÃO PAULO (Município). O programa De Braços Abertos. Secretaria de Saúde, 2015. Disponível em <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

³⁷ SÃO PAULO (Estado). Programa Recomeço: panorama das políticas sobre drogas no Estado de São Paulo. Secretaria de Desenvolvimento Social, 2013. Disponível em: https://issuu.com/edesp2013/docs/cartilha_recome_o. Acesso em: 20 dez. 2018.

³⁸ Destaco o termo *aparece*, em vez de *surge*: aparece demonstra a visibilidade, as representações, enquanto surge o próprio fato. As primeiras notícias da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo são de ordem policial.

³⁹ A forma punitiva não era a única política de gestão das drogas existente, e os intelectuais e políticos estavam cientes disso. Mesmo os próprios jornais conheciam alternativas ao modelo punitivo: "Há duas tendências no mundo: punir ou não o usuário. Nos Estados Unidos a legislação caminha para um tratamento mais rigoroso do viciado. A Suécia prefere considerar o vício como problema de saúde" (GODOY, 1991, p. 4).

⁴⁰ PEREIRA, E. “Fim” do crack é prometido há 10 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 fev. 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,fim-do-crack-e-prometido-ha-10-anos,507479>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Das 25 matérias, notícias e reportagens da Folha de S. Paulo sobre o crack nos Estados Unidos, um total de 20, ou seja, 80% tratavam o crack e o usuário como um problema policial; enquanto no O Estado de S. Paulo esse número alcançava 14, correspondente a 87,5%. As vinculações, em geral, estavam relacionadas às narrativas de flagra, infração, detenção, crimes, *gangs*, guerra, combate, ilícito, repressão, vigilância, prisão, investigação e derivados. Das 20 abordagens policiais da Folha de S. Paulo, 17 (85%) continham uma vinculação do crack com algum outro delito em sentido estrito. Em 15 casos o crack era abordado através do tráfico de drogas; 5 vinculavam simultaneamente o tráfico, o conflito e a formação de *gangs* ao crack; 1 abordagem vinculava a prostituição ao crack e outra absorvia a imigração ilegal ao crack.

A relação entre o discurso policiaisco, o estigma criado pelos meios de comunicação e a formulação de leis, políticas e punição do Estado são reflexos da nova ordem político-econômica praticada tanto nos Estados Unidos (a maior população carcerária do mundo) quanto no Brasil (a terceira maior população carcerária do mundo) e apontam para um sentido do “usuário de crack”: um tratamento fomentado pela prática da exclusão, da rejeição, de marginalização (FOUCAULT, 2012a, p. 54). O nascimento do crack é simultâneo ao processo de aumento da violência urbana, mas isso não indica que a droga deu causa ao problema; foi sim consequência imbuída no mesmo processo. A imprensa ajudou a construir a figura cujos órgãos de controle vão dar enfoque e se justificar. Wacquant menciona a relação entre o processo neoliberal, mídia e o tratamento penal destinado à gerência dos marginalizados social e economicamente:

Isso é dizer que a alternativa entre o tratamento social da miséria e de seus correlatos - ancorado numa visão de longo prazo guiada pelos valores de justiça social e de solidariedade e seu tratamento penal - que visa às parcelas mais refratárias do subproletariado e se concentra no curto prazo dos ciclos eleitorais e dos pânicos orquestrados por uma máquina midiática fora de controle, diante da qual a Europa se vê atualmente na esteira dos Estados Unidos, coloca-se em termos particularmente cruciais nos países recentemente industrializados da América do Sul, tais como o Brasil e seus principais vizinhos, Argentina, Chile, Paraguai e Peru. (WACQUANT, 2001, p. 4)

Para se ter uma noção do controle que vai recair sobre a categoria “usuários de crack” nos anos 90 e seguintes no Brasil, nota-se que o perfil dos presos (MOURA; RIBEIRO, 2014⁴¹) é similar ao perfil dos usuários de crack (BASTOS; BERTONI, 2014⁴²), indicando que os mesmos grupos eram atingidos por essas duas condições. Os presos tipificados nos crimes da Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06 (Lei de Drogas) representam o segundo maior agrupamento (26,97%), perdendo apenas para os crimes contra o patrimônio (39,54%). Todavia, o crime específico de tráfico (art. 33 da Lei de Drogas) é o que mais foi tipificado (27%), conforme dados do Ministério da Justiça (MOURA, RIBEIRO, 2014, p. 65-68):

Tabela 3 - Perfil dos presos VS. usuários de crack

PRESOS	USUÁRIOS DE CRACK
75% do gênero masculino	78,68% do gênero masculino
56% entre 18 e 29 anos	52,39% entre 18 e 29 anos
67% de negros e 31% brancos	79,15% é não-branco e 20,85% branco
57% solteiro	60,64% solteiro
53% ensino fundamental incompleto	57,60% têm o ensino fundamental

Fonte: Ministério da Justiça (MOURA, RIBEIRO, 2014) e Fiocruz (BASTOS; BERTONI, 2014).

⁴¹ MOURA, T; RIBEIRO, N. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN). Brasília: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

⁴² BASTOS, F.; BERTONI, N. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

Esses dados corroboram especificamente a ideia de que o “usuário de crack”, marginalizado em vários aspectos (capital econômico, social, cultural), tipo que converge com o processo de endurecimento das leis, aumento da vigilância, intensificação da atividade policial e do encarceramento no Brasil, foi criminalizado dos anos 90 em diante, seja na figura do “usuário”, seja na figura do “traficante”. Mas antes de criar políticas públicas ou ações para esses indivíduos (o que aconteceu muito mais tarde), foi preciso construir a respectiva figura: criar justificativas ideológicas para legitimar o processo, o que Misse (2010) chamou de *sujeição*. É singular compreender que a construção do desvio, do monstro jurídico e do desviante precedem o controle (BECKER, 2008; FOUCAULT, 2011a). A população carcerária do Brasil cresceu 575% desde o ano de 1990:

Gráfico 7 - população prisional brasileira - evolução das pessoas privadas de liberdade (em mil):



Fonte: Ministério da Justiça (MOURA, RIBEIRO, 2014)

O advento do liberalismo econômico aguçou a seletividade do controle social, da vigilância e das punições sobre os pobres e o uso de drogas nesta camada. Inscreveu-se a conduta dessas classes como transgressão a lei, no entanto, o inverso não aconteceu, a transgressão a lei não se aproximou de um demonstrativo das classes. Segundo Wacquant, a penalidade neoliberal pretende solucionar com aumento do Estado policial os problemas surgidos da diminuição do Estado social. Esse processo se efetiva na manutenção da ordem pública simbolizada pela luta contra a

delinquência de rua. A vigilância sob as classes mais pobres é justificada pelo aumento da insegurança, da criminalidade ou políticas criminais fortemente focadas no discurso “*Lei e Ordem*”, como se justificou o discurso policialesco do crack nos jornais de São Paulo.

A criação do DENARC através do Decreto de nº 27.409 no ano de 1987, por exemplo, é um prenúncio do processo de mudança ou da nova forma de tratamento que vai recair sob os “craqueiros” e que se justifica no enfoque policial. Antes de se tornar um departamento de polícia autônomo, esse aparelho funcionava como uma divisão da polícia, subordinada e pertencente ao Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo⁴³. A criação do DENARC não se deu ao acaso: ela demonstra a ênfase e a intensificação do combate ao uso e ao tráfico de drogas (especialmente na capital de São Paulo), bem como a formação de um corpo específico, técnico e burocrático e, portanto, que diferencia o tratamento e a gestão das drogas dos demais crimes. Naquele período, o secretário estadual de segurança do governador Luiz Antônio Fleury Filho, Pedro Franco de Campos, frisou a atuação firme da polícia contra o crime: “polícia dura até o limite da lei” (LUCENA, 1991, p. 4).

Três pilares ou arranjos estão na base do discurso “policialesco” da imprensa. Em primeiro, a partir dos estigmas, cria-se a expectativa de ilegalidade, no qual os atos dos indivíduos retratados como “usuários de crack” são premonitoriamente julgados, engendra-se um mecanismo discriminatório e de controle social, que impõe diversas limitações ao sujeito (para os outros e para si: “espelhos e máscaras”⁴⁴) tornando-o desacreditável, inabilitado para o convívio social. Nesse pilar se encontra a ideia segundo a qual os usuários ficam mais predispostos à prática de atos desviantes, transgressores e, por isso, devem ser contidos, docilizados ou controlados. A apreciação jornalística, uma espécie de *exame*, busca assemelhar o indivíduo ao crime antes dele o ter cometido (FOCAULT, 2011a, p.20-24), transferindo a repulsa ao crime para a repulsa da existência, faltas sem infração: as características são apresentadas

⁴³ POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sobre o DENARC. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/departamentosOrgaos/departamentosOrgaosDetalhes?titulo=DE-NARC&collectionId=980175918762000616&_afLoop=2545234524036567&_afWindow-Mode=0&_afWindowId=7chqevn9r_101#!%40%40%3F_afWindowId%3D7chqevn9r_101%26collectionId%3D980175918762000616%26_afLoop%3D2545234524036567%26titulo%3DDENARC%26_afWindow-Mode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D7chqevn9r_125. Acesso em: 15 maio 2017.

⁴⁴ STRAUSS, 1997, p. 20-21.

como a origem, ponto de partida do delito. Essa costura dita uma compreensão temerária e ao mesmo tempo inconciliável entre os representados como “usuários de crack” e os demais indivíduos. No limite, as abordagens desse tipo tinham a seguinte tônica: ao usar crack, os indivíduos ficam mais agressivos ou violentos⁴⁵.

Viciados em crack ficam agressivos e violentos. O professor-titular de psiquiatria da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), Maurício Knobel, 74, disse que ao consumirem crack as pessoas sentem necessidade de agredir as outras. “Os consumidores ficam violentos e perdem a noção de que é perigoso, por exemplo, nessa hora surgem fantasias que podem levá-los ao suicídio, porque eles sentem necessidade de serem agressivos com eles mesmos”, disse. De acordo com Knobel, o crack é a droga da “moda” no interior do Estado, principalmente nas cidades de Campinas, Valinhos, Vinhedo, Itu e Hortolândia. “Por minha experiência clínica posso dizer que a maior parte dos viciados é das classes média e média alta”, disse. (VICIADOS, 1997, p. 1)

O secretário de segurança pública do governo Mário Covas entre os anos de 1999 e 2002, Marco Vinicio Petrelluzzi, atribuiu o crescimento da violência no Estado à crise econômica e social, crescimento da população jovem e infiltração do crack neste segmento etário. O jovem seria naturalmente mais agressivo, perigoso, afirmava em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo (LOZANO, 1999, p. 7), o que corrobora a vinculação entre o crack, jovens e violência.

A ampla noção de *periculosidade* que circunda o crack nos jornais também fundamenta a ação policiaisca sob a droga, como o controle e combate ao tráfico. Caso contrário essas medidas não teriam legitimidade ou seriam completamente fora de lugar. Não me refiro ao sentido jurídico da acepção: periculosidade, antes de tudo, mesmo das possíveis provas de violação legal, requer um pré-julgamento, apontamento ou empreendimento moral (BECKER, 2008). Ou seja, para que se chegue ao controle e à criminalização, é necessário que exista vigilância e uma desqualificação moral, o estigma (GOFFMAN, 1988) e condição de aberração. Segundo Foucault (2011a, p. 85), periculosidade não está estritamente vinculada à infração de uma

⁴⁵ Menores estão mais violentos em SP: as infrações graves cometidas por crianças e adolescentes de rua estão aumentando em São Paulo (...) O aumento das infrações e do uso de drogas por menores reforça a tese sobre a suposta vinculação da droga com a criminalidade. “A criança de rua – e até a de classe média – muitas vezes recorre ao crime para conseguir dinheiro para comprar crack. Algumas vezes as infrações acabam em morte”, diz o coordenador do SOS criança, Paulo Vitor Sapienza [...] (LOZANO, 1996, p. 1).

norma penal, mas às representações do que significa e do que traz à tona. No limite, significa um tipo de indivíduo, não um julgamento cujo sentido corresponde estritamente à esfera comportamental.

Contudo, se havia uma figura medonha, existia um sujeito temeroso: esse indivíduo pertence ao grupo do antagonista ao “craqueiro”, aquele que produz e para o qual jornal era produzido. A lógica do combate é a lógica da oposição: “Higienópolis teme invasão de craqueiros” (OLIVEIRA; VARELLA, 2012, p. 4). Não há monstro sem temor que o torne autêntico. A criação de uma perversidade, o emprego da noção de periculosidade, o aumento do controle e da vigilância social do “usuário de crack”, os três pilares tiveram como objetivo “exorcizar” os fantasmas que assombram as classes mais abastadas, colonizar e legitimar a gestão policial sobre tais indivíduos (OLIVEN, 2010). O “usuário de crack” é causa da reação de medo dos próprios construtores deste significante (SOUZA, 2016). O pavor vem da ruptura ao *ethos* burguês, e isso se reflete no esquema imagético de nebulosidade, obscuridade, deformidade com que o “usuário de crack” foi retratado (ZANOTTO; ASSIS, 2017).

O segundo pilar do discurso policiaisco é de que o crack causou o aumento de crimes e da criminalidade na cidade e no estado de São Paulo, captado na classe 5. O arranjo aqui não envolve apenas violência, mas o aumento da criminalidade em geral: “crack motiva 80% dos crimes” (CRACK, 1996b, p. 8). Outro exemplo é de 05 de julho 1996, o jornal Folha de S. Paulo sugere que o aumento do número de crimes foi ocasionado pelo aumento do uso de crack e o barateamento da droga:

Drogas podem ser o motivo. Os dois crimes de assalto com reféns podem estar relacionados ao tráfico de drogas. Essa é a opinião de Arlindo Da Silva Martins, 48, delegado da DISE (Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes) de Franca. Segundo ele, hoje, praticamente todos os crimes têm a droga como motivo principal. “Na polícia, não se pode descartar nenhuma hipótese. No caso do roubo de veículos, eles podem ser vendidos para a compra da droga para o tráfico”, disse. Martins afirma que também os crimes de menor porte são motivados pela droga. “Furtos de residências e escritórios, onde o ladrão leva uma televisão ou um computador, são em sua maioria para a troca por drogas”, disse. O delegado diz que com a chegada do crack, a tendência é o aumento no número de ocorrências. “Essa droga se espalhou muito rapidamente e temos hoje em Franca perto de 80% dos casos de entorpecentes ligados a ela. Por ter um custo mais acessível acaba motivando as pequenas infrações” (DROGAS, 1996, p. 1)

O terceiro pilar coliga o crack aos órgãos de controle e enfrentamento:

apreensão, prisão, detenção de usuários e traficantes (classe 6)⁴⁶. A presente conformação faz as estruturas institucionais subjacentes se debruçarem sobre novos objetos. Essa visão encampada nos jornais nos anos de aparecimento do crack vai ajudar a sustentar todo o aparato de guerra criado para coibir, reprimir e aniquilar o “usuário de crack”, o que fica bastante visível dos anos 2000 em diante (MAGALHÃES, 2015). São os níveis que medem o crime, o criminoso e sua conduta, que os tornam mensuráveis dentro da lógica das instituições penais. Mas como não era possível exterminar os “usuários de crack” livremente, engendra-se transformações do suplício em julgamento, inclusive técnico, jurídico e científico: o corpo não deve mais ser destruído, deve ser formatado como Foucault pensou ao traçar a genealogia do controle moderno (FOUCAULT, 2004a). É o desdobramento de legitimidade do controle e a gerência sobre “usuários de crack” sobre os que pensam Telles (2010), Raupp e Adorno (2010).

A glosa jornalística, o descricionismo, as figuras retratadas calcavam uma distinção necessária à configuração dos mecanismos de controle sobre as classes pobres e as classes mais abastadas. Alguns pontos do tratamento policial dispensado ao “usuário de crack” foram o aumento da vigilância em todos os níveis de vida, pública e privada, do efetivo policial e a especialização dos órgãos de controle de combate ao crack, monitoramento espacial, inclusive com o financiamento do governo federal, do programa “Crack, é possível vencer” e do governo estadual, com instalações de câmeras na região central:

Enfim, há condenados “inaptos ou incapazes” que uma “organização incompleta torna impróprios para qualquer ocupação que exija esforços pensados e força de vontade, que se encontram então na impossibilidade de sustentar a concorrência dos trabalhos com os operários inteligentes, e não tendo nem instrução bastante para conhecer os deveres sociais, nem inteligência bastante para compreendê-los e combater seus instintos pessoais, são levados ao crime por sua própria incapacidade. Para esses, a solidão só servia para fomentar a inércia; devem portanto viver em comum, mas de maneira a formar grupos pouco numerosos, sempre estimulados por ocupações coletivas, e submetidos a uma vigilância rígida. (FOUCAULT, 2001, p. 67).

O não reconhecimento desses indivíduos como dignos de direitos ou mesmo

⁴⁶ Vale destacar que, a despeito da grande quantidade de indivíduos indiciados por tráfico no Brasil, conforme dados do Ministério da Justiça (MOURA, RIBEIRO, 2014), diversas drogas não se destacam como produtoras dessa figura “traficante”.

como indivíduos também tinha como função tentar recuperar a legitimidade política de instituições de controle, como a polícia e a prisão, cujas crenças populares se encontravam estremecidas no começo dos anos 90 devido à crise das políticas de bem-estar social e a não resolução dos problemas ligados ao crime e a violência (GARLAND, 2008; DORNELLES, 2003). Em vez dos “usuários de crack” serem vistos como pessoas que estavam em situação de risco, foram considerados ao longo dos anos como grupo que oferecia risco ao restante da população, exatamente dentro desses dois aspectos: crime e violência.

5 POR DETRÁS DA ANIMALIDADE, O DISCURSO DE CLASSE

Outro pressuposto das disputas partidárias em torno do crack é a questão de classe: observa-se nos programas analisados uma vinculação entre a figura do “usuário” e a miséria urbana (classe 2). O ethos, o capital simbólico das classes mais elevadas não se moldam às representações jornalísticas construídas em torno do “usuário de crack”. O advogado Ércio Quaresma, por exemplo, foi flagrado consumindo a droga, porém não foi tratado como “craqueiro” ou “noia”⁴⁷. Os programas do PSDB e do PT caíram na armadilha pseudocrítica de reduzir o grupo dos “craqueiros” ao grupo dos “pobres”, associando o enfrentamento da droga à atuação junto a esta própria camada social, tanto que as operações, as medidas foram direcionadas a este público-alvo. Portanto, opera-se sob uma distinção efetiva e não recíproca entre aqueles que usam crack e a representação do “usuário de crack”.

A gênese dessa representação é encontrada na imprensa. Por exemplo, “Viciados deixam ‘favelinha’ da cracolândia”, enunciava o jornal Folha de S. Paulo (VICIADOS, 2014, p.6), em que se destaca a ausência de capital econômico pela comparação entre a categoria favela e alguns pontos da “cracolândia”⁴⁸. O “usuário de crack” foi apresentado diretamente como uma questão de classe em 11,5 % (Folha de S. Paulo) e 16,3% (O Estado de S. Paulo), especialmente do pauperismo urbano: são conexões entre a respectiva figura e as categorias “pobres”, “mendigos”, “marginais”, “miseráveis”, “pedinte”, “desprovidos”, “lixo”, “barraco”. Os esquemas mais visíveis da vinculação de classe ao crack são os aspectos físicos e materiais, no qual o “usuário de crack” é retratado como indivíduo sujo, esfarrapado, maltrapilho, ligado à situação de rua, favela e fome:

O interesse demonstrado pela situação dos usuários não impede a adesão a uma visão animalizada sobre eles, tal como expressa nas palavras “zumbis” e “noias”. E foi assim em muitos outros casos, nos quais eles foram retratados como “rebotalhos humanos” (FSP, 5/1/2012), “lixo humano” (FSP, 7/1/2012), “mortos-vivos” (FSP,

⁴⁷ VÍDEO mostra advogado Ércio Quaresma fumando crack. Brasília: Em Discussão, Senado Federal. 2012. Disponível em <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/video-mostra-advogado-ercio-quaresma-fumando-crack.aspx>. Acesso em 10 out. 2018.

⁴⁸ Nota-se que a usuária Silvana Fernandes Paiva, entrevistada na série diário do crack e réfens do crack (YARAK, 2014) para acompanhar a política de Haddad é a mesma da abordagem sobre a saída de usuários da cracolândia, o que indica que, mesmo as fontes, sujeitos, objetos, interlocutores que os jornais tinham acesso eram limitados.

7/1/2012), “farrapos humanos” (FSP, 7/1/2012) e a Cracolândia apareceu como “aquário de podridão humana” (FSP, 15/5/2014), por exemplo. (ROCHA; SILVA, 2015, p. 256)

Entretanto, a vinculação também acontece de modo mais sutil: não através do pertencimento direto, mas de aspectos travestidos, que numa visão trivial não teriam correlação com classe, mas que somados qualificam essa própria conformação. Muitas vezes, defendiam Marx (1999) e outros estudiosos, a classe social não aparece enquanto tal. Ela é camuflada em aspectos morais e outras divisões, por isso a consciência de classe era tida como ferramenta fundamental de luta (MARX; ENGELS, 1998). Isso acontece porque a classe é um dos grandes mecanismos de dominação social, portanto, não pode ser escancarada a ponto de ser percebida e, então, passivelmente contestada. Essa camuflagem faz com que nem sempre as expressões “classe”, “pobreza”, “miseráveis” apareçam diretamente nas abordagens jornalísticas, embora o discurso e as características narradas sejam relativas à classe.

O “craqueiro” também é, por vezes, projetado como desprovido de capital cultural, capacidade de concentração, disciplina, autoconfiança, como indivíduo inconsequente, sem etiqueta. Por último, é retratado com ausência de capital social, sem família, sem amigos e vínculos sociais, ainda que mostrado em bando pela imprensa. Há um pressuposto nas abordagens jornalísticas de que o uso do crack é animalizante, desinibidor, capaz de despir o indivíduo da civilidade, do superego (ROCHA; SILVA, 2016). A ausência desses capitais (classe 2) através de um discurso moral é também uma vinculação com a estrutura de classes. Isso acontece em 13,9% na Folha de S. Paulo e 14,7% no Estado de S. Paulo.

No plano da consciência, os “usuários de crack” são pensados como incapazes de conter os impulsos, inconsequentes, irracionais, hedônicos, voltados à satisfação do prazer e da lascívia individual: um controle ideológico e moral dos afetos ou, no limite, forma de “poder-saber” (FOUCAULT, 2011a). Segundo Foucault (2008, p.204), o saber é “aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico”. Neste caso específico, é possível verificar um status científico: o psiquiatra argentino Eduardo Kalina, diretor médico do Brain Center, afirmou no 1º Congresso Internacional Crack e Outras Drogas em Buenos Aires que o crack atua em uma área responsável pelas noções de civilidade, provocando desinibição e liberando a

fantasia. O usuário passaria, segundo ele, a agir como um zumbi, um chimpanzé⁴⁹, rompendo-se a instância de mediação entre a realidade, os desejos e a sociedade.

Não raras são as abordagens que associam perversão⁵⁰ sexual e animalidade à condição de “usuário de crack”, portanto algo naturalmente anormal. Integram esse discurso narrativas e expressões de promiscuidade, lascívia, relações sexuais desprotegidas, submissão ao risco, sadomasoquismo e culto à destruição. A perversão sexual tem um sentido necessariamente relacional, cujas instâncias estruturais do pensamento estão organizadas sobretudo em torno do saber médico e dos preceitos morais religiosos (FOUCAULT, 2011a). O âmbito do desvio é atravessado pelo problema da sexualidade. A sexualidade “normal” seria o afastamento de toda a série de condutas instintivas, aquele que resiste ou não incorpora a disciplina sexual é considerado um grande monstro ou um inimigo político (FOUCAULT, 2011a, p. 389). Os cercos que marcam a condição de perversão são o doente, o infrator, o insano; o profano, o despuadorado e o pecador. Segundo Foucault (2011a, p. 355) é o conjunto dessas aberrações, ao mesmo tempo naturais e anormais, que vai constituir o domínio da *psychopathia sexualis*. Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo traziam casos e especialistas para reiterar a máxima “pessoas se prostituem, roubam, vendem-se para comprar crack” - como se esses indivíduos tivessem o mesmo valor ou quilate da própria droga (PRESO, 1996, p. 4).

O formato geral da noção de “vício” e de “fissura” do “usuário de crack” são ditados por estes enquadramentos, que não estão calcados majoritariamente no discurso médico (30,1% das abordagens na Folha de S. Paulo e 41,6,% no O Estado de S. Paulo). Prevalece a noção de “vício” vinculada ao âmbito policiaisco (67,9% das abordagens na Folha de S. Paulo e 60,6% no O Estado de S. Paulo), frisando que, em alguns casos, há sobreposições discursivas. O jornal Folha de S. Paulo, edição de 15 de agosto de 1996, é um exemplo de discurso policiaisco que correlacionava vício à inconseqüência. Toda trajetória do indivíduo era usada para ratificar sua periculosidade:

⁴⁹ PSQUIATRA argentino defende que ação do crack no cérebro transforma humanos em animais. Portal Gauchazh, 09 jun. 2010. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2010/07/psiquiatra-argentino-defende-que-acao-do-crack-no-cerebro-transforma-humanos-em-animais-2965566.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁵⁰ Perversão é derivada do latim *perversione*, que tem o significado de alteração ou transtorno, é o desvio ou perturbação de uma função normal, nesse sentido, a perversão sexual indica qualquer anomalia do comportamento sexual.

Preso afirma que roubava para sustentar seu vício: droga levou o jovem de 15 anos a praticar assaltos. O uso de crack também é grande entre jovens infratores. Rogério dos Santos Almeida, 18, disse que começou a usar o crack quando tinha 15 anos e, para sustentar o vício, passou a cometer assaltos à mão armada. Almeida está preso há um mês no 4º Distrito Policial de Campinas. Na UAP-5 (Unidade de Atendimento Provisório) de Campinas, cerca de 85% dos 35 internos usam crack. É o caso do menor Paulo H.A. 17, fugitivo da Febem de São Paulo, que liderou uma rebelião na UAP-5 na última terça-feira. Paulo é usuário de crack, há seis anos contraiu o vírus da Aids. (PRESO, 1996, p. 4)

Percebe-se que em todos os enunciados abaixo da edição de 15 de agosto de 1996 (PRESO, 1996, p. 4) articula-se a equação [**uso de crack = comportamento desviante**]. O crack é travestido de causa, de uma incivilidade, como agente da irracionalidade, enquanto o fator classe não aparece:

- I) “droga levou jovem a praticar assalto”;
- II) “O uso de crack também é grande entre jovens infratores”;
- III) “Na UAP-5 (Unidade de Atendimento Provisório) de Campinas, cerca de 85% dos 35 internos usam crack”;
- IV) “É o caso do menor Paulo H.A. 17 fugitivo da Febem de São Paulo, que liderou uma rebelião na UAP-5 na última terça-feira”;
- V) “Paulo é usuário de crack, há seis anos contraiu o vírus da Aids”.

O “usuário de crack” é articulado nesses enunciados em torno de um desprovimento de regulação dos desejos (por exemplo, nas qualificações “inconsequentes”, “fissurados”, “cegos”, “sem pudor”), como animais escos, indiferentes à moral e obcecados pela redução das distâncias existentes entre dor e o prazer ou a satisfação, como aberrações nos campos mental e sexual (FOUCAULT, 2007, p. 29-30).

O sociólogo Norbert Elias (1994a) demonstra através de práticas e regras de etiqueta, comportamento e costumes, como a noção de *civilização* envolve afastar-se da condição natural de animalidade, repulsa à barbárie, controle dos instintos e dos afetos. O “controle dos afetos” é singular para compreender o atributo da incivilidade ao “usuário de crack”: como seus afetos, fisiologismos, sexualidade, desejos,

agressividades aparecem no âmbito público, na rua, portanto, como estão escancarados, culminam por marginalizá-los na esfera da civilidade⁵¹. O “usuário de crack” rompe a dicotomia de articulação do comportamento nos espaços: instintos (intimidade) vs. costumes (publicidade), como Elias observou no caso das secreções corporais:

Uma tendência instintiva que aparece hoje, no máximo, no inconsciente, nos sonhos, na esfera privada, ou mais conscientemente apenas em locais fechados, ou seja, o interesse pelas secreções corporais, mostra-se aqui em um estágio mais antigo do processo histórico, com mais clareza e franqueza, numa forma que hoje é "normalmente" visível apenas em crianças (ELIAS, 1994a, p. 153).

As conclusões de Elias apontam para como a civilidade está vinculada ao ethos da nobreza, da corte, assim, a própria fronteira entre a barbárie e o civilizado constitui uma expressão de poder (1994a, p. 18), formatada pelo domínio de certas classes sociais (1994a, p. 153). Isso quer dizer que, o pressuposto de incivilidade do “usuário de crack” não pode ser compreendido fora das distinções de classe social.

⁵¹ Com o avanço da civilização a vida dos seres humanos fica cada vez mais dividida entre uma esfera íntima e uma pública, entre comportamento secreto e público. E esta divisão é aceita como tão natural, torna-se um hábito tão compulsivo, que mal é percebida pela consciência (ELIAS, 1994a, p. 188).

6 O DISCURSO MÉDICO SOBRE O CRACK NOS ANOS 90

Outro pressuposto comum ao “De Braços Abertos” e ao “Recomeço” é o “usuário de crack” como um indivíduo doente, patológico. Segundo Fiore (2007) em sua pesquisa sobre as controvérsias médicas e o debate público em torno do consumo de “drogas”, a associação entre o uso de substâncias psicoativas e a noção de dependência é o que sustenta a concepção de doença de patológico, domínio do discurso médico:

(...) no interior da medicina essa associação é problemática, não havendo um consenso. Por um lado, qualquer uso de “drogas” é visto como patológico em si, e, por outro, apenas o caso do indivíduo que se torna dependente pode ser entendido como patológico. (...) O entendimento dos médicos do que é ou não patológico só varia de acordo com cada substância, com cada indivíduo, como também de acordo com a distância que separa um “simples” consumo da dependência, classificada e nomeada de diversas formas. (FIORE, 2007, p. 72)

Cada um dos programas em questão prevê ações, alternativas distintas para o mesmo mal. Seja na internação, na distribuição de cachimbos, no tratamento para HIV, o “usuário de crack” é submetido à mesma lógica de percepção. Essa concepção tem ampla correlação com as narrativas dos jornais. Nesse sentido, refuto parcialmente as conclusões de Rocha e Silva (2016), no qual o crack passou a ser visto como questão de saúde pela imprensa a partir de 2012 a 2014, quando a disputa política já estava sendo travada:

A segunda linha da análise reconstruiu as diferentes perspectivas que foram ganhando contornos mais claros entre 2012 e 2014, diante da incapacidade de governadores e prefeitos eliminarem de uma vez por todas a Cracolândia, em uma espécie de complexificação do tratamento midiático do problema, que foi deixando de ser visto, simplesmente, como uma questão de polícia, para contemplar também uma questão de saúde e, muito eventualmente, alcançar a forma de uma questão social. (ROCHA; SILVA, 2016, p. 251)

Em verdade, houve sim uma intensificação das abordagens médicas no período de 2012 a 2014 em razão da incidência do tema da internação compulsória e das disputas políticas, mas ela não se deu simplesmente sob o prisma da saúde, tampouco foi inaugural em termos de discurso médico sobre o crack. Essa questão é muito mais uma retroalimentação, no qual os jornais já tinham costurado o crack ao

discurso médico, o campo político se apropriado desta vinculação e os jornais se reapropriado do conflito instaurado. Um exemplo precedente encontrado foi, após o surgimento do crack, a utilização do termo psicanalítico “noia”⁵² não só para classificar o efeito da droga, mas representar seu consumidor contumaz (FIORE, 2013, p. 104). Noia corresponde a uma redução de paranóia, modificação da fronteira entre o eu e o exterior e à distorção temporal, como representações de experiências do subconsciente que retornam com o mesmo conteúdo em uma época posterior, ou seja, criam um universo enganoso entre a mente e a realidade (FREUD, 1996).

Na década de 90 começam também os anúncios de clínicas para tratamento do vício por acupuntura, psicanálise e ou medicamentosa (química). Outro fator valorativo impresso no crack, é a relação política e econômica dos ofertantes da “cura”. Aliás, o paradigma da cura esteve disperso nos jornais desde o começo dos anos 90 e foi monopolizado pelo discurso médico. Em 1996, a Folha de S. Paulo transfere uma propaganda de acupuntura recorrente na seção dos classificados para o formato de matéria, o que demonstra uma relação bastante próxima entre o mercado e a pauta jornalística⁵³:

Acupuntura é nova arma contra o vício. Tratamento começou na China com dependentes de ópio e está ajudando, no Brasil, a recuperar usuários de crack. Os traços de heroína nos arquivos policiais e clínicas de tratamento ainda são raros e ocasionais. Ocorrem, na maioria das vezes, por conta de estrangeiros de passagem. Enquanto a heroína não vem, o país está adotando um tratamento que começou na China com dependentes dessa droga: a acupuntura. Essa terapia à base de agulhas espetadas em pontos precisos do corpo, vem ajudando a recuperação de centenas de viciados em cocaína e crack [...]. (BIANCARELLI, 1996, p. 11)

O anunciante do tratamento de dependência de drogas contra o crack era o Dr. Tai Hsing-I, o mesmo mencionado na reportagem como o responsável pela promissora técnica de cura. A matéria enfatizava adjetivos e qualidades da acupuntura “*arma*

⁵² A propósito, a análise das escolhas de expressões metafóricas utilizadas pelo jornal também nos ajuda a compreender as estratégias ideológicas discursivas dos meios de comunicação. O termo “noia” foi utilizado junto ao crack pela primeira vez pelo jornal Folha de S. Paulo em 18 de out de 1993 (SILVA; OLIVEIRA, 1993, p. 1)

⁵³ Por exemplo em: “Dependência de drogas (Dr. Tai – CRM 64.193). Tratamento inédito através de acupuntura para dependência de drogas, Cocaína, Heroína, Crack, Maconha, etc. Desintoxicação no prazo de 4 a 7 dias no máximo e perda do vício da vontade se drogar. Para pessoas que realmente queiram deixar o vício. Av. Paulista, 509 – 15º and. cj 1.513 (Estação Metrô Brigadeiro). FS.: (11) 2823649 – 5797036.” (DEPENDÊNCIA, 1994, p. 35).

contra o vício”, “*ajudando*”, “*recuperar*”. Não que a acupuntura fosse desprovida de tais potenciais; a questão era outra: o anúncio, logo, a relação econômica de patrocínio, era travestido de esperança científica e alternativa geral do problema. A falácia do discurso de imparcialidade do jornal padecia na medida em que se promovia o ávido anunciante enquanto especialista, mas não só, a seletividade do tema, as referências, o enquadramento, mais do que uma técnica ou promessa científica, as disputas do mercado eram apontadas como “novas armas contra o crack”, o argumento que, contudo, vinha do próprio contratante.

No jornal O Estado de S. Paulo o vínculo entre a pauta e seus anúncios também aconteciam de modo evidente. A mesma “parede” era dividida por uma matéria sobre a gravidade do uso do crack e o anúncio de comunidades terapêuticas e clínicas de tratamento. As comunidades terapêuticas se profissionalizaram no começo dos anos 90. Para implementar uma normalização, método, o Padre Haroldo funda, em 16 de outubro de 1990, a Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT). A FEBRACT iniciou suas atividades numa época em que a maioria das Comunidades Terapêuticas atuava sem qualquer respaldo técnico e, muitas vezes, sem um comportamento ético definido. Uma das primeiras ações da instituição foi a vinculação midiática, estatal, com a constituição e divulgação de seus domínios⁵⁴ (FRACASSO, 2017).

Imagem 5 - “Pesquisa traça perfil do viciado em crack” – O Estado de S. Paulo

⁵⁴ A FEBRACT desenvolve, desde 2013, com o Governo do Estado de São Paulo, no monitoramento, suporte técnico e repasse de recursos para um total de 70 serviços, que contabilizam 1335 vagas financiadas pelo Programa Recomeço. Disponível em <http://febract.org.br/portal/historia-da-febract/>

Pesquisa traça perfil do viciado em crack

Grau de letalidade da droga só é comparável a de algumas doenças rônicas, diz psiquiatra

GABRIELA SCHEINBERG

Usuário de crack, droga derivada de cocaína, é predominantemente homem, branco, tem 35 anos, mora com os pais e não completou o 1.º grau. Essa é a conclusão de um levantamento realizado com 131 viciados em crack no Hospital Geral de Taipas, zona norte de São Paulo, pelo psiquiatra Marcelo Ribeiro Araujo. A pesquisa avaliou os usuários da droga internados em Taipas em 1993 e 94. Araujo acompanhou esses pacientes durante o ano passado. Apurou que houve 4 mortes por ano e a recorrência do vício. Apenas algumas doenças ôncicas apresentam essa estatística, diz o psiquiatra. Entre os 23 pacientes dos 131 pesquisados morreram de causas diversas, as principais foram o assassinato e a aids.

Substituição - A alta incidência de aids entre as causas de morte leva Araujo a acreditar

que muitos dependentes apelam para a prostituição para obter dinheiro e sustentar o vício. Ele lembra, porém, que alguns desses viciados também consomem drogas injetáveis, expondo-se a outras formas de contaminação pelo HIV.

O psiquiatra observa que, no começo dos anos 90, menos de 10% dos consumidores de droga que se internavam em Taipas para tratar do vício usavam crack. "Hoje, esse número gira em torno de 80%", diz, acrescentando que esse aumento pode ser explicado pelo acesso fácil à droga.

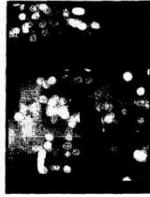
Além de ser mais barato que outras substâncias ilícitas, o crack também vicia mais facilmente, por que seu efeito tem curta duração. Segundo Araujo, o crack, por ser fumado, age rapidamente nos pulmões e segue para o sistema nervoso central, onde cria uma sensação de euforia e prazer. "O efeito é forte e rá-

pido", afirma. Para manter essa sensação, o usuário fuma uma segunda dose antes mesmo de o efeito da primeira ter acabado. "O dependente chega a fumar de dois em dois minutos", revela.

Deixando o vício - Ainda de acordo com a pesquisa, em 1996, 22% dos 131 usuários haviam abandonado o vício. Em 1998, esse índice subiu para 36%.

Apesar do aumento do índice de pacientes que abandonaram o consumo, o resultado não contenta Araujo. O psicanalista ressalta o fato de que 9% dos usuários acompanhados durante a pesquisa estavam presos, o que contribuiu para elevar o percentual dos que deixaram de usar a droga.

Além disso, de acordo com Araujo, só após um período de abstinência de seis anos é que se pode afirmar que o usuário de crack abandonou, de fato, o vício.



com

DROGAS

Prevenção e tratamento

Itu/SP
Associação Movimento Renascer - Tel.: (0XX11) 7823-1544, ramal 208

Louveira/SP
Comunidade Terapêutica Monte Rey - Tel.: (0XX19) 7345-1358

Batatais/SP
Ass. Batatense Comunidade Terapêutica (Abaete) - Tel.: (0XX16) 761-2215

Pelotas/RS
Casa São Francisco de Assis - Tel.: (0XX53) 983-3142

Londrina/PR
Ass. Reg. Companheiros do Amor Exigente (Arca) - Tel.: (0XX45) 224-3906

Campo Grande/MS
Centro Renascer - Tel.: (0XX67) 765-4242

Membros da CPI elogiam caderno especial

Parlamentares pediram à Mesa da Câmara que providenciasse cópias do trabalho

BRASÍLIA - O caderno especial *Drogas*, publicado domingo pelo *Estado*, foi elogiado pelos integrantes da CPI do Narcotráfico da Câmara, ontem, durante a abertura dos trabalhos da semana. Parlamentares receberam cópias do caderno, durante a sessão da comissão.

"O *Estado* elaborou um belo caderno sobre drogas", disse o relator da CPI, deputado Moroni Torgan (PSDB-CE). O presidente da CPI, Magno Malta (PPB-ES), que investe o dinheiro que ganha gravando discos em casas de recuperação de drogados, disse que o jornal soube explorar de forma brilhante um assunto tão complexo no Brasil. A deputada Alcione Barbalho (PMDB-PA), que é vice-presidente da CPI, disse que o *Estado* soube promover uma bela discussão

sobre o assunto. "Quero parabenizar o *Estado*." O deputado Reginaldo de Jesus (PDT-RJ), distribuiu cópias do caderno a alguns parlamentares. Torgan afirmou que é necessário investir mais no controle de fronteiras, assunto que, disse ele, o caderno tratou muito bem. O diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, afirmou que o *Estado* abordou um tema importante. "O jornal mostrou também a prevenção, o que é muito importante." (Hugo Marques)

Fonte: jornal O Estado de S. Paulo, ed. 22 set. 1999 (SCHEINBERG, 1999, p. 2).

Mas se, por um lado, cresciam as ofertas e o discurso de tratamento médico ao usuário de crack nos jornais, bem como a demanda por ações terapêuticas, por outro, o crescimento dos enquadramentos e situações em que o usuário era apresentado como doente, ser patológico (classe 6) era uma condicionante; afinal, não existe cura ou tratamento sem doentes. Somente após esta construção é que o crack vai se vincular às estruturas e instituições do saber médico⁵⁵.

No caso do Dr. Tai, por exemplo, entre 1994, quando foi anunciado pela primeira vez na Folha de S. Paulo, até o ano de 1996, os anúncios aumentaram mais de 230%. Nesse período ocorre a substituição da categoria e das representações dos usuários dos injetáveis, especialmente a cocaína e a heroína, pelo "usuário de crack". Segundo Dráuzio Varella, em entrevista à Folha de S. Paulo sobre o Carandiru

⁵⁵ Antes disso, a noção de "tratamento" era iminentemente policial (tratamento policial), tanto que as pessoas procuravam ajuda no Departamento de Investigação de Narcóticos, conforme mostrava a Folha de São Paulo: "Viciados buscam ajuda em órgão da polícia" (LOZANO, 1992, p. 4).

(CASTRO, 1999, p.8) “O que mudou mesmo as características foi o desaparecimento da cocaína injetável. Quando entrou o crack, a partir de 92, a cocaína injetável foi varrida.”. Varella fazia alusão à epidemia da Aids, doença tratada como apocalipse das abordagens jornalísticas nos anos 80⁵⁶.

Contudo, a histeria⁵⁷ expressa nos jornais não desapareceu com a chegada e a mudança de enfoque para o crack na década posterior. Em primeiro, porque, embora houvesse uma alteração na forma de uso (da seringa para o cachimbo, da injeção para o fumo) as consequências problemáticas do uso compartilhado da seringa (prática conhecida como “*slam*”) não foram abandonadas pelos jornais do período e pelos anúncios de tratamento, mas transferidas para uma suposta perversão sexual, compulsividade e imprudência do usuário do crack, inclusive práticas de sexo grupal e sexo sem preservativos. Vinculava-se o crack à Aids: “O crack estimula o sexo e sob os efeitos da droga eles não tomam cuidado algum”, atestava a infectologista Ana Carolina Ferreira, então coordenadora da pesquisa do Centro de Referência e Treinamento Aids (CRTA), em abordagem da Folha de S. Paulo (DROGAS, 1988, p.3).

A transfiguração dessa “maldição” não era exclusiva de um ou outro especialista chamado nos *aparentes* “debates” jornalísticos, era uma vinculação presente nos jornais e no senso comum: havia uma constante colateralidade entre o uso de crack e a condição de patologia (FIORE, 2013). Digo aparente porque há que se considerar a seletividade dos jornais na escolha do especialista e no recorte de sua fala: a opinião do especialista é usurpada na medida em que se prestava a reafirmar a tônica construída pelo jornal e nunca desfazê-la.

Psiquiatra francês teme ação do crack no Brasil. O psiquatra francês Claude Olievenstein, 59, um dos pioneiros em todo o mundo no tratamento de toxicômanos, afirma que o problema mais grave para o Brasil nessa área é a difusão do crack (droga derivada da cocaína). “O crack engendra fenômenos de violência, libera o controle moral e favorece as aproximações sexuais sem precaução, o que aumenta o risco de Aids”. De acordo com o psiquiatra, o crack tem ação “muito mais forte e rápida: proporciona sensação de liberdade e força; e da sensação de orgasmo [...]” (PSIQUIATRA, 1991, p. 8)

⁵⁶ DROGAS injetáveis são a principal causa da Aids no interior. Folha de S. Paulo, São Paulo, caderno, A, p. 3, 13 de fevereiro de 1988.

⁵⁷ Domanico (2006) usou a noção de “pânico moral” para descrever a relação estabelecida pela sociedade brasileira com “usuários de crack”; Rocha e Silva (2015, p. 251) usaram o termo “pânico social”.

O pressuposto é que a chegada do crack fez diminuir o uso dos injetáveis, das seringas (FIORE, 2013, p.117), mas não do HIV:

- (1) "Pesquisa aponta troca de seringas pelo crack" (BIANCANELLI, 1992, p.2);
- (2) "Eles estão trocando as drogas injetáveis pelo crack" (BROITMAN, 1995, p.4);
- (3) "(...) o estudo mostra que o crack é usado junto com outras drogas injetáveis ou por pessoas que não se protegem nas relações sexuais" (FRANCA, 1996, p.4);
- (4) "A pesquisa detectou ainda a migração dos usuários para outras drogas, como crack no caso da Baixada Santista" (WERNECK, 2001, p.12);
- (5) "Em primeiro lugar, porque as taxas continuam ainda muito elevadas e também porque a redução está ainda muito ligada à redução de casos por uso de drogas injetáveis que por sua vez, é provocada por dois fatores: a morte dos usuários ou a substituição da dependência pelo crack" (FORMENTI, 2009, p.28);

Outro dado que permite fazer essa inferência é o de que há uma operação de substituição na agenda: enquanto os injetáveis sumiam da pauta, o crack ganhava espaço. Portanto, o crack herdou a relação costurada entre o vício e a imprudência, a submissão ao risco, os atributos de masoquismo, autodestruição e a mutilação.

7 FORMAÇÃO DOS GRUPOS E COLETIVOS: A “CRACOLÂNDIA”

A terceira questão presente na apropriação política do PT e do PSDB do discurso jornalístico se refere à conexão entre a estrutura social, identidade e estrutura da personalidade (ELIAS, 1990, p. 199), cujo agulhão mais evidente é o emprego de um referencial que une todas as classes discursivas (etária, classe, médica, policialesca e urbana): a “cracolândia”, o que torna o problema vinculado ao campo estrutural, não apenas a esfera individual.

A intervenção do programa “De Braços Abertos” e “Recomeço” não se iniciou na região do bairro da Luz, tendo em vista que esta região era a maior cena de uso de substâncias psicoativas do município (como afirmavam os jornais), em momento algum há dados científicos para corroborar essa afirmação. O que ocorre é que o uso de crack nessa região é mais visado, vigiado, exposto, policiado, mas não que o consumo possa ser medido ou comparado a outras regiões ou a outras drogas, cujo uso é muito mais privado. O foco dos programas “Recomeço” e “De Braços Abertos”, a localização de suas sedes, aparato e a própria linguagem do PT e do PSDB, embora ideologicamente discordantes (como a redução de danos e abstinência), incorporavam e, mais do que isso, adotava esse fluxo de problema, demonstrando como certos referenciais excederam o universo jornalístico, tornando-se uma das formas de comunicação no mundo político. Mas como a expressão “cracolândia” eclode na esfera pública, e o que sua incorporação significa?

A partir de meados da década de 90 as abordagens jornalísticas sobre o crack, misturadas a outras narrativas como a angústia das “Mães da Sé”⁵⁸, a deterioração da “boca do lixo”⁵⁹, a prostituição e a criminalidade no centro da cidade passam a

⁵⁸ Mães da Sé é como ficou popularmente conhecido o movimento gerado pelas mães que buscavam filhos desaparecidos expondo fotos, cartazes, em plena escadaria da Catedral da Sé em São Paulo.

⁵⁹ A “boca do lixo” na cidade de São Paulo se encaixa nessa história, não porque era um domínio de forte apelo sexual, expresso nos “bregas”, pontos de prostituição, casas de shows, bordéis, boates de *strip-tease*, motéis e pela produção cinematográfica conhecida como pornochanchada e sexo explícito, mas justamente porque era tratada desta forma. Refiro-me às fronteiras e relação social da burguesia e as classes mais abastadas, que se deslocaram sentido a bairros mais afastados do centro, com esse pauperismo urbano. Ao passo que surgiam os bairros e os prédios mais afortunados, também apareciam os cortiços (OCANHA, 2014). A desvalorização moral, esvaziamento de capitais, fez do local uma via desviante. A

centralizar o problema na emblemática divisão “*cracolândia*” (“*crackland*”), como se existisse um mundo apartado e convergente erigido pelo crack. O desaparecimento da “boca do lixo” não representa o fim da distinção entre “famílias” e “prostitutas”, “trombadinhas” e outros desviantes (OCAHA, 2014, p. 14).

Agendado, o crack se autonomizava: ganhou um “usuário” e agora ganhava uma “terra”, instituições de enfrentamento e especificidades decorrentes do discurso que emergia. A “*cracolândia*” foi um marco na historiografia do crack na imprensa e na política. Em 1995, por exemplo, com essa preocupação, o governador do Estado, Mário Covas especializou ainda mais o DENARC, criando uma delegacia para investigar especificamente o crack, conforme o Decreto nº 40.201: “Fica criada, na Divisão de Investigações Sobre Entorpecentes - DISE, do Departamento de Investigações Sobre Narcóticos - DENARC, a 4ª Delegacia (‘Crack’)”⁶⁰. As políticas de Mário Covas foram marcadas pelo liberalismo econômico, pelas privatizações, diminuição da interferência do Estado e por restrições nas políticas sociais, o que não se verifica, entretanto, em relação ao Estado Policial.

Em 1995, constata-se exponencial aumento no número de notícias, matérias e reportagens sobre o crack, especialmente no jornal Folha de S. Paulo, corroborando a ideia de que o crack adquiriu notoriedade ao ser apresentado através das abordagens dos jornais paulistas sobre a vitrine “*cracolândia*”⁶¹. Entretanto, este referencial sofreu uma série de transformações, disputas e não pode simplesmente ser compreendido como ruas, bairros, zonas ou territórios da cidade de São Paulo, muito menos “locais de reunião de crackeiros”, como afirmou Bruck (2013, p. 175) e como Zannoto e Assis (2017) reproduziram como pressuposto.

Ainda que o termo derive do crack, o que se chamava de “*cracolândia*” não era apenas um local de uso e tráfico da droga; enquanto construção simbólica, ele surgia

relação social, por exemplo, podia ser percebida no bordel de luxo *La Licorne*, frequentado pelas classes mais altas, situado no lado oposto da “boca do lixo”, a chamada boca do luxo.

⁶⁰ SÃO PAULO (estado). Decreto nº 40.201, 18 de julho de 1995. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 18 de jul. de 1995. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-40201-1995-sao-paulo-cria-na-divisao-de-investigacoes-sobre-entorpecentes-dise-do-departamento-de-investigacoes-sobre-narcoticos-denarc-a-4a-delegacia-crack>. Acesso em: 05 jan. 2019.

⁶¹ Os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo detinham grande parte do poder simbólico nacional e da construção das representações. No ano 1986, por exemplo, após as reformas realizadas por Otávio Frias Filho, a Folha de São Paulo se tornou o jornal com maior circulação no país. O jornal com a maior circulação aos domingos em 1992, com média de 500 mil exemplares. Mas essa influência não se dá somente em termos de tiragens, isto é, da quantidade, a questão é qualitativa.

nas abordagens jornalísticas do período como uma cena de terror, na qual o que restava de humanidade em seus feitores era a perversidade, a compulsão e a impulsividade. Em 11 de abril de 1999, a Folha de S. Paulo dizia sobre a “cracolândia”: “com seus seres maltrapilhos, esqueléticos, sugando um cachimbo rústico, a cracolândia nas proximidades da estação da Luz virou o cartão postal às avessas de uma cidade que perdeu totalmente o controle da violência, sem saber como lidar com a epidemia da mais devastadora das drogas” (DIMENSTEIN, 1999, p. 8).

A personagem principal ocupante da “cracolândia”, o “usuário do crack” (comumente chamado de viciado nas abordagens), não era uma categoria que se prestava somente a qualificar aquele que o consumia, como observei; aglutinava-se a outras figuras como vagabundos, mendigos, meninos de rua, prostitutas, doentes, assaltantes e o traficante. Nesse caminho, a “cracolândia” absorve as qualificações, predicados da referência “boca do lixo”, que aos poucos vai perdendo força e cedendo espaço a esta nova emulação. Isto é, há vasos comunicantes entre esses referenciais. Nos anos de 1990 a “boca do lixo” praticamente desaparece dos jornais e passa ser uma referência histórica (OCANHA, 2014).

Discordo de parte da conclusão de Zannoto e Assis (2017), quando afirmam que “cracolândia” é constituída pelas pessoas que a frequentam. Segundo as autoras, o ato de frequentá-la já simboliza algo. Porém, quero ressaltar que a região apresentada como “cracolândia” não é somente frequentada por “craqueiros”, ela apresenta uma monta de outras atividades, transeuntes, rotinas, diversidades não acentuadas (RAUPP; ADORNO, 2010, p. 31; TELLES 2010). Portanto, não é válido dizer que ela é qualificada pelos frequentadores, uma vez que se considera apenas uma parcela deles (uma minoria), ou seja, ignora a seletividade da própria referência.

A “cracolândia” ultrapassa a categoria física, é uma narrativa política, portanto, categoria temporal. As formas pejorativas de referência demonstram essa afirmação: “lixo”, “imundice”, “ruínas do crack” (SASSAKI, 2012, p. 6); e como demonstraram Zannoto e Assis (2017, p. 799), “imundice”, “zoológico humano”, “mundo marginal itinerante”. Outra prova da qualidade moral do referencial “cracolândia” são as vinculações temáticas ou os espaços colaterais (FOUCAULT, 2008): por exemplo, a polícia, o tráfico e a repressão. No dia 07 de agosto de 1995, o jornal O Estado de S. Paulo publicou matéria do jornalista Renato Lombardi intitulada “Polícia reforça combate a traficantes: em 20 dias, membros da Delegacia de Repressão ao Crack prenderam 48 pessoas em 30 flagrantes” (LOMBARDI, 1995, p. 15). A reportagem tangenciava, em

um tom de celebração, que a Delegacia de repressão ao crack, que mencionei, foi criada após as reportagens do jornal – o que indica um processo de *accountability* e do direcionamento sobre o crack na esfera política:

Para Fernando Vilhena, diretor do Departamento Estadual de Narcóticos (Denarc), o novo setor, criado pelo governador Mário Covas depois das reportagens sobre a epidemia do crack publicadas pelo Estado, está sendo bem-sucedida [...] (LOMBARDI, 1995, p. 15)

A referência “cracolândia” aparece pela primeira vez no jornal O Estado de S. Paulo nesta matéria, sendo associada à ação policial e ao tráfico de drogas: "As ruas do bairro Santa Ifigênia, conhecidas como Cracolândia continuam sendo percorridas pelos policiais. Os antigos casarões vêm sendo usados por traficantes para preparar pedras de crack." (LOMBARDI, 1995, p. 15). A própria reportagem apontava que a referência “cracolândia” não surgiu de um jornalista ou de um estalo na mente de um editor; ela é social (SOUSSEARE, 2002) e deriva dos processos históricos e reiteração das intitulações, rotulagens e “chavões” (TOGNOLLI, 2001) : "As ruas do bairro Santa Ifigênia, conhecidas como Cracolândia (...)" (LOMBARDI, 1995, p. 15).

Meses depois da aparição do termo, no dia 03 de março de 1996, o mesmo jornal publica na seção cidades⁶², sob a assinatura de Moisés Rabinovici, "Craqueiros abrem as portas da degradação: Da Estação da Luz à São João, meninos famintos e doentios personificam os efeitos do crack" (RABINOVICI, 1996, p. 4). Na fotografia da matéria, indivíduos enevoados e cobertos se misturam em uma cena de desfiguração; logo acima, uma imagem contendo um mapa da cidade de São Paulo e um indicativo do centro com uma espécie de boneco/caveira e uma monta de crack sendo raspada por uma lâmina de barbear⁶³. Neste período, ainda havia uma preocupação dos jornais em situar e apresentar ao leitor o que era essa tal “cracolândia”, demonstrando como o termo ainda não era pulverizado socialmente.

Imagem 6 - “Craqueiros abrem as portas da degradação” – O Estado de S. Paulo

⁶² A transferência para a seção cidades já indicava uma compreensão geográfica da “cracolândia”.

⁶³ A lâmina de barbear é utilizada como instrumento para cortar as pedras de crack, para dividi-las.

SÃO PAULO DAS DROGAS — CENTRO

Craqueiros abrem as portas da degradação

Da Estação da Luz à São João, meninos famintos e doentes personificam os efeitos do crack

MOISÉS RABINOVICI

A "Cracolândia" dá as boas vindas aos espectadores da televisão. A hostilidade a fotos ou filmes virou resignação. Por algum trôcado, os meninos craqueiros abrem as portas da própria degradação, exibindo a arte de pipir e os efeitos do crack, que personificam, imundos, famintos, maltrapilhos, alguns já doentes, sem esperança e sem memória.

O espetáculo é permanente no Centro de São Paulo. Uma tragédia. Quando um paratítico que se arrasta de Carapicuíba à Cracolândia, Walter Fernandes Vasconcelos, de 20 anos, abre meia palma da mão para mostrar três pedras de crack, freme um menino tentando roubá-las. Ele cerra o punho. O assaltante, 12 anos, pega o vazio, olhos faiscando de desejo. E espera, mal se contendo de ansiedade, uma próxima sessão de fotos.

Paratítico desde criança, Walter está no crack há 7 anos. "Se não tem pedrã vou para casa dormir." E vai se arrastando até um ônibus perto da Estação da Luz. Mas basta ter "rapa", o resíduo do crack queimado no forninho da marica, o cachimbo, para ele permanecer dia e noite na Rua dos Gusmões quase esquina com Rua do Triunfo.

"Tuiinnnn" — "A rapa é até melhor, mais concentrada e forte", pontifica o baiano Raul, que se apresenta como um "primo legítimo de Raul Seixas". Aos 45 anos, 18 no crack, ele é portador do vírus HIV, mas ainda não sofre sintomas da Aids. Ele propõe que se vá até um hotel para que mostre a rapa. "Aqui na rua pode pitar ajeira", explica. Ao ganhar R\$ 10,00 para reacender o forninho da marica e viver mais um "barato" instantâneo, o "tuiinnnn" na cabeça que dura o máximo de 15 minutos, esquece tudo, até mesmo que estava pedindo esmola e querendo cozinhar. A pedra e alimentar.



Meninos se amontoam nas ruas: a compulsão de fumar mais e mais os deixa ao abandono na região entre a Estação da Luz e a Avenida São João, a "Cracolândia"

Felipe, de 15 anos, está se iniciando no crack. "Lugares ruins vieram os mais maravilhosos dos mundos", descobriu. "Aquele posto ali... Você vê com outros olhos." Ele se lembra do pai, com quem brigou em Duque de Caxias, no Rio, fala com fluência, é ágil e esperto. Os amigos que o cercam, ao contrário, não têm mais memória familiar; procuram as palavras com esforço; são um vazio que a fumaça do crack vai preenchendo sem produzir mais euforia, só uma

compulsão a fumar sempre mais e mais. Ele ainda não estrou na Fê-bem. E já aprendeu uma lição na Cracolândia: "Você dá tudo para a droga — o relógio, isqueiro, tênis e caneta —, e depois se arrepende". Resta-lhe uma faca. Mas diz: "Ela não está para trocas".

Revista — O tenente Carbonari apela do cavalo que montou na ronda pela Cracolândia e vai revistar André, de 16 anos, um suspeito a 200 metros de craqueiros acen-

dendo as maricas. "Esses meninos sabem que mata, mas continuam", lamenta. Mas ele também sabe que "não adianta nada prender os meninos" e só os revista de vez em quando. Algumas horas depois, olha eles dando baforadas de novo na rua. "É uma situação difícil de trabalhar."

**RELÓGIO,
TÊNIS E
DINHEIRO
PELA DROGA**

O franzino André tentou acertar o cachimbo feito com roca de lâmpada dentro do buero. Mas ele ficou ali no meio da calçada, denunciador. O soldado Mariano se encarrega de estralhar-lo com as botas. Es-maga depois o is-queiro azul. E cada um segue seu destino. O crack chegou à

periferia de São Paulo em 1988. Há dois anos concentrou-se na Cracolândia, um mundo que vai da Estação da Luz até a Avenida São João. Agora esse mundo já transbordou para os bairros nobres e as danceterias da cidade, contaminando como epidemia jovens da classe média. A pedra chique custa R\$ 25,00. Mais de 5 mil formigas a vendem, alguns até por bíp ou telefone, com entrega em domicílio.

Fonte: jornal O Estado de S. Paulo, ed. 03 mar. 1996 (RABINOVICI, 1996, p. 4).

Embora a reportagem de Moisés Rabinovici tenha dado ênfase à localização, a própria flexibilização das delimitações encontradas nas matérias dos jornais indicavam que o que estava em jogo era mais do que uma demarcação do aspecto físico. Ora a "cracolândia" estabelecia uma sinonímia com a Estação da Luz ou o centro da cidade, ora englobava algumas ruas do bairro Campos Elíseos, Santa Ifigênia e República, como Rua Amaral Gurgel, Avenida Ipiranga e São João:

Nova "cracolândia". Serra também não quis comentar a migração dos consumidores de crack da região do centro conhecida como "cracolândia" para a praça Júlio Prestes, a cerca de três quarteirões dali, como revelou a Folha ontem. Ao ser questionado sobre o assunto pela Folha, afirmou "Sei que você está doido para sair do tema do M'Boi Mirim (obras do hospital), mas realmente vamos ficar no M'Boi Mirim, que é uma coisa importante (NOVA, 2004, p. 2)

A "cracolândia" se modificou em detrimento dos mais diversos tipos de

interesses, até mesmo da especulação imobiliária, especialmente de 2005 em diante, após o empreendimento Nova Luz, do anúncio das desapropriações pelo poder público. Encontram-se como razões de sua transformação a ação policial; os processos migratórios; a expulsão; degradação urbana; presença de “usuários de crack”. Até mesmo a limpeza urbana comumente era apontada como solução e modificação da “cracolândia”. Na edição de 03 de setembro de 2000 a Folha de S. Paulo traz um exemplo que apontava a capacidade da força policial como forma de alteração da “cracolândia”, de “pulverizá-la” (MONTEIRO, 2000, p. 6):

Imagem 6.1 - “Repressão policial pulveriza a cracolândia” – Folha de S. Paulo

RIBEIRÃO

FOLHA DE S. PAULO

C 6 domingo, 3 de setembro de 2000

DROGAS *Usuários de crack que antes se concentravam em parte da região central tiveram de migrar para outros locais*

Repressão policial pulveriza a cracolândia

folha de São Paulo

KARLA MONTEIRO
DE REPÓRTER ESPECIAL

Na esquina escuro da rua dos Protestantes com rua dos Gesóleos, centro de São Paulo, dois garotos conversam apocriamente, olhando para os lados. Um deles faz do bolso um pequeno embrulho em papel laminado e entrega ao outro. Feita a transação, o mais velho da dupla nem posterga o consumo.

"A gente não pode mais dar boleto. Os policiais (proteção à população) estão por aí. Na semana passada, queimaram meus dentes", diz o mais novo, mostrando o sorriso desafiador.

A cena aconteceu no último dia 24 na cracolândia, região onde milhares e milhares de crack usam praticas livres desde o início dos anos 90, quando a droga invadiu São Paulo. Ou, pelo menos, praticas toleradas pelas autoridades.

Nos últimos meses, o cenário mudou. Desde setembro do ano passado, o Denarc (Departamento de Narcóticos) vem promovendo repressão ostensiva no local a fim de "erradicar" a cracolândia, o que forçou a dispersão dos viciados e tráfego para outras regiões da cidade.

O resultado da operação do Denarc pode ser medido em números: 38 hotéis e pensões usados como pontos de tráfico e de uso de crack foram fechados (e depois muitos por decisão judicial), 19 favelas da região voltaram para a cadeia e 176 suspeitos de tráfico, entre eles 12 menores, foram pegos em flagrante.

A polícia ainda apreendeu 15 quilos de cocaína, 1.116 pedras de crack e 191 gramas de maconha.

"A ordem do secretário (estadual da Segurança Pública, Marco Vinício Petrucci) foi erradicar a cracolândia. Era uma vergonha ter uma Amsterdã no lado do Denarc", explica o delegado Ubiracy Fiuza da Silva, diretor da Divisão de Investigação. O pedido do Denarc está inscrito no artigo 1º do decreto de polícia.

Segundo o delegado, policiais já patrulham esta madrugada vigília 24 horas na área limitada pelas avenidas Rio Branco e Duque de Caxias, rua Mauá e avenida Cláudio Liberal e Ipiranga. O Denarc vai usar também a rotina de uma boate policial a cada 15 dias.

Quando a repressão era mais leve, os viciados sentavam-se nas calçadas para partilhar cachimbos com a pedra de crack, droga barata que, segundo especialistas, vicia quase instantaneamente.

"A burra pesou. Agora a gente vem aqui, compra a pedra e vai fumar escondido em outro lugar", diz um usuário, que afirma ter 16 anos.

A Folha acompanhou uma roda na noite do último segundo-feira. Ao rasar da noite, ruas cheias de viciados, estavam vazias.

A OPERAÇÃO NA CRACOLÂNDIA

Resultado da "limpeza" promovida pelo Denarc (Departamento de Narcóticos) nos últimos 11 meses

- Região da cracolândia
- Hotéis e pensões fechados?
- Artigo ponto de tráfico
- Artigo local de consumo de drogas

MIGRAÇÃO DOS USUÁRIOS

- Praca da Sé
- Praca da República
- Vale do Antares
- Estação do Glória
- Prado do Catujá
- Osaka
- Largo de São Bento
- Av. Liberdade (entre S. Joaquim) e rua do Glória
- Av. Angel - entrada do viaduto

30 hotéis e pensões usados como pontos de tráfico e de consumo de crack foram fechados na cracolândia

15 quilos de cocaína

1.116 pedras de crack

191 gramas de maconha

176 suspeitos de tráfico de crack foram presos em flagrante

15 menores são encaminhados ao SOS Criança diariamente

8 hotéis e pensões nas áreas da cracolândia também foram fechados

19 favelas da Justiça estão presas

Dois esquemas de Denarc: busca e apreensão de área 24 horas por dia

8 hotéis e pensões nas áreas da cracolândia também foram fechados

19 favelas da Justiça estão presas

15 menores são encaminhados ao SOS Criança diariamente

Especialistas criticam ação
DE REPÓRTER ESPECIAL

A repressão policial na cracolândia, repleta de traficantes e dependentes de crack no centro de São Paulo, divide opiniões. De um lado, especialistas no tratamento de dependentes condenam a estratégia do governo de expulsar os viciados da região. De outro, comerciantes apóiam a iniciativa.

Ao psiquiatra Auro Lechner, coordenador do Projeto Quilombo, criação da Escola Paulista de Medicina para atender crianças que vivem nas ruas, a ação policial é forma "de fazer a sujeira para debaixo do tapete". "Isso trata o quadro social como se fosse questão sanitária e financeira",

"Limpeza" faz parte de projeto
DE REPÓRTER ESPECIAL

A repressão policial na cracolândia não é só uma questão de vontade política do secretário estadual da Segurança Pública, Marco Vinício Petrucci, como informou o delegado Ubiracy Fiuza da Silva, do Denarc.

Do Complexo Cultural João Pinheiro, resultado da reforma integral da antiga estação João Pinheiro, construída em 1938, o secretário estadual da Cultura, Marcos Mendonça, idealiza uma nova casa para a região central. Os projetos são criados. O prédio do antigo Daga vai virar um centro cultural.

A obra, orçada em R\$ 9 milhões, está prevista para 2001.

Hotel e esquina vendiam droga
DE REPÓRTER ESPECIAL

O centro de São Paulo corre com a cracolândia desde 1992. Antes do início da operação repressiva policial, o dia-a-dia dos usuários de crack começava por volta das 16h e terminava quando os comerciantes da região abriam as portas. O movimento mais intenso era a partilha de crack.

Quem passava pela região não podia deixar de perceber a fumaça dos cachimbos saindo dos grandes grupos de crianças, adolescentes e jovens espalhados e multíplices que se juntavam nas calçadas. A droga era vendida indiscriminadamente nas botéis, nas penóles e nos respirais.

Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 03 set. 2000 (MONTEIRO, 2000, p. 6).

Em outra abordagem, o repertório da Folha de S. Paulo juntava o temor dos “usuários de crack” à polícia, o fluxo pela cidade, o consumo de crack, ações

criminosas, mendicância, travestis, para dizer que a “cracolândia resiste em novo endereço” (MENA, 2005, p. 5). O novo formato da “cracolândia” englobava quarteirões da Av. Duque de Caxias com a Rua Helvétia e Alameda Glete:

Imagem 6.2 - “Cracolândia resiste, agora em novo endereço” – Folha de S. Paulo

FOLHA DE S. PAULO

COTIDIANO

quinta-feira, 7 de abril de 2005 C 5

REDUTO DO CRACK Usuários de droga evitam área policiada dia e noite e ocupam praça a três quarteirões de distância

Cracolândia resiste, agora em novo endereço



Garçons fumam crack durante a madrugada de ontem em frente à antiga rodoviária, na avenida Duque de Caxias, no centro de São Paulo

Ação só escondeu sujeira, diz ONG

DEPRESSÃO E DROGAS

Para especialistas em saúde, redução de danos e trabalho social, a Operação Limpa da Prefeitura de São Paulo fez apenas “vencer a sujeira para debaixo do tapete”. “Um projeto de revitalização exige planejamento e ações integradas com comerciantes, usuários, secretarias e a sociedade civil organizada”, diz Naimê Silveira, presidente do É de Lei, organização que atua na “cracolândia” há cinco anos na perspectiva da redução de danos ao uso de drogas. “Durante a operação, vimos muita perseguição e humilhação da população local. Não adianta dar tratamento compulsório aos usuários e abandoná-los. A prefeitura deveria ouvir os usuários e fazê-los participar do processo.

Aquilo é a casa deles, e não se faz a reforma em um prédio sem consultar seus moradores.”

A própria prefeitura admite que não há vagas em serviços especializados em dependência química para todos da cracolândia.

“A droga se encaixa como uma lâmina para a situação de rua: promove uma sociabilidade de rua e faz com que as crianças dali fiquem anestesiadas. Há ações mais eficazes que a ‘tricotomia’, aponta Auro Lescher, coordenador do Projeto Quixote, que trata de crianças de rua. “Sem polícia sem higienização funciona pra rua: um quanto cumpre como a ‘cracolândia’, onde o problema é social”, diz Nilda Serecki, ex-presidente da Emab e editora de arquitetura da universidade Mackenzie. **ma**

NOVO MAPA DO CRACK

A operação Limpa, feita pela prefeitura, conseguiu para usuários de crack e prostitutas um novo endereço conhecido como cracolândia



Mercado de um mês depois da operação, alguns usuários resistiram para áreas de três quarteirões da cracolândia, no centro

FERNANDA MENA
SÃO PAULO/SP

Há, em São Paulo, uma nova “cracolândia”. Enquanto a região antes conhecida por esse nome encontra-se sitiada por cerca de 70 policiais que se rotacionam na região local diariamente, a três quarteirões dali, no escuro da praça João Prestes, toda noite circulam pequenas lâmpadas.

Faixas que viram fogos, quadras pedregosas brancas e pedras em uma fumaça aspirada em cachimbos improvisados, que pisam de mão em mão entre homens, mulheres e crianças.

A polícia chega. Os réus (você sabe que usuários de crack) fogem. A polícia sai. Os réus voltam. E seguem assim madrugada adentro, numa espécie de briga-de-garoto em si.

A Operação Limpa —ofensiva policial promovida no início de março pela administração de José Serra como instrumento de revitalização da região conhecida como “cracolândia”— apenas mudou de endereço o cenário degradado que pretendia combater.

A nova “cracolândia” de São Paulo se encaixa entre a avenida Duque de Caxias, a Alameda Glete e as ruas Cleveland e Dino Baccaro.

A concentração de usuários de crack, que deram o apelido à região, originou a rua General Custódio de Magalhães para a praça João Prestes. E ali permaneceram, a menos de cem metros de uma das bases policiais instaladas na praça durante a operação.

“O bagulho ficou embuçado”, dizia um usuário de 35 anos —e estava de uma criança de dez—, envolvido em um comércio.

Na madrugada de ontem, no bar localizado na esquina da praça João Prestes com a Avenida Duque de Caxias, o vai-e-vem de noites era frenético. Garanharam de uma rua para outra atos de trocados para comprar pedras.

Nessa esquina, dois travestis fizeram dos bolsos mãos cheias de moedas de R\$ 0,10 e R\$ 0,25. No total, haviam reunido pouco mais de R\$ 6. “Você troca por gente”, perguntou um deles à reportagem de *Folha* —que passou a noite rondando a região. “Eles não aceitam moeda como pagamento. Moeda faz barulho nos bolsos e é mais difícil de esconder da polícia.”

Pouco depois, uma nova abordagem. “Você aceita prata?”, perguntou um neto, esbaldado, esterrado até a metade do ciclo trindade, um anel prateado.

Com a redução do número de prostitutas e de traficantes e o fechamento de hotéis, a circulação de dinheiro diminuiu na região. E os usuários se viram como podem.

“Fizemos essa palhaçada toda só para aparecer na TV. Estado L71 [estacionou]. Foram ondas e, depois, colocam todo mundo de volta na rua”, reclama Jamadir Gregório, 59, comerciante cercado pela “nova cracolândia”. “Os plantões saíram de lá e ficaram todos para cá. Os usuários precisam de tratamento, não de polícia.”

Na semana da Operação Limpa, 456 crianças foram encaminhadas para casas de acolhida. Uma semana depois, 114 já estavam de volta às ruas. O restante permanece no sistema.

Os comerciantes da antiga cracolândia, no entanto, comemoram a mudança. “Lado ficou melhor aqui. A limpeza, a limpeza, a segurança, tudo”, diz o balconista Claudemir de Souza.

“Passo lá toda madrugada. As ruas estão limpas, o lixo está sendo retirado. Você não vê mais gente nas ruas fumando crack”, comemora o subprefeito da Sé, Andréa Maraseno. E quanto à nova cracolândia? “É o caso. Bruce Bagdá fez minutos depois por lá. Vamos começar a promover ações sociais para as prostitutas e usuários de drogas de lá”, diz.

Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 07 abr. 2005 (MENA, 2005, p. 5).

Na edição de 19 de maio de 2005, O Estado de S. Paulo afirmava que a “cracolândia” andou umas quadras (A CRACOLÂNDIA, 2005, p. 44). Na tiragem de 03 de setembro de 2006 do jornal Folha de S. Paulo a “cracolândia” ultrapassava a Avenida Rio Branco e chegava até a Rua Guaianases, fazia o contorno na Avenida Ipiranga seguindo para Avenida Cásper Líbero até chegar na Estação da Luz, retornar à Rua Mauá e Avenida Duque de Caxias (CAPRIGLIONE; GALLO, 2006, p. 1). Em 02 de julho de 2009, a Rua dos Guaianases já não foi incluída como “cracolândia”, bem

como boa parte do contorno da Estação da Luz pela Avenida Cásper Líbero (KASSAB, 2009, p. 4): o formato mudava novamente.

Alguns autores, direta ou indiretamente, acabam dando ênfase ao referencial “cracolândia”, tratando-o como um território. Embora Frúgoli Jr. e Spaggiari (2010) apresentem relevantes contribuições ao debate da sociologia urbana e do estudo da “cracolândia”, como a percepção de sua variabilidade física, apresento uma discordância parcial ao tratamento como uma “territorialidade itinerante”. Afinal, nesse entendimento, a divisão “cracolândia” formatada nos jornais permanece em sua genese intocada, as valorações dos aspectos considerados negativos, o cerco à marginalidade como ação estruturante, a noção enfática do espacial, quando ela também é modificada, ou seja, *simbólicamente itinerante*: da esfera representacional para a esfera física, interesses que transformam o campo das representações, manipulam este cerco e, conseqüentemente, alteram seus limites espaciais:

(...) a cracolândia constituiria uma espécie de territorialidade itinerante (PERLONGHER, 1987 e 2005 [1988]), o que significa situá-la numa certa área urbana, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas (FRÚGOLI JR.; SPAGGIARI, 2010, p. 3).

Taniele Rui (2016, p. 226), que apresenta várias importantes discussões sobre o crack no Brasil, qualifica a “cracolândia” como “geografia móvel”⁶⁴. Nesse sentido, acaba destacando o aspecto geográfico e material da categoria em detrimento dos outros influxos como o a mudança temporal. A expansão do crack no Brasil é pensada em termos de uma “territorialização do consumo” (RUI, 2016, p. 231), e não de um “estigma territorializado”, reforçando a associação do espaço (físico) como causa e não efeito das relações simbólico-estruturais.

A referência “cracolândia” passou a compor inclusive o vocabulário institucional do DENARC-SP. Neste caso, cabe entender os interstícios de poder e a construção simbólica deste produto, inclusive os pressupostos contidos na escolha e

⁶⁴ Muitos antes dos autores pensarem o termo “*geografia da droga*” já aparecia nos jornais, tal como escreveu o jornalista Gilberto Dimenstein, em 11 de abril de 1999 no jornal Folha de S. Paulo (DIMENSTEIN, 1999, p. 3). Essa concepção invisibiliza o poder simbólico e, de certo modo, legitima o discurso midiático que transfere sua visão sobre o crack para características intrínsecas ao próprio objeto, como se não fosse possível retratá-lo de outro modo.

incorporação do léxico “cracolândia” para representar e identificar politicamente o fenômeno em questão. Embora possa parecer uma simples apropriação de linguagem ou expressão já existente como forma ou facilitação da comunicação entre o público-leitor/eleitor e a política, torna-se relevante entender que alusão é feita e por qual motivo a presente designação foi transformada na representação própria para abordar o crack e as cenas de consumo da droga nas políticas públicas (GOMES; CAPPONI, 2012).

Não foram as prostitutas, os usuários de drogas, os moradores de rua, puxadores de carrinho com as latas de filmes produzidos na indústria cinematográfica da “boca do lixo” tampouco um suposto vínculo natural entre esses indivíduos, que conectaram a degradação à “cracolândia”. Esse vínculo, o confinamento da marginalidade, foi gerado inclusive com as narrativas mencionadas, pelo estigma e pelo sufocamento de outras características identitárias⁶⁵. A capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos depende do capital que se possui (BOURDIEU, 2008, p. 159).

A chamada “cracolândia” nunca foi por si um império em expansão, progressão ou itinerante, sequer variou em termos dos bairros Luz, República, Santa Ifigênia, Campos Elíseos ou Sé. A “cracolândia” é uma categoria política, produto de disputas, interesses e, nesse sentido, flexível. Não é trivial, mas é do que se trata. Não descarto o aspecto territorial, espacial, para a compreensão do fenômeno em questão; entretanto, é fundamental conectá-los às estruturas sociais e ao campo simbólico. Para perceber a “cracolândia” como um discurso, uma narrativa política, uma construção moral, é preciso delimitar os campos de atuação da instância material, tratando-a como elemento das próprias estruturas e das atribuições simbólicas do mundo em que está constituída. Mesmo Marx e Engels, cuja estrutura teórica é fundada no materialismo, pensavam as cidades e o urbanismo como conjunto de

⁶⁵ Em março de 1980, (...) O Estado de S. Paulo, que já havia se manifestado contra a convivência entre famílias e prostitutas em 1979, agora faz uma série de reportagens aterrorizando a população sobre a periculosidade dos travestis. Depois de a publicação das reportagens, a Polícia Civil e Militar unem-se na elaboração de um plano de combate a travestis, prostitutas, exploradores de lenocídio e “trombadinhas”. Com a proposta de indiciamento de todos os travestis e prostitutas da cidade, a última etapa do plano consistia em confinar a prostituição nas áreas da boca do lixo e da boca do luxo, na região central da cidade (OCANHA, 2014, p. 14).

condições da história. Para eles, a cidade é o lugar da história (MARX E ENGELS, 1998). O lugar “cracolândia” é, então, formado a partir dos seguintes mecanismos jornalísticos de construção da abordagem:

7.1 A VIGILÂNCIA

Demonstrada a variabilidade da “cracolândia”, não pretendo afirmar que ela não exista: essa divisão não pode ser compreendida a partir de um simples jogral, do falso ou real. A verdade é um efeito das representações (FOUCAULT, 1999), ou seja, o caráter real se configura na medida em que a “cracolândia” constitui sua própria descrição. Se a “cracolândia” formatou-se no campo das representações e do simbólico, os efeitos reais e mundanos não estão excluídos, podendo inclusive orientar as práticas e ações dos indivíduos, das instituições e das esferas, inclusive no campo político.

Um pressuposto jornalístico absorvido na discussão política do crack é a vigilância. Na medida em que faz parte de um discurso, controle e gerenciamento, o espaço é disciplinado por câmeras, instituições, policiais, pela própria imprensa⁶⁶. Essa lógica está diretamente orientada pela produção da *expectativa de ilegalidade*, como no exemplo: "Em outros pontos do centro menores estavam parados em cruzamentos e praças de grande ocorrências de assaltos", diz a Folha de S. Paulo (SUSPEITOS, 1997, p.4). A “cracolândia” é relacionada à cobrança pelo controle, legitimação e prisão desses indivíduos; no limite, até mesmo um inconformismo de sua liberdade:

Pela manhã, por volta de 11h 30, os mesmos jovens foram vistos pela reportagem sendo revistados pela PM. Segundo o Capitão Paulo Roberto da Silva Vieira eles foram levados ao posto do SOS Criança na Praça da República. Mas como não portavam drogas ou armas, teriam sido liberados. (SUSPEITOS, 1997, p. 4).

⁶⁶ Diferentemente de outras manifestações da miséria, a “Cracolândia” paulistana está enclavada no Centro da cidade que se queria europeizada, com seus aparelhos culturais recém-renovados, de modo que a sua visibilidade e proximidade incontornáveis são um ponto crucial na definição das formas de tratamento midiático do tema que nos ocupa (ROCHA; SILVA, 2015, p. 251).

O princípio geral é a onisciência, como se a visão midiática representasse o todo, a visão de Deus – uma falsa compreensão. As contribuições de Foucault ajudam a problematizar a vigilância da “cracolândia” e a desmentir uma suposta invisibilidade. A invisibilidade é um potencial predicado do controlador, não dos controlados⁶⁷. O princípio de governamentalidade moderno, nascido após o desaparecimento da masmorra, é a revelação sob a luz, a completa retirada da escuridão ou possibilidade de ação desvigiada, isto é, uma maior exposição dos vigiados, fato que constitui, inclusive, o aspecto policialesco, médico e o próprio enfoque do crack. O incidente militarizado chamado Operação Centro Legal ou “Operação Sufoco”, ocorrido na região central da cidade de São Paulo, no qual se compeliu a expulsão espacial dos “usuários” através de um aparato de guerra, é um exemplo dessa intolerância e, por conseguinte, visibilidade.

A reportagem do dia 03 de março de 1996 do jornal O Estado de S. Paulo demonstra a associação entre o consumo de crack e a questão da vigilância policial: conta o caso de Felipe, menino que estava se “iniciando no crack”, cuja noção geral é a ideia de *carreira* (BECKER, 2008). Rabinovici, o jornalista, diz que ele “ainda” falava com fluência, era ágil e esperto, como se essas qualidades fossem conflitantes com o uso do crack. Seria questão de tempo, Felipe passaria agir como um ser animalizado ao ponto de perdê-las segundo a matéria, ao contrário dos amigos que o cercam, que:

Não têm mais memória familiar; procuravam as palavras com esforço; são um vazio que a fumaça do crack vai preenchendo sem produzir mais euforia, só uma compulsão em fumar sempre mais e mais. Ele (Felipe) ainda não estreou na Febem. E já aprendeu uma lição na Cracolândia 'Você dá tudo para a droga - o relógio, isqueiro, tênis, e caneta -, depois se arrepende'. Resta-lhe uma faca. Mas diz: "Ela não está para trocas". (RABINOVICI, 1996, p. 4)

⁶⁷ Nesse sentido, o discurso de uma suposta invisibilidade dos “usuários de crack” é uma prática tão repetida quanto equivocada. O invisível é dado na limitação do olhar, a incapacidade de apreciação, ou qualidade, condição imune à visão, atributo do objeto que a escusa. A invisibilidade é uma proposição concernente às falhas do tipo de visão predominante que se tem no Estado social, falhas que remetem ao *blackout* e abandono perante a desigualdade social. Nesse contexto, o poder da vigilância, portanto, não aparece assimétrico em termos de repressão, mas de omissão. Porém, a simples transferência dessa concepção para o contexto do Estado liberal punitivista a torna *démodé*, descontextualizada e até errônea, sobretudo face ao desencadear do processo de aumento do Estado policial para combater as mazelas sociais (WACQUANT, 2001).

A ideia posta pela matéria em questão é que o garoto Felipe ainda não havia estreado na Febem: como um caminho ou consequência evolucionista das trajetórias dos usuários de crack, não só referente ao uso do crack, mas em relação a outros crimes, como roubos e furtos, principalmente em função da apontada "compulsão de fumar". A matéria destaca "relógio, tênis e dinheiro pela droga". A legenda da fotografia principal reforçava o predicado da compulsão: "Meninos se amontoam nas ruas: a compulsão de fumar mais e mais os deixa ao abandono na região entre a Estação da Luz e a Avenida São João, a Cracolândia" (RABINOVICI, 1996, p. 4). Portanto, tanto o território, quando os indivíduos sofriam esse ávido controle disciplinar (FOUCAULT, 2004a).

7.2 O REDUACIONISMO

Outro princípio de organização que torna a "cracolândia" um produto moral e acaba sendo absorvido na disputa política é a redução à *minoría dos piores*, ou seja, o objeto sob esta marca tinha várias atividades (comerciais, culturais etc.), mas foi tratada somente pelo aspecto negativo. Esse fenômeno foi estudado por Elias e Scotson (2000), que demonstraram através da cidade inglesa de nome fictício Winston Parva como as divisões simbólicas são produtos sociais e operações de caráter relacionais.

Elias e Scotson fugiam do enganoso pragmatismo estatístico de dividir as zonas da cidade pelo que elas consistiam em termos de atividades, econômicas ou culturais. Era de se esperar que as duas zonas da classe operária, socialmente bastante similares, percebessem-se mais ou menos como iguais, e que a principal distinção comunitária de Winston Parva se daria entre a zona da classe média, de um lado, e as duas zonas operárias, do outro. Entretanto, Elias e Scotson demonstraram justamente o contrário⁶⁸:

Um levantamento preliminar sugeriu que não só os habitantes de classe média da Zona I, mas também os moradores operários da Zona

⁶⁸ O que estava em jogo na intensidade da imagem projetada pela minoria de cada zona sobre a própria zona eram as relações de poder. Segundo Elias e Scotson, a imagem que os estabelecidos têm de si e que transmitem aos outros tende a se pautar na "minoría dos melhores", ou seja, inclina-se para a idealização. A imagem dos outsiders, dos grupos relativamente pouco poderosos em comparação com os setores estabelecidos tende a se modelar na "minoría dos piores", isto é, tende a ser denegrida (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 56).

2 consideravam a si mesmos e a seus vizinhos como tendo um status social superior aos da Zona 3. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 51).

Com isso quero dizer que, o apelo ao referencial “cracolândia” é um mecanismo que marca a divisão pelo próprio estigma: todo contexto é reduzido ao crack, como se nada mais existisse (negativo ou positivo) no local e nos próprios indivíduos que usam a droga. Diante do método relacional empregado por Elias e Scotson (2000), cabe observar que os bairros próximos como a República e a Consolação são tonificados a partir de outras questões, mesmo havendo amplos registros de uso de crack nos próprios jornais, o que faz o crack sobressair na imagem de uma área e desaparecer em relação à outra. Em Higienópolis, o crack vira invasão⁶⁹. A divisão simplesmente baseada no aspecto territorial dos bairros ou a partir de suas propriedades em si (renda, atividades dos moradores) não é suficiente para explicar a diferença do papel desempenhado pelo crack ou pelos “usuários de crack” nesses bairros e em suas respectivas imagens.

A grande questão é a distinção simbólica existente na conformação histórica da cidade de São Paulo, onde a região conhecida como “cracolândia” tem um histórico ligado à marginalidade que encaminha o simbólico pejorativo e a redução a uma minoria dos piores. Esse tratamento se reflete não apenas na relação com os bairros do entorno, mas a cidade passa a operar com este imaginário representacional. É comum, por exemplo, os bairros do Bom Retiro/Campos Elíseos/Sé terem valores de metro quadrado muito inferior ao bairro de Cambuci, similar em termos de ocupação e atividades⁷⁰.

7.3 A NOÇÃO DE “SUBMUNDO”

Outro pressuposto da representação da “cracolândia” na imprensa está ancorada na noção de “*submundo*”. São as vinculações e espaços colaterais, rol das personagens degradadas, o repertório de atributos pejorativos. A Folha de S. Paulo, no dia 27 de abril de 1998, continha a relação entre prostituição, usuários de drogas,

⁶⁹ A edição de 06 de janeiro de 2012 do jornal Folha de São Paulo: “Higienópolis teme ‘invasão’ de craqueiros” dizia o título da abordagem (OLIVEIRA; VARELLA, 2012).

⁷⁰ Cf. <https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/onde-e-mais-carro-e-mais-barato-comprar-imovel-em-sao-paulo-2/>. Acesso em: 19 fev. 2019.

adolescentes e a deterioração. Após a transposição da causa da existência de menores de rua da cola de sapateiro para o crack, o que implica mudança de categoria e reorganização moral, enfoca-se também o vínculo entre os menores e o reduto, o falacioso “submundo”, cujo novo universo simbólico passava conseqüentemente a pertencer: “Crianças de rua ‘migram para Santana: prostituição e furtos sustentam os vícios” (CRIANÇAS, 1998, p. 3).

Essa costura da “cracolândia” ao crack, menores, prostituição e criminosos, mantém-se, não é exclusiva de uma ou outra abordagem: na matéria do dia 20 de junho de 1999, afirmava-se que o centro é uma região “dominada hoje por prostitutas e viciados em crack” (BLANCO, 1999, p. 10):

Centro de SP quer ser GRANDE no século 21. Projetos que carregam adjetivos como “maior do mundo” ou “melhor da América Latina” tentam trazer vida para uma região dominada hoje por prostitutas e viciados em crack (BLANCO, 1999, p. 10).

O antagonismo entre “cracolândia” e limpeza não é pontual, mas estrutural. Ele se repete na grande parte das abordagens sobre o referente: 40,9% para o jornal Folha de S. Paulo e 37% no jornal O Estado de S. Paulo. “‘Limpeza’ faz parte do projeto” (MONTEIRO, 2000, p. 1) e “Cracolândia é lavada após mais uma ação da PM” (CORREA, 2012, p. 8), ambos do jornal Folha de S. Paulo. Embora distintos temporalmente por mais de uma década, demonstram similaridades na compreensão do problema: a limpeza como produto da ação policial, o higienismo, combinava-se lavagem à repressão e aniquilamento do “usuário de crack”. A resistência destes indivíduos era apontada como “tomada”, “sujeira”, “invasão”, “poluição”:

Cracolândia é lavada após mais uma ação da PM: funcionários usaram jatos d’água para limpar ruas de área do centro. A Gestão do Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), iniciou o ano comandando mais uma intervenção na cracolândia, região do centro que rebatizou de Nova Luz. Após a operação contra traficantes que envolveu cem policiais militares, funcionários da limpeza urbana, 75 no total, realizaram uma grande limpeza no local, com direito a jatos de água e até trator com pá carregadeira. Das 9h às 14h, os cerca de 2.000 usuários de crack que perambulavam pela rua Helvétia e se escondiam em seus prédios abandonados foram retirados dali por policiais. Sobraram os montes de resíduos em decomposição acumulados nos prédios invadidos. No fim do dia, a prefeitura divulgou ter removido cerca de 7,5 toneladas de lixo [...] (CORREA, 2012, p. 8)

Tais premissas contaminaram o debate político. Gilberto Velho analisou algumas das questões comuns a esse tipo de representação como “*mundo das drogas*”. Segundo ele, o conceito de *mundo* vincula-se à obra de Simmel e Schutz, que mostraram a possibilidade de classificar e identificar domínios da realidade que se distinguiram mediante fronteiras sociológicas e descontinuidades culturais. (VELHO, 2008, p.23). Ainda que acompanhados de fronteiras da estratificação social, como classe e raça, o que se chamam de “mundos” são multiplicações de domínios sociais e simbólicos dados a partir de representações e disputas em um mesmo campo.

7.4 A ÊNFASE DAS CONVENIÊNCIAS

Outro mecanismo utilizado na construção moral da “*cracolândia*” é a ênfase das conveniências, ou seja, nas abordagens jornalísticas comportavam hermeticamente contradições, divisões distorcidas (maniqueístas ou ingênuas) entre bem e mal, fracos e fortes, culpados e inocentes. Se, por um lado, os “usuários de crack” eram considerados incapazes, fracos e à beira da morte, em pele e osso, por outro também eram tratados como perigosos, de força incalculada, “invasores”, capazes de oferecer riscos à população e necessitavam de contenção da força policial. A matéria “Prostitutas e viciados reinam a noite na Luz”, do jornal O Estado de S. Paulo, publicada no dia 05 de maio de 1996 (PAÍS, 1996, p. 4), expressava essa narrativa em torno da *cracolândia* e de suas personagens; a correlação entre menores, prostitutas e viciados se mantinha:

Se durante o dia a situação é pesada na Estação da Luz, à noite o cenário é ainda mais assustador. Os paredões ficam tomados por prostitutas - muitas com menos de 18 anos - e drogados. O crack reina ali. O local também já ganhou o apelido de *cracolândia*. Uma pequena pedra sai por R\$ 5,00. A maioria dos viciados já não anda, cambaleia. Meninas que vendem o corpo são chamadas de *micróbias* pelos *moleques*. Na chamada boca-do-lixo, na região central, as ruas são menos iluminadas e bem mais perigosas. O policiamento não é ostensivo como na Luz. (PAÍS, 1996, p. 4)

No dia 20 de fevereiro de 1997, o jornal Folha de S. Paulo trouxe uma matéria realizada pelo jornalista Rodrigo Vergara que dizia “Grupo levado pela PM volta a

fumar crack no centro de SP: parte dos viciados recolhidos na operação voltou à 'cracolândia'" (VERGARA, 1997, p. 4). Tratava do fracasso da operação policial da retirada dos usuários da "cracolândia"; dizia que ela fora "sem sucesso", não com o objetivo de questionar esse tipo de controle e de expulsão, mas justamente o contrário, para reforçar a necessidade de um policiamento mais ostensivo e reclamar maior controle sobre esses indivíduos. O enredo da matéria se encaminha para o fato de que os "usuários de crack" foram levados pela manhã à Delegacia de Polícia e à SOS Criança. Entretanto, durante à tarde, conforme a própria Folha de S. Paulo foi verificar na Luz, estavam soltos. Um dia antes, 19 de fevereiro, o jornal havia feito a mesma coisa, como uma espécie de fiscal e instigador do controle estatal: "Suspeitos voltam às ruas" dizia o título da matéria: "Apenas cinco horas após serem detidos para averiguação, três menores foram vistos pela reportagem da Folha na esquina das ruas dos Gusmões e do Triunfo." (SUSPEITOS, 1997, p. 4).

O pressuposto básico desse tipo de discurso consiste numa concepção infantilizada que separa perfeitamente o bem e o mal na sociedade: o "craqueiro", encarna todos os males sociais, enquanto o "cidadão" representa uma espécie de "donzela em apuros", ameaçada e necessitada de socorros. Essas dicotomias permeiam o discurso dos jornais, a mocinha e o bandido, o herói e o vilão, a polícia e o ladrão: "Esconde-esconde alterna policiais e usuários no centro" (SANT'ANNA; BERTONI, 2012, p. 3).

8 DO SUCESSO AO COLETIVO “CRAQUEIRO” - DECADÊNCIA

Um dos casos mais evidentes que aparecem na história jornalística sobre o crack no Brasil é o do cantor Rafael Ilha, constituindo-se como parte do fluxo de problemas na construção da agenda sobre drogas (KINGDON, 2003). A abordagem deste caso se justifica pelo fato de que, além da notoriedade de Rafael, que ajudou a chamar atenção política para o crack entre o final dos anos 90 e começo dos anos 2000, pois reforçou a noção epidêmica da droga, trata-se de uma expressão que representa em nível microssocial como são feitas as distinções jornalísticas entre usuários de drogas não marginalizados e “usuários de crack”. Rafael Ilha se tornou o trivial exemplo jornalístico do crack como experiência traumática, isto é, droga (causa) que gera repentina exclusão (efeito). Além disso, foi identificado a partir de dois referenciais: individual (o artista) e coletivo (“usuário de crack”), e por isso pode ser alinhavado à discussão sobre estrutura social, construção da identidade e personalidade do “usuário do crack” pela imprensa ou como representação mediadora entre o “usuário de crack” e o mundo público.

Ao inquirir as abordagens do jornal Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre o caso de Rafael Ilha (palavra-chave “*Rafael Ilha*”) de 1990 a 2016, são encontradas 14 ocorrências para o primeiro e 76 para o segundo; destas, apenas 8 e 12 foram salvas. Havia ocorrências relacionadas a outros delitos, como tráfico de armas, direção perigosa e sequestro, não contabilizados. Em ambos os casos, no jornal Folha de S. Paulo e no O Estado de S. Paulo, a maioria das abordagens vinculavam o tema ao aspecto policiaisco e de saúde. Na Folha de S. Paulo tem-se o seguinte arranjo:

- I) Na cor rosa e amarela, na parte superior do diagrama, a fama de Rafael;
- II) Na cor azul claro e roxo, na lateral direita e esquerda do diagrama, os casos específicos envolvendo o roubo de vale transporte;
- III) Na cor vermelha, na parte central do diagrama, os embates e o intermédio entre a fama e a decadência (predominante);
- IV) Na cor verde, na parte inferior do diagrama, a decadência de Rafael;

Diagrama 1 - Abordagens “Rafael Ilha” - Folha de S. Paulo

A organização geral da narrativa de Rafael Ilha em ambos os jornais está estruturada do seguinte modo: o uso de drogas a partir de uma perspectiva singular, Rafael como indivíduo, inclusive o artista (classe 1); o caso específico do roubo do vale transporte (classe 2); a problemática jurídica, Rafael como usuário a partir de uma perspectiva médica e policiaesca (classe 3), todos marcados pela oposição fama X decadência. A ocasião específica da classe 2 ocorreu em setembro de 1998, quando Rafael foi acusado de roubar um real e um vale transporte em Campo Belo, São Paulo, para usar crack.

Vício leva ex-Polegar a cometer crime. O cantor Rafael Ilha Alves Pereira, 26, ex-integrante do grupo Polegar, é mais um exemplo do envolvimento de jovens de classe média com o crime – na maioria das vezes motivado pelo consumo de drogas. Em setembro de 98, Rafael foi preso depois de roubar um vale transporte de R\$ 1,00 de uma balconista em um ponto de ônibus no Campo Belo para comprar Crack. Momentos antes, ele já havia tentado assaltar outra pessoa fingindo portar uma arma. Na delegadia, Rafael confessou ser viciado em drogas e disse que dormia na rua havia alguns dias. Dias depois, o cantor foi acusado de ter roubado R\$6.000 de um policial militar na saída de uma agência bancária em Santo Amaro. Ele nega o crime. Rafael entrou para o grupo Polegar em 88, aos 14 anos, depois de uma breve carreira como modelo de comerciais de televisão. Aos 17 anos, famoso e assediado pelas fãs, Rafael namorou a atriz Cristiana Oliveira, na época estrela da novela “Pantanal”, ta TV Manchete e dez anos mais velha do que ele. Após o fim do romance com a atriz, em 91, Rafael passou a chegar atrasado a shows e foi afastado do grupo. (VÍCIO, 2000, p. 7)

O Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, anunciava através do jornalista William Bonner: “Queda precoce: primeiro a fama: depois as drogas e agora a cadeia: Rafael Ilha Alves Pereira, o ex-líder do grupo Polegar, está preso em São Paulo” (ABRÃO, 2015, p. 129). Para desconstruir a imagem idealizada do cantor, tal como angelical, “terno”, “fraternal”, “responsável”, “caridoso”, foi preciso transformá-lo em inconsequente, insensível e irresponsável. Ou seja, o uso de drogas e a transformação acontecem e reverberam na ordem moral:

Imagem 7 - “Ex-cantor do polegar é preso por roubo” – Folha de S. Paulo

VIOLÊNCIA Rafael Pereira, 25, que tentou levar um vale-transporte e R\$ 1 de uma garota, afirma ser dependente de drogas

Ex-cantor do Polegar é preso por roubo

RODIGO VERGARA
de Reportagem Local

Rafael Ilha Alves Pereira, 25, ex-integrante do grupo Polegar, foi preso em flagrante ontem depois de tentar roubar um vale-transporte e R\$ 1 de balconista Tatiane Oliveira Pereira, 24, segundo a polícia. Era 1h da manhã e ele saía do trabalho, na zona sudoeste de São Paulo, quando foi abordado pela cantora. Ele foi preso em seguida pela PSP.

Segundo a polícia, Rafael é viciado em drogas. Quando assaltou sua ex-til, estava sem comer há três dias e dormia na rua há algumas noites. Ele nega que vivesse na rua.

Momentos antes, ele tinha tentado, sem sucesso, assaltar uma outra pessoa, Izaso Monteiro Pinheiro.

"Sou uma vítima da dependência química das drogas", disse Rafael, na carceragem do 99º DP, em Heliópolis, onde estava preso até a noite de ontem.

Marlon Wander Machado, advogado da Rede Record e agora também do cantor, disse que vai entrar com pedido de liberdade provisória para Rafael.

Diante a tarde, Rafael não quis ser filmado ou fotografado. "Não vou dar entrevistas de costas, porque não sou lealdade. Quero preservar minha imagem."

Nenhuma parente foi visitada. Desde a madrugada, quando foi preso no bairro de Campo Belo, o artista só recebeu a visita de Betty Fleury, mãe de um amigo e a quem

o cantor chama de "tia". Ela levou roupas para Rafael e o ajudou a entrar em contato com a Record.

Mãe

Segundo Betty, a mãe de Rafael, Élvira de Melo Vieira, ficou "chocada" ao saber do prisão do filho. Mas não teria ido visitá-lo por medo de ser fotografado ou entrevistada. Betty disse ainda que o cantor tinha pedido com as drogas havia três anos e frequentava reuniões da Igreja Metodista em Ribeirão Preto (interior de SP).

O crime de que o cantor é acusado, tentativa de roubo, é inafiançável. Segundo o delegado Hailton Ibranson, titular do 99º DP, Rafael ficará preso até o julgamento, a não ser que seu advogado consigam a liberdade provisória ou o relaxamento de prisão.

Mas há alguns empecilhos. No B.O., Rafael declarou não ter residência fixa, pré-requisito indispensável para o preso que pede liberdade. Esta é a terceira vez que o cantor se envolveu com a polícia. Em 94, ele respondeu por uma tentativa de assalto.

Disputa de TVs

As redes de TV SBT e Record disputavam ontem à noite entrevistas exclusivas com o cantor. Em troca, as emissoras ofereciam advogados e tratamento em clínicas de recuperação de drogados. A entrevista seria exibida no "Programa do Ratinho" (SBT) ou no "Ledo Livre" (Record).



O cantor Rafael cobre o rosto ao chegar a delegacia de São Paulo



Rafael na adolescência, quando era integrante do grupo Polegar

Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 15 set. 1998 (VERGARA, 1998, p.6).

A tiragem de 15 de setembro de 1998 do jornal Folha de S. Paulo (VERGARA, 1998, p. 6) é exemplo dessa transformação do caso Rafael Ilha: de um lado, foto de Rafael "criminoso", de cabeça baixa e blusa sob o rosto, logo após a prisão por suposto roubo. Do outro, Rafael brioso, altivo enquanto ainda era líder do grupo Polegar. Mas o que estava em dualidade não era o uso de drogas; a oposição era o auge da fama *versus* a decadência do cantor⁷¹. Essa tônica se repete em toda estrutura dos jornais:

Tabela 4 - Oposição auge da fama VS. decadência

- "Rafael Alves Pereira, de 25 anos, é acusado de tentar assaltar uma balconista em um ponto de ônibus." VS. "Depois de ter viajado pelo Brasil inteiro para realizar show com o grupo Polegar, Rafael Ilha Alves Pereira, de 25 anos, ex integrante da banda teve sua vida completamente modificada pelas drogas" (VERGARA, 1998, p. 6);

⁷¹ A Revista Isto É, n° 1512, em 23 de setembro de 1998, também trouxe na capa uma relação diametral: em branco, uma foto áurea de Rafael, tratado como o ídolo do Polegar, popular e namorador de famosas vs. em preto, uma foto maltrapilha, retratado como drogado, "usuário de crack" e "morador de rua".

- “Magro, sujo e abatido” VS. “(...) o ex-líder do grupo está irreconhecível”. (ANTAR, 1998, p. 8);
- “Rafael, que já foi namorado da atriz Cristina de Oliveira, fez sucesso com a banda no começo dos anos 90, participando de vários programas de televisão e até de um filme dos Trapalhões (...)” VS. “(...) agora está sendo obrigado a dividir uma cela com mais de 60 detentos, lugar que comportaria no máximo 20”. (ANTAR, 1998, p. 8);
- “Vício leva ex-Polegar a cometer crime. O cantor Rafael Ilha Alves Pereira, 26, ex-integrante do grupo Polegar” VS. “(...) é mais um exemplo do envolvimento de jovens de classe média com o crime – na maioria das vezes motivado pelo consumo de drogas”. (VÍCIO, 2000, p. 7);
- “Rafael entrou para o grupo Polegar em 88, aos 14 anos, depois de uma breve carreira como modelo de comerciais de televisão. Aos 17 anos, famoso e assediado pelas fãs, Rafael namorou a atriz Cristiana Oliveira, na época estrela da novela “Pantanal”, ta TV Manchete e dez anos mais velha do que ele.” VS. “Após o fim do romance com a atriz, em 91, Rafael passou a chegar atrasado a shows e foi afastado do grupo” (VÍCIO, 2000, p. 7);

Fonte: elaborado pelo autor.

Todavia, a sucessão de eventos, tal como posta na equação das classes **[uso de droga (crack) = crime + declínio artístico]** nunca foi verdadeira para o caso de Rafael, mas uma máxima na imprensa e acabou fundamentando, posteriormente, o debate político. Sua fama se misturou com o uso de drogas ilícitas desde o começo; mesmo um pouco antes disso o artista já fazia uso dessas substâncias. O auge de sua carreira como artista foi cumulado com inúmeras internações e overdoses. A imagem de Rafael Ilha foi construída positivamente pela mídia, e também através da mídia se deu o processo de desconstrução, como um espelho que inverte os polos da imagem e os torna pejorativos. Foi alvo tanto de jornais que têm holofotes voltados aos famosos, quanto das páginas policiais. Porém, foi somente com o uso do crack que o cantor passou à condição de doente-criminoso, dos paparazzi ao sobrevoos dos

helicópteros policiais⁷².

Rafael Ilha nasceu em 1973 e se iniciou na carreira de modelo aos nove anos de idade através da agência de modelos infantis Prytt da caça talentos Tia Irany. Fazia comerciais de TV e era “garoto propaganda” de diversas marcas. Aos 12 anos começou a frequentar matinês em uma boate chamada *Up & Down*, localizada na região dos Jardins, na cidade de São Paulo. Segundo Rafael narra em sua biografia escrita pela apresentadora e jornalista Sonia Abrão, foi lá que experimentou benzina (usada na composição do lança perfume) e cola de sapateiro pela primeira vez: “Era o grande barato, daí comecei a usar com a garotada” (ABRÃO, 2015, p. 25).

Mesmo no auge da fama, no grupo Polegar, Rafael não abandonou o uso de substâncias psicoativas. Conta que aos 15 anos usou cocaína: “cheirei aquele pó e senti um prazer maravilhoso” (ABRÃO, 2015, p. 49). Entretanto, até então, o cantor nunca tinha sido visto como um “usuário de drogas” pela imprensa, mesmo fumando maconha, cheirando cola de sapateiro e cocaína. As drogas só apareceram com a decadência artística. Mesmo quando o uso de cocaína se tornou problemático, Rafael não foi evidenciado desta forma pela imprensa.

O apresentador Augusto Liberato, conhecido popularmente como Gugu, descrevia Rafael como “um adolescente que não conseguia respeitar os limites e seguir as regras” (ABRÃO, 2015, p. 13), sinalizando a ausência disposicional quanto à disciplina. O apresentador impôs a Rafael a pedido de Sylvania, “ou você se trata ou está fora!” (ABRÃO, 2015, p. 60). Rafael aceitou, “foi para a Clínica Alphaville, em Barueri, às escondidas. Os meninos e a equipe não foram avisados, e a imprensa nunca desconfiou” (ABRÃO, 2015, p. 61). Essa questão levanta o tipo de tratamento dado aos usuários de cocaína das classes mais abastadas, sempre às escuras, em clínicas privadas, enquanto o tratamento do crack é público, espetacularizado, portanto, suplicial (FOUCAULT, 2012).

A decadência artística e, conseqüentemente, da vida financeira, cumulada à baixa autoestima, à falta de disciplina, autocontrole, o flerte entre medo e prazer desembocaram no uso de crack: “Desempregado, já não tinha mais dinheiro para sustentar o vício, porque havia gasto tudo o que ganhara no Polegar com internações

⁷² A frente do 96º Departamento de Polícia estava congestionada, complicando o trânsito na av. Luis Carlos Berrini, na altura do número 900. Rafael Ilha seria solto a qualquer momento, o que explicava helicópteros sobrevoando o local, carros de reportagem, links de várias emissoras, paparazzi e motoqueiros, contratados para seguir o veículo que levaria o ex-polegar de volta para casa após 40 dias de prisão (ABRÃO, 2015, p. 149)

nas melhores clínicas de reabilitação e na compra de mais e mais drogas” (ABRÃO, 2015, p. 77). Embora Rafael tivesse usado por várias vezes cola de sapateiro, maconha, cocaína, só passou a ser representado como “drogado”, “usuário”, “criminoso” quando sua carreira artística já estava arruinada, ou pior, quando passou a expressar a imagem típica construída em torno do que se convencionou chamar de “craqueiro”, “usuário de crack”, numa falsa vinculação entre miséria e droga. Nessa visão, o uso da cocaína, cola, as overdoses acabaram sendo invisibilizadas.

Tem-se que a vida e as condições sociais e econômicas de Rafael foram modificadas pelo uso de crack. Esses dois pressupostos convergem para uma noção de *trauma*. O simulacro do *trauma* é aquele que tende a reforçar o acontecimento de rompimento em decorrência de um excesso, assim, acaba encobrendo uma série de problemas na trajetória individual que interferem diretamente nesse próprio acontecimento, o processo (MACEDO; KOTHER; WERLANG, 2007, p.101). No caso de Rafael, o trauma é o evento “roubo de vale transporte”. Trata-se de uma perspectiva plástica, ultraindividualizada, pois desvincula o indivíduo da sociedade, de seu passado, apagando-se a ordem histórica das coisas. Quero dizer que o episódio de rompimento também deve ser percebido como consequência e não meramente como causa. No caso de Rafael Ilha, a perspectiva do trauma é superficial e equivocada, uma vez que dá ênfase apenas à parte mais visível, situacional em detrimento das explicações mais profundas e históricas, tanto social quanto individual. Assim, o cantor foi utilizado para legitimar publicamente a ideia de que o uso do crack é o responsável pela derrocada do indivíduo, inclusive para a inserção na vida criminal: a argumentação caiu no crack já era.

9 NEXOS DA DIFERENÇA: A INCLINAÇÃO DOS JORNAIS

Se até aqui demostrei não similaridades em si entre os programas “De Braços Abertos” e “Recomeço”, mas como métodos e alternativas políticas distintas partiram de pressupostos comuns criados na esfera jornalística e foram apropriados na disputa entre o PT e o PSDB, configurando uma dependência estrutural dos *policys makers* (HAM; HILL, 1993), quero demonstrar agora o processo de retroalimentação (PARSONS, 1995)⁷³, isto é, não apenas em pensar os jornais como produtores de representações e discursos sobre o crack⁷⁴, mas a forma como a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo se reapropriaram da própria disputa política que fundamentaram e das divergências que em boa medida partiram de si, adotando posicionamento ideologicamente inclinado a uma das alternativas e interesses.

A crônica de Fred Curran, publicada no correio da manhã em 7 de maio de 1964, e originalmente no *Wisconsin State Journal* questionava “o que é o jornalismo?” – “É um espelho da vida”, concluía; uma parte tão importante quanto o relógio ou o calendário (AMARAL, 1967, p. 17), referindo-se a um tipo essencialista do fazer jornalístico, uma característica imanente. Curran falava como se o jornalismo fosse uma intocada dimensão capaz de refletir cristalinamente o mundo. O famoso slogan “Um jornal a serviço do Brasil” surgido nos anos 60 para designar a Folha de S. Paulo, quando as três edições diárias (Folha da Manhã, Folha da tarde e Folha da Noite) foram reunidas sob o título de Folha de S. Paulo, foi instituído a partir do mesmo prontuário: um conhecimento a serviço do país, desprovido de dominação e ideologias. Também estava presente quando Octavio Frias e Carlos Caldeira Filho assumem o controle da Folha da Manhã e passam a pregar um jornalismo crítico e apartidário.

A imprensa é o coreto moderno da *esfera pública* (HABERMAS, 2003). Não podemos, concluía Weber, portanto, contentar-nos com a contemplação do produto

⁷³ O ciclo inclui, nesse sentido, a formação de agenda, formulação de alternativas, decisão, implementação, avaliação e finalização, além da possibilidade de retroalimentação (PARSONS, 1995).

⁷⁴ A persuasão do jornalismo não é verticalizada, ela acontece mediante um processo de relação social. Verticalizar seria compreender a comunicação apenas como determinação, unilateralmente, isto é, em linha reta, a partir de um esquema interpretativo que pressupõe a emissão como monopólio dos jornais e a recepção, sempre irracional, como exclusiva dos leitores.

como tal, mas sim prestar atenção ao produtor e perguntar pela sorte e pela situação do estamento jornalístico (WEBER, 2005, p. 19). A afirmação do partidarismo dos jornais parece um pouco óbvia, mas, decerto, não é (MACHADO, 1969; SILVERMAN, 1965, DINES, 1977). Ela serve para manter afastado um velho fantasma teórico: a noção de que tais jornais não constroem referenciais, apenas expõem os fatos, realizando uma conexão entre as pessoas e a realidade, desprovidos de ideologia (COHN, 1973, p. 161). Por outro lado, não bastaria mostrar o que os jornais disseram sobre um determinado objeto ou descortinar sua falta de objetividade: é preciso compreender porque disseram e como seus dizeres se entrelaçam ao social (PORTO, 2002, p. 1).

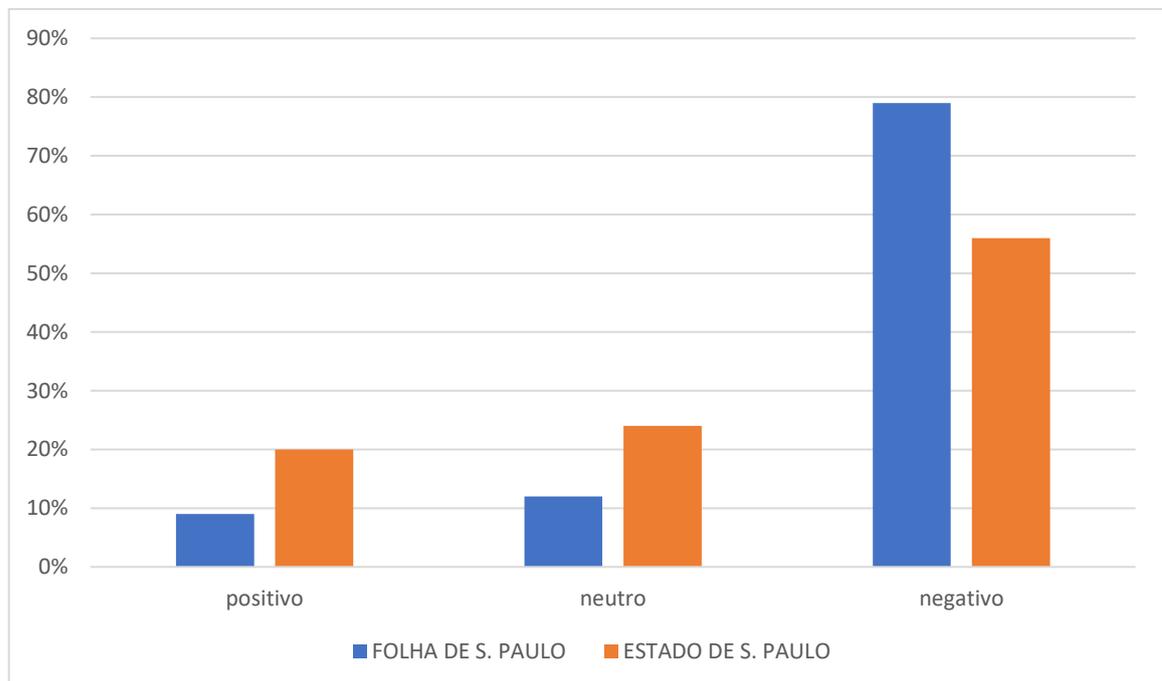
O tema do crack cresceu na pauta jornalística e sofreu agendamento no período de maior tensão política em São Paulo, especialmente com a eleição de Fernando Haddad e Dilma Rousseff e a ameaça da hegemonia local no controle das redes políticas, fato que havia sido verificado no governo Luiza Erundina (MARQUES, 2003). A droga, posta como relevante na década anterior, foi absorvida pela disputa partidária e mais abordada nos jornais. No período de maior oposição à gestão Fernando Haddad, com as medidas alternativas adotadas, é possível observar que a internação compulsória foi ao ápice nos jornais, bem como as operações na “cracolândia”, conforme o gráfico 1.

Analisei também como os jornais trataram das duas políticas em questão: o “De Braços Abertos” e o “Recomeço”. A discussão do programa na imprensa foi permeada por vários temas, entretanto, de um modo geral, os assuntos presentes nas abordagens foram o confronto policial em uma operação na “cracolândia” ocorrida em janeiro de 2014; a colocação de um gradeado (apelidado de “cercadinho” pela imprensa) na região da “cracolândia”; a visita do príncipe inglês Harry à “cracolândia”, uma denúncia nos hotéis que integravam o programa “De Braços Abertos” e as eleições municipais de 2016.

Utilizei as categorizações “positivo”, “negativo” e “imparcial” para analisar o posicionamento das abordagens. Quero ressaltar que, muitas vezes, as categorias não se referem à opinião ou posicionamento expresso dos jornais ou dos jornalistas, embora os revele de outra forma. Dizem respeito ao modo de apresentação ou vinculação do programa, o que, indiretamente, demonstra como os jornais costuraram uma narrativa e em que aspectos enfocaram.

Na Folha de S. Paulo, a expressão “De Braços Abertos” aparece em 278 abordagens; porém, apenas 93 abordagens fazem referência ao programa municipal: em 11 (12%) abordagens o “De Braços Abertos” é mostrado de modo imparcial, em geral em textos descritivos e expositivos do programa. Em 8 (9%) das abordagens é apresentado de modo positivo, com de resultados ou entrevistados que defendem a alternativa política. Em 74 abordagens (79%) é apresentado de modo negativo: em geral em narrativas de abandono dos usuários (desistência, não trabalham), problemas na concepção (dar dinheiro aos usuários, não submetê-los à abstinência), na execução (falta de estrutura, falta de vistorias, corrupção), falta de efetividade/eficiência/eficácia, críticas à gestão de Fernando Haddad. No jornal O Estado de S. Paulo, são 55 abordagens: 11 positivas (20%), 13 imparciais (24%) e 31 negativas (56%):

Gráfico 8 - Sentido das abordagens do jornal Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo sobre o programa “De Braços Abertos”



Fonte: elaborado pelo autor.

Alguns casos chamam a atenção, quando a Folha de S. Paulo torna negativa a expansão do programa “De Braços Abertos”: “Contestada, ação anticrack de Haddad irá a seis regiões: com resultados em xeque, programa implementado no centro será

expandido” (SANT’ANNA, 2016, p. 11), evidente que havia contestadores, como havia defensores; todavia para tratar do aumento do programa, a Folha de S. Paulo enfatizava apenas a visão negativa. Essa ênfase nas conveniências ideológicas dos jornais também acontece na edição de 16 de agosto de 2016, período eleitoral, quando o jornal diz “Candidatos criticam programa de Haddad para a cracolândia” (RODRIGUES, 2016, p. 7), destacava-se somente a crítica, enquanto havia candidatos que defendiam o programa.

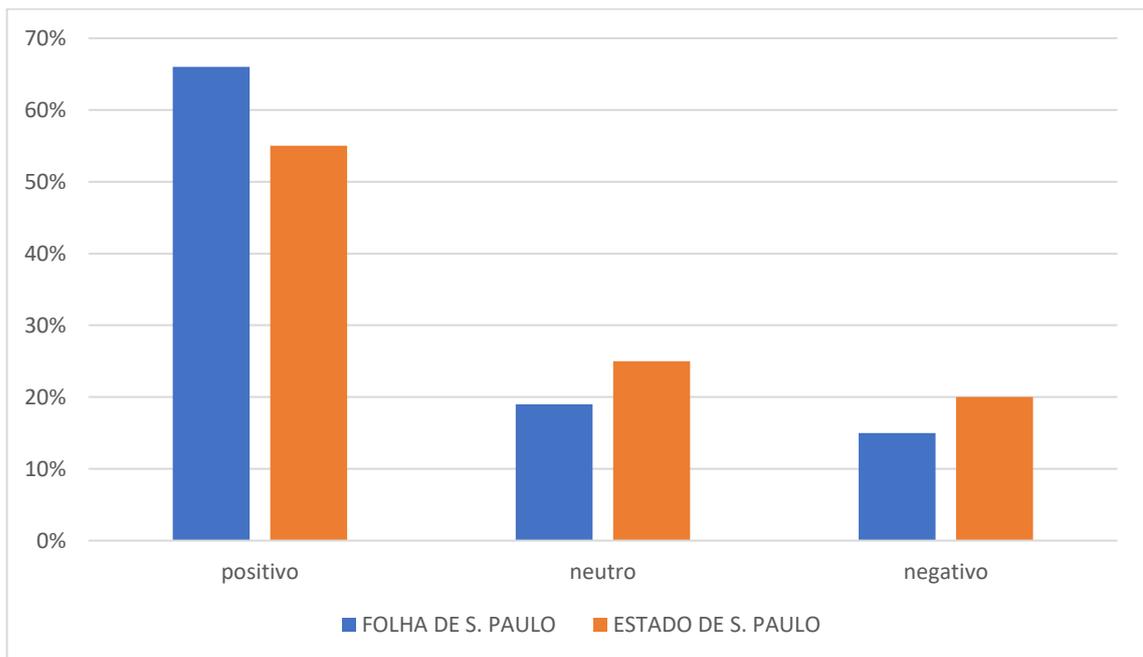
Outra ocasião que chamou atenção pela retroalimentação da apropriação política do crack, foi quando a Folha de S. Paulo (BERGAMIM JR., 2016, p. 10), encomendou uma pesquisa ao Instituto Datafolha, sobre a aprovação e a reprovação do “De Braços Abertos”. A aprovação foi constatada, porém minimizada com uma conjunção adversativa; a matéria dizia “Maioria aprova, **mas** vê baixa eficácia em plano de Haddad na cracolândia: só 21% acham que ‘De Braços Abertos’ é muito eficiente para recuperar dependentes, diz Datafolha” (grifado). Cabe destacar que a efetividade sempre foi o grande mote das abordagens negativas da Folha de S. Paulo (51%) face o “De Braços Abertos”. A despeito de várias pesquisas demonstrando aspectos positivos do programa⁷⁵ (RUI; FIORE, TÓFOLI, 2016), o jornal chegou a escolher três usuários de crack atendidos pelo “De Braços Abertos”, os acompanhar durante 5 dias, tendo dois usado crack/não trabalhado e publicar uma matéria sobre a falta de efetividade do programa (YARAK; LOBEL, 2014, p. 4). Tendo voltado a esse ponto em uma edição no dia 11 de maio de 2014, quando entrevistou os mesmos indivíduos e sentenciou que o programa de Fernando Haddad não reduziu o consumo de crack (YARAK, 2014, p. 12), ignorando achados científicos em favor do mesmo. Portanto, ela própria fazia vinculação entre o “De Braços Abertos” e a crítica da efetividade para depois entrevistar eleitores sobre o programa e apontar o mesmo enquadramento.

Sobre o programa “Recomeço”, na Folha de S. Paulo, a expressão aparece em 380 abordagens de 2013 a 2016. Porém, apenas 47 abordagens fazem referência ao programa estadual. Em 9 (19%) abordagens o “Recomeço” é visto de modo imparcial, em geral em textos descritivos e expositivos do programa. Em 31 (66%) das

⁷⁵ O “De Braços Abertos” foi avaliado por uma pesquisa realizada pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas, que apurou o impacto positivo do programa na vida de mais de 90% dos(as) beneficiários(as) do programa. Segundo a pesquisa, tanto a etapa quantitativa quanto a qualitativa mostraram que o “De Braços Abertos” é majoritariamente bem avaliado pelos seus participantes (RUI; FIORE; TÓFOLI, 2016, p. 93).

abordagens é apresentado de modo positivo. Em 7 abordagens (15%) é apresentado de modo negativo. Cabe dizer que em 16 abordagens sobre o “Recomeço” (34%) o programa é apresentado dentro da crítica ao “De Braços Abertos”: em apenas 2 é colocado também de modo negativo e nas outras 14 é colocado como positivo ou neutro, como “alternativa”, “inovador”, “nova ala”, “outro programa”, mesmo não havendo nenhuma pesquisa divulgada sobre seus efeitos, efetividades, relatórios das comunidades terapêuticas, relação de custo benefício, investimentos no setor privado. No jornal O Estado de S. Paulo, são 51 abordagens: 28 positivas (55%), 13 imparciais (25%) e 10 negativas (20%):

Gráfico 9 - Sentido das abordagens do jornal Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo sobre o programa “Recomeço”



Fonte: elaborado pelo autor.

Três exemplos envolvendo o “Recomeço” e o “De Braços Abertos”:

- I) A abordagem do jornal Folha de S. Paulo, edição de 17 de maio de 2015 dizia “4 em cada 10 desistem de ação anticrack de Haddad” (4, 2015, p. 1), o que faz pensar o programa a partir da desistência (4 em cada 10 pessoas

o abandonaram) e não da permanência (6 em cada 10 pessoas). Em outro caso, o Estado de S. Paulo, 23 de julho de 1996, preconizava “Hospital recupera 30% de viciados em crack” (FRANCA, 1996, p. 4) o que faz pensar o hospital, à época, integrante da cobertura estadual, a partir da recuperação (3 em cada 10 se recuperam) e não da falha (7 em cada 10).

- II) Em outra edição, a Folha faz uma crítica ao “De Braços Abertos”, referindo-se a medida de contratações de hotéis para abrigar usuários de crack: “Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP” (SOUZA, 2015, p. 6). A abordagem aponta o temor e o risco de que a medida pudesse atrair traficantes para a região da Alameda Barão de Limeira. Na abordagem ao lado, fala de modo neutro, expositivo dos três programas, incluindo um da Unifesp:

Imagem 8 - “Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP” – Folha de S. Paulo

C6 cotidiano ★ ★ ★ QUINTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 2015 FOLHA DE S. PAULO

Moradores vão à Justiça contra hotel para usuário de crack no centro de SP

Temor é que hospedagem atraia traficantes para entorno da região da alameda Barão de Limeira

Prefeitura afirma que serão tomados cuidados para não prejudicar o bairro, como impedir a colocação de barracas

Os usuários de crack de São Paulo são objeto da atenção de três programas — da prefeitura, do Estado e da Unifesp (Universidade Federal de SP).

O De Braços Abertos, da gestão municipal, atua na crackolândia, na região central, empregando usuários em tratamento no serviço de varrição de rua, com salário de R\$ 15 por dia.

Da administração estadual, o **Recomeço** oferece acesso a tratamento e, em alguns casos, internação, além de orientação para os familiares.

Já o projeto da Unifesp, implantado em uma unidade de saúde situada na zona norte, premia os pacientes pela abstinência com vales, que podem ser trocados por produtos. O governo do Estado estuda levar esse projeto para uma unidade do **Recomeço**.

FELEPE SOUZA
DE SÃO PAULO

Um grupo de moradores de Campos Eliseos, no centro de São Paulo, entrou com ação judicial para tentar impedir a inauguração de um novo hotel para usuários de crack.

O principal argumento de moradores e comerciantes é que a hospedagem — que será implantada na alameda Barão de Limeira, 612 — atrairá traficantes e usuários de drogas para a região.

O local foi escolhido após a prefeitura decidir descreden-

ram a impedir que a região seja prejudicada com o hotel.

“Não vamos deixar formar barracas nas calçadas. Vamos inclusive selecionar os usuários que já apresentaram uma evolução significativa no tratamento para serem enviados à região”, afirmou Luciana.

A **Folha** mostrou no último mês que o crescimento de uma favelinha na crackolândia está adiando a entrega de uma praça na região da Luz, no centro da capital paulista.

A secretária disse que outros pontos da cidade terão hotéis semelhantes.

“Todo mundo quer que a prefeitura resolva o problema do crack, mas esse caminho passa pela cidade. Não vamos colocar ninguém em outros municípios porque a pessoa deve ser respeitada e tratada no contexto que ela aceita.”

Antônio Iézio Silva no local que abrigará hotel para usuários de crack, em Campos Eliseos



Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 16 abr. 2016 (SOUZA, 2015, p. 6).

- III) O outro exemplo é na abordagem “Prefeito nega descompasso; Estado vê erro do município” (PREFEITO, 2016, p. 7). Neste caso as ações de Fernando Haddad são imbuídas de uma premissa de erro cujo enunciação é marcada pela negativa do prefeito. Ao passo que o Estado é colocado em uma posição ativa de analista, julgador “vê erro”, assim como o especialista chamado na matéria, que faz avaliações negativas da concepção do programa “De Braços Abertos” “não crer na eficácia”:

Imagem 9 - “Prefeito nega descompasso; Estado vê erro do município” – Folha de S. Paulo

FOLHA DE S. PAULO

DOMINGO, 21 DE AGOSTO DE 2016 ★ ★ ★ cotidiano 7



Para coordenador do **Recomeço**, o ideal seria integração, mas ele diz não crer na eficácia do Braços Abertos

Haddad diz que não há disputa e que alguns casos demandam internação

so ou disputa entre os programas da prefeitura e do Estado na região da crackolândia. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) não deu entrevista sobre esse tema —citou dificuldades de agenda. O psiquiatra e coordenador do programa estadual **Recomeço**, Ronaldo Laranjeira, admite não haver integração, mas avalia que a origem do problema está na estratégia equivocada do programa municipal.

DE SÃO PAULO

O prefeito Fernando Haddad (PT) negou, em entrevista à **Folha**, haver descompas-

rios de crack se reúnem para fumar a droga; sujeira, tráfico e sinais de facção criminosa se espalham por toda parte

Fonte: jornal Folha de S. Paulo, ed. 21 ago. 2016 (PREFEITO, 2016, p. 7).

No caso do exemplo I, Daniel Kahneman e Amos Tversky (1981) realizaram experimentos para demonstrar como formas diferentes para uma mesma situação têm efeitos diversos. Eles questionaram a um grupo de indivíduos qual programa seria preferível numa situação em que 600 habitantes de uma cidade fossem contaminados por uma epidemia: no primeiro, 400 pessoas morreriam, enquanto no segundo, 200 pessoas seriam salvas. Embora os resultados das opções sejam iguais em termos de mortes e de vida, a opção apresentada em termos de vidas salvas foi três vezes mais

escolhida do que a opção de vidas sacrificadas (TVERSKY; KAHNEMAN, 1981, p. 453), até porque a noção de salvamento é vinculada à de vida, que na primeira opção aparece ainda que de modo implícito.

Diante disso, percebe-se uma diferença no tratamento jornalístico, portanto, das formas de apropriação do discurso sobre o crack do PSDB e no PT. As distinções das políticas em questão, que têm uma genealogia comum, demonstrando como o campo político e a construção das alternativas políticas são estruturalmente dependentes da narrativa midiática (sobre o que dizer e como dizer), sofrem um novo controle *a posteriori* das políticas públicas. O controle ideológico das ideologias. Essa narrativa impregna um aspecto predominantemente negativo ao “De Braços Abertos” e predominantemente positivo ao “Recomeço”; o que, então, permite-se concluir a inclinação dos jornais à política estadual do PSDB, criando uma estéril disputa que confisca o protagonismo de ambos os programas e a torna partidária (NOTA, 2016). Mesmo após a influência primária da imprensa na formação das políticas públicas sobre o crack, a relação de poder entre a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e a ação política se conservou. A política do “De Braços Abertos” (tomada como marca da gestão de Fernando Haddad) foi minada pelas representações pejorativas da imprensa, sendo alterada a partir das premissas da pauta jornalística, por exemplo, começou-se a dar credibilidade ao argumento de ineficácia do “De Braços Abertos” demitindo os usuários que não trabalhavam com assiduidade, pender a um viés policialco cobrado pela imprensa e a afastar os “usuários de crack” da “cracolândia”.

10 CONCLUSÃO

A produção jornalística sobre o crack tem suas variantes, fissuras, contradições e nunca teve a pretensão de afirmar o oposto. Todavia, há princípios de poder comunicados entre as abordagens que reiteram uma direção geral (de temas, sujeitos, espaços colaterais) e, portanto, de um discurso, tornando-as hegemônicas. O campo jornalístico expressa os primeiros registros de pauta sobre o crack no Brasil: a droga já era retratada mesmo antes de chegar ao país, com um viés norte-americano. Quando o crack é narrado no começo dos anos 90 e sofre um pico de abordagens nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não era discutido ou inserido na agenda política formal.

A forte inserção nos jornais ajudaram a alavancar as ações políticas sobre o crack no começo dos anos 2000 – na verdade, foram o seu fator de legitimação. As abordagens jornalísticas fizeram parte da construção de uma justificativa da abordagem política sobre o crack. Com os jornais, a droga transformou-se em produto menos esdrúxulo, uma vez que a reiteração traz para a curva do cotidiano o próprio objeto. O crack foi, então, incorporado à disputa política e partidária nos âmbitos nacional, estadual e municipal: há um evidente número de políticas, operações, programas, projetos de leis e outras ações estatais, emergidas no período, tal como a “Operação Limpa”, a “Operação Sufoco”, os programas “Crack é Possível Vencer”, “Recomeço” e “De Braços Abertos”. Assim, a primeira instância de influência dos jornais no campo político foi o agendamento do crack. As políticas públicas poderiam ter foco em diversas drogas, porém o foco se dirigiu justamente para aquela que os jornais abordaram de modo mais vil. Observei, neste sentido, o desaparecimento da cola de sapateiro dos jornais e, por conseguinte, sua diminuição na agenda política, fato que também aconteceu em relação aos injetáveis.

A imprensa não só ajudou a fomentar o objeto das políticas públicas e da agenda política, mas o conteúdo, o sentido, a forma como o crack foi pensado. A segunda instância de influência se refere ao discurso, isto é, ao modo como o crack foi expresso na imprensa: dentro de poucas lógicas, policial, saúde, classe/moral e degradação urbana. Ou seja, se por um lado o objeto crack foi banalizado, por outro, mistificou-se o usuário, criando-se uma verdadeira crosta, um novo mundo, dinâmicas isoladas, incomunicáveis aos demais agrupamentos sociais. O “usuário de crack” dos jornais incorporado nas políticas públicas não se resume “àquele que o consome”,

tampouco admite-se como pauperismo urbano extremo (o que acabaria alocando-o sob uma relação estrutural com as demais classes). Ele é alguém perigoso, vagabundo, doente e perverso, um indivíduo que não é pensado como produto das próprias estruturas sociais.

O controle exercido através dos jornais está na construção, formatação, arranjo ideológico da própria categoria “usuário de crack” e nas consequências negativas que são tomadas como verdadeiras e substanciais aos indivíduos. A construção de limites e marcadores simbólicos da classificação “usuário de crack” põe tal categoria em uma posição marcada a partir da diferença, exclusão e da oposição à própria ordem social, ou seja, que não envolve pontos de referência comuns, conexões e semelhanças com seus antagonistas, inclusive o laço de humanidade. Esse ponto é crucial, pois evidencia a seletividade da produção jornalística e como o problema do crack reflete os escárnios do tipo de relação antagônica que os próprios jornais e os interesses representados mantêm com o agrupamento social em questão, o que, pior, acabou encontrando acolhimento na instância política.

No caso dos programas “De Braços Abertos” e “Recomeço”, embora sejam alternativas políticas distintas, situadas em campos ideologicamente diversos, com métodos e conceitos específicos, apresentam uma série de pontos comuns, pressupostos extraídos de uma narrativa que não encontram fundamento em suas particularidades, mas nos próprios jornais, como a ideia e o foco na “cracolândia”, no combate ao tráfico neste campo, a ideia de que o usuário de crack é uma personagem exclusiva desta cena, de que o “usuário de drogas” é um indivíduo paupérrimo, doente, que necessita de contenção policial, que não tem trabalho e qualificação profissional. Portanto, essas políticas públicas acabam sendo estruturalmente dependentes da narrativa construída nos jornais, até mesmo na comunicação e linguagem instituídas. Mas não penso que essa dependência tenha sido marcada por uma simples submissão; na verdade, também interessou à política o uso de representações já produzidas, estandardizadas, convenientes, *chavões* (TOGNOLLI, 2001), portanto, de fácil reconhecimento público.

A última instância de influência, constitui-se de uma dependência *a posteriori*, no processo de retroalimentação, em que a política fornece a matéria da pauta e os jornais se reapropriam de uma disputa a que eles próprios dão sustentação: a inclinação dos jornais perante as distinções emergidas, mesmo diante de pressupostos comuns. É o que observei em relação ao “De Braços Abertos” e o “Recomeço”

(“conversas diferentes sob a mesma linguagem”). Houve uma inclinação dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo pela apropriação realizada pelo programa do PSDB, avaliado predominantemente de modo positivo, enquanto o programa proposto pelo PT foi predominantemente avaliado de modo negativo, determinante para a avaliação pública dos programas e o fim do “De Braços Abertos”.

Se o crack é uma narrativa, a compreensão da droga nas políticas públicas é, senão outra coisa, o próprio crack formatado através da imprensa: as “pré-escolhas”: a proximidade química com a cocaína e a distância moral, a violência social, as apreensões, prisões, flagrantes – sequer são problemas de segurança, mas de polícia. O crack das disputas políticas é aquele narrado nos jornais sob a inconsequência e o despudor sexual, herança dos meninos cheiradores de cola; é o sadomasoquismo e a submissão ao risco, espólio da narrativa dos injetáveis; é a narrativa da terra do crack, o mundo apartado, desviante, não oficial, ilícito e nebuloso. A construção midiática do crack colaborou, em termos de linguagem, discurso, representações, identidade, com a formatação das políticas sobre a droga. O crack apropriado da imprensa pelo campo político, porque não existia outro, são essas enormes e infundáveis aspas.

REFERÊNCIAS

- ABRÃO, S. **Rafael Ilha: as pedras do meu caminho**. São Paulo: Escrituras, 2015.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALBUQUERQUE, B. S. “Idade doida da pedra”: canções históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. *In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (org.). Crack: um desafio social*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.
- ALMUDENA, C. Drogas “legais” são as mais consumidas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 7, seção Folhateen, p.1, 25 de mar. de 1991.
- ALVES, Y. D. D. **Jamais fomos zumbis: contexto social e craqueiros na cidade de São Paulo**. Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.
- AMARAL, L. **Jornalismo: matéria de primeira página**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.
- ANTAR, N. Ex-musico do Polegar é preso em flagrante. O Estado de S. Paulo, São Paulo, caderno C, seção Cidades (criminalidade), 15 de set. De 1998.
- ANTUNES, G. **Crack, mídia e periferia: uma representação social das “classes perigosas”**. Recife: URBAL, 2011.
- ASSOCIAÇÃO Brasileira Multidisciplinar De Estudos Sobre Drogas (ABRAMD). Programa De Braços Abertos do município de São Paulo entrevista com Myres Maria Cavalcanti. São Paulo, 2015. Disponível em <http://abramd.org/wp-content/uploads/2015/03/SP-DeBra%C3%A7osAbertos.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BACHRACH, P.; BARATZ, M. As Duas caras do poder. **American Political Science Review**, v. 1, n. 56, 1962.
- BAUMGARTNER, F.; JONES, B. Agenda Dynamics and Policy Subsystems. **Journal of Politics**, v.53, n. 4, 1991.
- BASTOS, F.; BERTONI, N. Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

BATESON, G. A Theory of Play and Fantasy. In: SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. (orgs). **The Game Design Reader: a rules of play anthology**. Londres: The Mit Press, 2006.

BATESON, G.; JACKSON, D. D.; HALEY, J. e WEAKLAND, J.. Toward a theory of schizophrenia. *Behavioral Science*, vol. 1, 1956.

BECKER, H. S. **Outsider**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BENFORD, R.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review of Sociology**, v. 26, 2000.

BERGAMIM JR., G. Maioria apoia, mas vê baixa eficácia em plano de Haddad na cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno B, seção Cotidiano, p. 10, 17 de jul. de 2016.

BIANCANELLI, A. Pesquisa aponta troca de seringas pelo crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 2, seção Cotidiano, p. 4, 2 de fev. de 1992.

BIANCANELLI, A. Acupuntura é a nova arma contra o vício. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p.11, 16 de fev. de 1996.

BLANCO, A. Centro de SP quer ser grande no século 21. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.2, 20 de jun. de 1999.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRASIL. Decreto n. 7.179, de 20 de maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília - DF, 20 maio 2010.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: Brasília-DF, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1990.

BROITMAN, D. Aumenta o número de jovens com Aids. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno G, p.4, 5 de out. de 1995.

BRUCK, M. S. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n.1, 2013.

BUCHER, R. **As drogas e a vida**. Uma abordagem bio-psico-social. São Paulo: EPU, 1988.

CAMBRICOLLI, F.; TOMAZELA, J. M. SP muda tática contra drogas e amplia comunidades terapêuticas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05 de dez de 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-muda-taticacontra-drogas-e-amplia-comunidades-terapeuticas-imp-,1104341>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. **Opinião Pública**, Campinas, v.20, n.3, 2014.

CAPRIGLIONE, L; GALLO, R. 'Cracolândia' expande seus domínios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p.1, 3 set. 2006.

CASTRO, D. Médico relata o 'código penal não escrito'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p. 8, 13 de jun. de 1999.

CHAGAS, A. T.; SEEGER, Fabiano Dutra. Crack na mídia impressa: um estudo sobre a produção de sentido no discurso jornalístico sobre o crack. **Barbarói**: revista eletrônica de ciências humanas, Santa Cruz do Sul, n.38, p. 145-177 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2589/2736>. Acesso em: 14 abr. 2019.

CHAGAS, A. T. S. das. **Estratégias de midiaticização das drogas**. Estudo de uma campanha de prevenção às drogas promovida na CTDA. Tese (Doutorado em Comunicação). UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

CHEIRANDO cola. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, p.1. 8 jun. 1988;

COBB, R.; ROSS, J.K.; ROSS, MAYER.H. Agenda Building as a Comparative Political Process. In: **American Political Science Review**, v. 70, n.1, 1976.

COHN, G. **Sociologia da Comunicação**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

COLLUCCI, C. Internação compulsória é caminho a ser percorrido: entrevista Drauzio Varella. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, seção Entrevista da 2ª, p.10, 28 jan. 2013.

CORREA, V. Cracolândia é lavada após mais uma ação da PM. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno c, seção Cotidiano, p. 8, 4 jan. 2012.

COSTA, T. G. C. da. **Condições do lugar**: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada cracolândia. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Saúde e Sustentabilidade). Universidade de São Paulo - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2015.

CRACK é a droga mais usada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p.3, 26 jul. 1996a.

CRACK motiva 80% dos crimes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p. 8, 30 ago. 1996b.

CRIANÇAS de rua 'migram' para Santana. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, seção Cidades, p.3, 27 abr. 1998.

CUNDA, M. F.; SILVA, R. A. N. da. O crack em um cenário empedrado: articulações entre os discursos jurídico, médico e midiático. **Psicologia Social**, vol.26, 2014.

DEPENDÊNCIA de drogas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 35, 02 out. 1994.

DIMENSTEIN, G. Repressão amplia limites da crackolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p. 8, 11 abr.1999.

DINES, A. **O papel do Jornal**. [S.l.]: Artenova, 1977.

DORNELLES, J. R. **Conflitos e segurança**: (entre pombos e falcões). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DROGAS injetáveis são a principal causa da Aids no interior. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno, A, p. 3, 13 fev. 1988.

DROGAS podem ser o motivo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 6, p. 1, 05 jul. 1996.

EDELMAN, M. **Constructing the political spectacle**. Chicago: University of Chicago, 1988.

EDELMAN, M. **Os Usos Políticos dos Símbolos**. Urbana: University of Illinois Press. 1964.

ELIAS, N. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta do poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ENTMAN, R. M. **Framing**: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*. Oxford: Oxford University, 1993.

ESPÍNDULA, D. H. P.; et al. Representações sociais de *crack* e adolescência na imprensa pernambucana. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.23, n.2, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200004. Acesso em: 15 jul. 2019.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos de Rua**. São Paulo: IBREX, 1979.

FERREIRA, A. B. H. Novo Dicionário Aurélio. 3 Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERRI, C. P.; LARANJEIRA, R. R.; DA SILVEIRA, D. X.; DUNN, J.; FORMIGONI, M. L. O. S. Aumento da procura de tratamento por usuários de crack em dois ambulatórios na cidade de São Paulo, nos anos de 1990 a 1993. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 43, n.1, 1997.

FIOCRUZ. III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira. Rio de Janeiro: ICICT/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>. Acesso em: 18 jun.2019.

FIORE, M. **Uso de Drogas**: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras - FAPESP, 2007.

FIORE, M. **Uso de drogas**: substâncias, sujeitos e eventos. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

FIORE, M. O lugar do Estado na questão das drogas: O paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos**, n. 92, II, mar. 2012.

FISHER, K. Locating frames in the discursive universe. **Sociological Research**, v. 2, n. 3, 1997.

FRACASSO, L. Comunidades Terapêuticas: histórico e regulamentações. Brasília: SENAD, 2017. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/medias/original/201706/20170605-134703-001.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FRANCA, M. S. J. Hospital recupera 30% de viciados em crack. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cidades, p.4, 23 jul. 1996.

FRANCO, B. M. Operação na cracolândia é 'desastrosa', diz Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, seção Poder, p.1, 15 jan. 2012a.

FRANCO, B. M. Secretário de Alckmin afirma que PT "consolidou" crack em SP: pré-candidatos tucanos poupam prefeito Kassab em debate. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, seção Poder, p.8, 17 jan. 2012b.

FORMENTI, L. Estudo rejeita tese de que Aids avança para o interior. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, p.28, 29 nov. 2009

GODOY, M.; CARDOSO, W. SP dá 1º passo para internação forçada de meninos de rua usuários de droga. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 29 de jul. de 2011. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-da-1-passo-para-internacao-forcada-de-meninos-de-rua-usuarios-de-droga-imp-,751406>. Acesso em: 10 mar. 2018.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**.7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- FOUCAULT, M. **A história da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2012b.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Editora Martins Fontes, 2004b.
- FOUCAULT, M. O que é um autor?. *In*: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos III: estética: literatura e pintura, música e cinema**. Tradução de Inês Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2011b.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2011a.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2004a.
- FREUD, S. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras completas psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- FROMM, D. "Cristolândia", "De Braços Abertos" e "Recomeço": Notas sobre regimes de controle e formas de tratamento para usuários de crack. João Pessoa: 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2016.
- FRONTANA, I. **Crianças e Adolescentes: nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FRÚGOLI JR., H.; SPAGGIARI, E. Da cracolândia aos noias: percurso etnográfico no bairro da Luz. **Ponto Urbe**, NAU-USP, n.6, 2010. Disponível em: <https://pontourbe.revues.org/1870>. Acesso em 10 set. 2016.
- FRÚGOLI JR., H. Territorialidades e redes na região da Luz. *In*: KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR., H. (orgs.) **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34, 2016.
- GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revam, 2008.
- GITLIN, T. **The Whole World Is Watching: mass media in the making and unmaking of the new Left**. Berkeley: University of California Press, 2003.

GODOY, N. Narcotráfico movimentou US\$ 300 bi em 90. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 2, seção Mundo, p. 4, 24 mar. 1991.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis, Vozes: 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, E. **Os enquadramentos da experiência social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

GOLDENSTEIN, G. T. **Do Jornalismo Político à Indústria Cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GOMIS, L. **Teorias del periodismo**. Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GREGORI, M. F. **Viração**: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GROTBERG, E. H. **Guia de promoción de la resiliencia en los niños para fortalecer el espíritu humano**. La Haya, Fundación Bernardvan Leer, 1996.

GUARESCHI, N. M. de F.; LARA, L. de; ECKER, D. D. A internação compulsória como estratégia de governamentalização de adolescentes usuários de drogas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n.1, mar. 2016.

GUIRADO, M. **A Criança e a FEBEM**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. K. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. *In*: TRAQUINA, N (org.). **Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HAM, C.; HILL, M. **The policy process in the modern capitalist state**. Nova York: Harvest Weatsheaf, 1993.

HART, C. **Um Preço Muito Alto**: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

HARTMAN, D.; GOLUB, A. The Social Construction of the Crack Epidemic in the Print Media. **Journal of Psychoactive Drugs**, v. 31, n. 4, 1999.

HERZ, Monica. Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria, **Estud. Av.**, São Paulo, v.16, n.46, set/dez, 2002.

HOBSBAWM, E. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOHLFELDT, A. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 7, p. 42-51, nov. 1997.

IGREJA dá aula sobre drogas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, seção Drogas, p.25, 08 dez. 1996.

IRWIN, K. Ideology pregnancy and drugs: differences between crack-cocaine, heroin and methamphetamine users. **Contemporary Drug Problems**, v. 22, Issue 4, december 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/009145099502200405> Acesso em: 19 set. 2017.

KINGDON, J. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. 2.ed. New York: Addison, Wesley, Longman, 2003.

JOANIDES, H. de M. **Boca do Lixo**. São Paulo: Labortexto, 2003.

LASSWELL, H. D. The Structure and Function of Communication in Society. *In*: BRYSON, L. (ed.), **The communication of ideas**. New York: Harper and Row, 1949.

LANG, K.; LANG, G. E. **Politics and television**. Chicago: Quadrangle Books, 1968.

LIPPMANN, W. **Public Opinion**. New York: Macmillan, 1922.

LOMBARDI, R. Polícia reforça combate a traficantes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cidades, p. 15, 07 ago. 1995.

LOZANO, A. Viciados buscam ajuda em órgão da polícia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 4, seção Cotidiano, p.3, 03 fev. 1992.

LOZANO, A. Menores estão mais violentos em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p.1, 26 jul. 1996.

LOZANO, A. Para secretário, juventude e crack acirram a violência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 1, seção Entrevista da 2ª, p. 7, 18 out. 1999.

LUCENA, R. Secretário quer polícia 'dura até o limite da lei'. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 4, p. 4, 12 maio 1991.

MACEDO, M.; KOTHER, M.; WERLANG, B. S. G. W. Trauma, dor e ato: o olhar da psicanálise sobre uma tentativa de suicídio. **Ágora**, Rio de Janeiro, v.10, n.1, jan/jun 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982007000100006. Acesso em: 12 jul. 2019.

MACHADO, J. **Quando a imprensa é notícia**. Rio de Janeiro: Temário de Comunicação, 1969.

MAGALHÃES, T.R.P. **Campos de disputa e gestão do espaço urbano**: o caso da “cracolândia” paulista. Dissertação de Mestrado. Universidade São Paulo, São Paulo, 2015.

MANSO, B. P. ‘UTI do crack’ aposta em internação à força. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 03 de abr. de 2013. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uti-do-crack-aposta-em-internacao-a-forcaimp-,1016262>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MARLLATT, G. A. **Redução de danos: estratégias para lidar com comportamentos de alto risco**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

MARQUES, E. Redes sociais e poder no Estado brasileiro aprendizados a partir das políticas urbanas. **RBCS**, v. 21, n. 60 fevereiro/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v21n60/29759.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. **Cartas filosóficas e o manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. *In*: COGGIOLA, O. (org.). **Manifesto do partido comunista**: Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 1998.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. A Função do Agendamento. *In*: TRAQUINA, N. (org.). **O Poder do Jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

MCCOMBS, M. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos Depois de sua Formulação. *Intercom*. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.31, n.2, jul/dez, 2008.

MENA, F. Cracolândia resiste, agora em novo endereço. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno c, seção Cotidiano, p.5, 7 abr. 2005.

MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento Diferentes Operacionalizações Analíticas de um Conceito. **RBCS**, v. 27, n. 79, junho/2012.

MENOR diz que foi levado ao vício pelo pai. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, seção Drogas, p.25, 08 dez. de 1996.

MEU NOME é crack (51s), 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oKso5tOy6tY&feature=youtu.be>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MINAYO, M. C. **O Limite da Exclusão Social**: meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MIGNARDI, G; GOULART, S. As drogas Ilícitas em São Paulo: o caso da cracolândia. **Coleção Revista do ILANUD**, São Paulo, n. 15, 2001.

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova** [online], n.79, pp.15-38, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452010000100003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 20 fev. 2019.

MONTEIRO, K. Repressão policial pulveriza a cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, p.6, 3 set. 2000.

MOREIRA, R. **Teoria da Comunicação: ideologia e utopia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MOURA, T; RIBEIRO, N. Levantamento nacional de informações penitenciárias (INFOPEN). Brasília: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

NAPPO, S. **Um estudo etnográfico do consumo de cocaína na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1996.

NARVAEZ, J. C. M; et al. Violent and sexual behaviors and lifetime use of crack cocaine: a population-based study in Brazil. **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol**, Berlin, v. 49, n. 8, 2014.

NASCIMENTO, G. Crack substitui cola de sapateiro e vicia meninos de rua em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 4, seção Cotidiano, p. 1, 2 fev. 1992.

NIEL, M.; XAVIER, D. S. Drogas e redução de danos: uma cartilha para profissionais de saúde. São Paulo: Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes (PROAD). Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2008. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Cartilha%20para%20profissionais%20da%20saude.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

NOTA da PBPD sobre o fim do programa De Braços Abertos. **Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas**, São Paulo, 6 de dez. De 2016. Disponível em: <http://pbpd.org.br/publicacao/nota-da-pbpd-sobre-o-fim-do-programa-de-bracos-abertos/>. Acesso em 12 jul. 2019.

KASSAB quer que cracolândia seja o bairro mais povoado de SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 4, 2 jul. 2009.

OBERLING, A. F.; PINTO, N. M. Reflexões sobre as representações da mídia no debate das drogas: problematizando a "epidemia do crack" e exploração do punitivismo. In: BORKANY, V. (org.). **Drogas no Brasil: entre a saúde e a justiça, proximidades e opiniões**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

OCANHA, R. F. **Amor, feijão, Abaixo Camburão: imprensa, violência e trottoir em São Paulo (1979-1973)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

O'CONNOR, J., SAUNDERS, B. Drug education: an appraisal of a popular preventive. **International Journal of the Addictions**. v. 27, n.2, 1992.

OLIVEIRA, R. de; VARELLA, J. Higienópolis teme 'invasão' de craqueiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção cotidiano, p. 4, 06 jan. 2012.

PAÍS sabe pouco sobre prostituição infantil. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção cidades, p. 4, 05 maio 1996.

PARSONS, W. **Public policy**: an introduction to the theory and practice of policy analysis. Londres: Edward Elgar Pub, 1995.

PEREIRA, E. "Fim" do crack é prometido há 10 anos. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 de fev. de 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,fim-do-crack-e-prometido-ha-10-anos,507479>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PESQUISA indica uso de drogas por estudantes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, seção Educação, p. 14, 13 set. 1988a.

PESQUISA revela uso de drogas na escola. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cidades, p. 3, 13 set. 1988b.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sobre o DENARC. São Paulo: Secretaria de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: https://www.policia-civil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/departamentosOrgaos/departamentosOrgaosDetalhes?titulo=DENARC&collectionId=980175918762000616&_afLoop=2545234524036567&_afWindowMode=0&_afWindowId=7chqevn9r_101#!%40%40%3F_afWindowId%3D7chqevn9r_101%26collectionId%3D980175918762000616%26_afLoop%3D2545234524036567%26titulo%3DDENARC%26_afWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D7chqevn9r_125. Acesso em: 15 maio 2017.

PONTES, H. A construção discursiva de identidades sociais no gênero noticioso. **Cadernos de linguagem e Sociedade**, v. 10, n.2, 2009. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/1196>. Acesso em: 14 jul. 2017.

PORTO, M. Enquadramento da Mídia e Política. Caxambu: 26º Encontro Anual da ANPOCS, 2002. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/26-encontro-anual-da-anpocs/gt-23/gt09-13/4400-mporto-enquadramentos/file>. Acesso em: 10 maio 2017.

PRESO afirma que roubava para sustentar seu vício. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno B, p. 4, 15 ago. 1996.

PSIQUIATRA francês teme ação do crack no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 2, p. 4. 31 ago. 1991.

PSIQUIATRA argentino defende que ação do crack no cérebro transforma humanos em animais. **Portal Gauchazh**, 09 jun.2010. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2010/07/psiquiatra-argentino-defende-que-acao-do-crack->

no-cerebro-transforma-humanos-em-animais-2965566.html. Acesso em: 10 mar. 2018.

QUINTELLA, R. As funções do pai: pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v.14, n.2, ago/2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200011. Acesso em: 23 fev. 2019.

RAZZOUK, D. **Comorbidade e transtornos da personalidade na farmacodependência de cocaína**. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria e Psicologia Médica – EPM), Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1996.

REESE, S. **Framing public life: a bridging model for media research**. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2001.

REUNIÃO de Alckmin e Kassab selou uso ostensivo da PM na cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 1, 26 jan. 2012.

RODRIGUES, A. Candidatos criticam programa de Haddad para a cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, seção Poder, p. 7, 16 ago. 2016.

RODRIGUES, D. R. S. da R; CONCEICAO, M. I. G; IUNES, A. L. da S. Representações Sociais do Crack na Mídia. **Psic.: Teor. e Pesq.** v.31, n.1, 2015.

RODRIGUES, D. S.; *et al.* Conhecimentos produzidos acerca do crack: uma incursão nas dissertações e teses brasileiras. **Ciênc. saúde coletiva**. v.17, n.5, 2012.

RODRIGUES, I. **A construção social do morador de rua: derrubando mitos**. Curitiba: Editora CRV. 2016.

RODRIGUES, I. Crack a noia da mídia. *In*: SOUZA, J. (org.). **Crack e Exclusão Social.**, Brasília: SENAD, 2016.

RODRIGUES, I. S.. O Brasil espelhado em São Paulo: a gênese social da “cracolândia”. Caxambu: 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st23-5/10378-o-brasil-espelhado-em-sao-paulo-a-genese-social-da-cracolandia?path=40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st23-5>. Acesso em: 12 set. 2019.

ROMANINI, M.; ROSO, A. Mídia e Crack: Promovendo saúde ou reforçando relações de dominação? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 1, n.32, 2012.

ROMERO. M. **Inúteis e Perigosos no Diário da Noite**: São Paulo (1950-1960). São Paulo: EDUC: FAPESP, 2011.

RONZANI, T.; *et. al.* Mídia e drogas: análise documental da mídia escrita brasileira sobre o tema entre 1999 e 2003. **Revista Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n.5, nov/dez 2009.

ROSSETTO, G.; SILVA, A. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria?. **Intertexto**, Porto Alegre, UFRGS, v. 1, n.26, jul/2012.

SCHEUFELE, D. Framing as a Theory of Media Effects. **Journal of Communication**, v. 49, n. 1, 1999.

RUI, T. Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR., H. (orgs.). **Pluralidade Urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos**. São Paulo: Editora 34, 2016.

RUI, T.; FIORE, M.; TÓFOLI, L. F. Pesquisa preliminar de avaliação do Programa ‘De Braços Abertos’. Plataforma Brasileira de Política de Drogas (PBPD)/ Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). São Paulo, 2016.

SANT’ANNA, E.; BERTONI, E. Esconde-esconde alterna policiais e usuários no centro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 3, 9 jan. 2012.

SANT’ANNA, E. Contestada ação anticrack de Haddad irá a seis regiões. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno B, seção cotidiano, p. 11, 1 ago. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 40.201, 18 de julho de 1995. Cria na divisão de investigações sobre entorpecentes (DISE) do departamento de investigações-sobre narcóticos (DENARC), a 4ª delegacia crack. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. São Paulo, 18 de jul. 1995. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/sp/decreto-n-40201-1995-sao-paulo-cria-na-divisao-de-investigacoes-sobre-entorpecentes-dise-do-departamento-de-investigacoes-sobre-narcoticos-denarc-a-4a-delegacia-crack>. Acesso em: 05 jan. 2019.

SÃO PAULO (Município). Decreto 55.067, 28 de abril de 2014. Regulamenta o programa De Braços Abertos e altera o Decreto nº 44.484, de 10 de março de 2004, que regulamenta o programa Operação Trabalho. **Secretaria do Governo Municipal**, São Paulo, 28 de abr. de 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/s/sao-paulo/decreto/2014/5506/55067/decreto-n-55067-2014-regulamenta-o-programa-de-bracos-abertos-e-altera-o-decreto-n-44484-de-10-de-marco-de-2004-que-regulamenta-o-programa-operacao-trabalho>. Acesso em: 19 ago. 2018.

SÃO PAULO (Estado). Programa Recomeço: panorama das políticas sobre drogas no Estado de São Paulo. **Secretaria de Desenvolvimento Social**, 2013. Disponível em: https://issuu.com/edesp2013/docs/cartilha_recome_o. Acesso em: 20 dez 2018.

SÃO PAULO (Estado). Segurança: Polícia de São Paulo na ‘Operação Limpa’. São Paulo: Portal do Governo, 14 de mar de 2005. Disponível em: <http://www.sao-paulo.sp.gov.br/eventos/seguranca-policia-de-sao-paulo-na-operacao-limpa/>. Acesso em: 18 maio 2019.

SÃO PAULO (Município). O programa De Braços Abertos. São Paulo: Secretaria de Saúde do município de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. **Crack: um desafio social**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

SASSAKI, R. Ruínas do crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 6, seção Cotidiano 6 jan.2012.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 24. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.

SCHMIDT, M. L. S. Plantão Psicológico, Universidade Pública e Política de Saúde Mental. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.21, n.3, p.173-192, set/dez 2004.

SEABRA; C; NERY, N; FOREQUE, F. Governo usa agenda para promover Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, seção Poder, p. 8, 17 de jan. 2012.

SENA, L. L. O crack como fenômeno midiático: demônios e silêncios. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Puc Minas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2 (2012). Disponível em: <http://200.229.32.55/index.php/dispositiva/article/view/P.2237-9967.2012v1n2p122/4448>. Acesso em: 26 fev. 2019.

SILVA, J. C.; OLIVEIRA, R. de. Ribeirão produz crack há dois anos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 7, p. 1, 18 out. 1993.

SILVEIRA, P. S. da; et al. Crack e Mídia: o que dizem as principais revistas jornalísticas do país? **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan/abr 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000100004. Acesso em: 04 fev. 2019.

SILVERMAN, A. **A vida de um Jornal**. Rio de Janeiro: Lidador, 1965.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. (org). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1997.

SOUZA, L. A. F. Dilemas e hesitações da modernidade tardia e a emergência da sociedade de controle. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/8227>. Acesso em 12 abr. 2019.

SPINELLI, E.; PAGNAN, R. Gestão de Kassab diz que Serra faz pirotecnia no centro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 1, 26 fev. 2010.

STRAUSS, A. **Espelhos e Máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

SUSPEITOS voltaram às ruas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p. 4, 19 fev. 1997.

TEIXEIRA, A. **Construir a delinquência, articular a criminalidade: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em

Sociologia). Universidade Federal de São Paulo – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, 2012.

TEIXEIRA, M. B; LACERDA, A.; RIBEIRO, J. M. Potencialidades e desafios de uma política pública intersetorial em drogas: o Programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil. **Physis** [online]. 2018, v.28, n.3, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-73312018000300601&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 jul.2019.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.

TOGNOLLI, C. J. **Sociedade dos Chavões**: presença e função do lugar-comum na comunicação. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: routinizing the unexpected. **American Journal of Sociology**, v. 79, n. 1, 1973.

TVERSKY, A; KAHNEMAN, D. The Framing of Decisions and the Psychology of Choice. **Science**, v. 211, 1981.

UCHOA, M. **Crack**: o caminho das pedras. Rio de Janeiro: Ática, 1996.

VELHO, G. A Dimensão Cultural e Política do Mundo das Drogas. In: ZALUAR, A (org.). **Drogas e Cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

VELHO, G. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **RBCS**, v. 23, n. 68, 2008.

VELHO, G. **Nobres e Anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 1998.

VERGARA, R. Ex-cantor do Polegar é preso por roubo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p. 6, 15 de set. de 1998.

VERGARA, R. Grupo levado pela PM volta a fumar crack no centro de SP. São Paulo: jornal **Folha de S. Paulo**, caderno 3, p.4, 20 fev. 1997.

VÍCIO leva ex-Polegar a cometer crime. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 3, p.7, 15 fev. 2000.

VICIADOS em crack ficam mais agressivos e violentos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno 5, p.1, 18 jan. 1997.

VICIADOS deixam 'favelinha' da cracolândia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 6, 16 jan. 2014.

VÍDEO mostra advogado Ércio Quaresma fumando crack. **Em Discussão** - Senado Federal, Brasília. 2012. Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/video-mostra-advogado-ercio-quaresma-fumando-crack.aspx>. Acesso em: 10 out. 2018.

VIOLANTE, M. L. **O dilema do decente malandro**: a questão da identidade do menor - FEBEM. 2 ed. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1983.

ZANCHETTA, D. Mesmo ocupada, cracolândia resiste. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, p.1, 23 jul. 2009

ZANOTO, D. F.; ASSIS, F. B. Perfil dos usuários de crack na mídia brasileira: análise de um jornal e duas revistas de edição nacional. **Physis** [online], Rio de Janeiro, v.27, n.3, jul/set 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312017000300771. Acesso em: 20 jan. 2019.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WEAVER, D. Thoughts on agenda setting, framing, and priming. **Journal of Communication**, v. 57, 2007.

WEBER, M. **Ciência e Política - duas Vocações**. São Paulo: Cultrix, 2006.

WEBER, M. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v.II, n. 1, 2005.

WERNECK, F. Rio, Santos e Salvador tem menos Aids. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, caderno A, p.12, 19 out. 2001.

WURDIG, K. K.; MOTTA, R. F. Representações Midiáticas da Internação Compulsória de Usuários de Drogas. **Trends in Psychology/Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, 2014.

YARAK, A.; LOBEL, F. Diário do crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 4, 26 jan. 2014.

YARAK, A. Reféns do crack. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno C, seção Cotidiano, p. 12, 11 maio 2014.

4 em cada 10 desistem de ação anticrack de Haddad. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, caderno B, seção Cotidiano, p. 1, 17 maio 2015.